



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA  
DIRETORIA DE ENSINO ESPECIAL  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO  
CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS



## **PROPOSTA PEDAGÓGICA**

### **CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS - CEEDV**

**Brasília/DF - 2019**

**CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS – CEEDV**

Endereço: SGAS Av. L2 Sul, Quadra 612, conjunto J.

E-mail: [ceedv08@gmail.com](mailto:ceedv08@gmail.com)

Telefones: 3901-7607 e 3901-7609

**Secretaria de Estado de Educação**

RAFAEL DE CARVALHO PULLEN PARENTE

**Diretoria de Educação Inclusiva – DEIN**

Riane Natália Soares Vasconcelos

**Coordenação de Ensino do Plano Piloto**

Álvaro Matos de Souza

**Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais - CEEDV**

Airton Dutra de Farias - Diretor

Vicentina M. Gaspar Oliveira – Vice-diretora

Helmo Francisco de Souza – Supervisor administrativo

Sílvia Antonia Oliveira Pinheiro – Supervisora Pedagógica

Neusa dos Santos Oliveira Filha – Chefe de secretaria

**Coordenação Pedagógica do CEEDV**

Alessandra Missiaggia de Moraes

Flávia Meireles de Bastos

Marcos Pampolha Monteiro

Zânia Márcia Xavier Barroso

*“Uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente.”*

Vygotsky

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO
2. HISTORICIDADE
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR
4. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA
5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS, OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS
6. CONCEPÇÕES TEÓRICAS
7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
8. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO
9. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA
10. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP
11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP
12. PROJETOS ESPECÍFICOS APÊNDICE B DA OP DO PPP
13. REFERÊNCIAS
14. ANEXOS/APÊNDICES

## APRESENTAÇÃO

O presente documento se destina a oferecer à comunidade uma proposta de trabalho que contemple o perfil do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV e os devidos direcionamentos para o ano de 2019. A opção central da comunidade escolar, presente nas entrelinhas desta proposta, está coerente com o novo paradigma da diversidade, que inclui não apenas a pessoa com deficiência, mas toda a comunidade (carreira magistério, carreira assistência, estudantes e família), como se espera da gestão democrática.

Este documento constitui o pilar do trabalho do CEEDV e deve nortear não apenas a prática docente, mas todas as ações dos diversos segmentos escolares. Oferece também aos diversos grupos que visitam o CEEDV um retrato do que se pensa e se realiza nesta instituição, imprescindível para o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual (cego, baixa visão e o surdocego).

Dessa forma, para que retratasse de fato os saberes e práticas da instituição, a Proposta Pedagógica do CEEDV foi construída coletivamente, no momento das coordenações coletivas às quartas-feiras e em outros momentos destinados a este assunto, com ampla discussão e participação de representantes dos quatro segmentos da comunidade escolar. As discussões ocorreram por meio de apresentações de cada área para a comunidade escolar. Foi utilizado o projetor de multimídia para projetar os textos e realizada a leitura. Cada área foi discutida e foram acrescentadas as devidas sugestões.

## HISTORICIDADE

O atendimento da pessoa com deficiência visual pelo setor educacional no Distrito Federal começou em 1966, com a criação da sala de recursos e atendimento itinerante, no Edifício Ceará. Depois foi transferido duas vezes: em 1967 para a Escola Classe 312 Norte e, posteriormente, para a Escola Classe 104 Norte, onde permaneceu até 1973.

Em 1973, foi criado o setor especializado em deficientes visuais do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília. Nesse ano foram registrados atendimentos a 25 estudantes. No ano de 1985, o estabelecimento – Escola para Deficientes Visuais – atendia 130 estudantes cegos ou com baixa visão, dentre esses, alguns com deficiências múltiplas. Outra ação importante realizada pela escola foi a do Professor Itinerante, que chegou a atender, naquele ano, 80 (oitenta) estudantes com deficiência visual integrados à rede regular de ensino. Com o aumento da demanda de estudantes, a Diretoria do Ensino Especial da antiga Fundação Educacional do Distrito Federal, atualmente Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, solicitou à Diretoria Geral de Pedagogia a transformação de escola para Centro de Ensino. Assim foi criado o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV.

Em 1991, o Centro foi autorizado a criar uma unidade específica para deficientes visuais, como previsto no Parecer nº 303/84, do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, por meio do processo administrativo nº. 082.005221/85. Esse decreto apresentou os objetivos e traçou as políticas educacionais a serem seguidas, dos quais alguns ainda norteiam o trabalho até o presente momento

O CEEDV é a única instituição educacional do Distrito Federal e Entorno especializada no atendimento ao estudante cego, surdocego e com baixa visão. Os atendimentos educacionais são ofertados nos dois turnos, matutino e vespertino. O trabalho pedagógico é norteado pelo mesmo currículo do ensino regular, com as devidas adaptações e procedimentos metodológicos específicos, bem como equipamentos e materiais didáticos adequados à educação desses estudantes, como previsto pela Constituição Federal, pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e das Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal 2009/2013, dentre outras normatizações legais.

Quanto à estrutura física, a escola está funcionando em um prédio compartilhado com o Centro de Ensino Especial nº 02 de Brasília. O fato remonta à criação, no DF, do atendimento ao

deficiente visual em 1973. Com o tempo, a escola cresceu no que se refere ao número de estudantes atendidos e o atendimento tem melhorado bastante, sendo que o CEEDV é um centro referência no DF, o CEEDV. Atualmente há 373 estudantes matriculados. O espaço físico da escola é organizado da seguinte forma:

SERVIÇOS E SALAS DE AULA	QUANTID. DE SALAS	OUTROS ESPAÇOS	QUANTID. DE SALAS
Educação Precoce/Atend. aos Pais e Estudantes	04	Direção	01
Pape, DMU e TGD	07	Supervisão Administrativa	01
	-	Supervisão Pedagógica	01
Artes Visuais	02	Secretaria	01
Artes Cênicas	01	Depósito de Material de Consumo	02
Música	02	Depósito de Material de Limpeza	01
Educação Física	01	Depósito de Gêneros	01
Educação Visual	03	Depósito de Bens fora de Uso	01
AVAS	01	Refeitório	01
O e M	01	Sala de Professores	01
Digitação	02	Sala de Servidores(Carreira Assistência)	01
Escrita Cursiva	01	Sala de Espera	01
Braille	02	Piscina Aquecida	01
Sorobã	02	Vestiário	03
CAP	02	Parque Infantil	02
Supervisão e Coordenação Pedagógica	01	Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem	01
Biblioteca Braille/SOT	02	Banheiro para Estudantes	03
Banheiro para Servidores (Carreira Assistência)	01	Banheiro para Professores	01

**Dados da identificação da escola:**

**Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais - CEEDV**

Airton Dutra de Farias - Diretor

Vicentina M. Gaspar Oliveira – Vice-diretora

Helmo Francisco de Souza – Supervisor administrativo

Sílvia Antonia Oliveira Pinheiro – Supervisora Pedagógica

Neusa dos Santos Oliveira Filha – Chefe de secretaria

**Coordenação Pedagógica do CEEDV**

Alessandra Missiaggia de Moraes

Flávia Meireles de Bastos

Marcos Pampolha Monteiro

Zânia Márcia Xavier Barroso

Apoio de Secretaria  
Agnelo Martins Filho  
Vilma Fernandes de Moura

**Biblioteca**

Carlos Alberto Lima  
Alex Sandro G. da Fonseca  
Ornelina Durães Cordeiro  
Elisafã Martins de Oliveira Neto  
Maria Erinalva Soares

**Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem**

Karina Costa Leal Brandizzi  
Sílvio Marcos

**SOE - Serviço de Orientação Educacional**

Ana Lúcia da Silva

**Conselho Escolar**

**Pais:** Telma Maria Garcia Paiva

**Estudantes:** Zozimeire dos Santos Reis

**Professores:** Karina Gonçalves Costa e Silva

Assistência à Educação: Maria Iracema Ferreira de Souza

**Carreira Magistério:**

Adriana de Andrade A.Mamari Ribeiro  
Aictyr L. Tamanha  
Airton Dutra de Farias  
Aldenise Pereira de Andrade  
Alessandra Missiaggia de Moraes  
Ana Cláudia de Araújo L. Lopes  
Ana Cláudia Mota Correa Januário  
Ana Lúcia da Silva  
Ana Paula de Rezende Rosa  
Ana Paula Silva de Castro  
Andra Damasceno Amorim de Albuquerque  
Angelita Maria Tavares  
Aníbal Ribeiro Olivo  
Antonio Vitor Gomes Leitão  
Benedito Carlos da Silva  
Bernardes Gomes da Silva  
Carla Adriana Ferreira Araújo  
Carla Cristina Queiroz  
Cássio Luiz P. M. Craveiro  
Clarissa Moreira Barros  
Cláudia Maria Rodrigues de Sousa  
Cláudia Rocha Martins Nunes  
Cláudia Toledo  
Cristiana Lau da Costa  
Cristiane Caçado O. Caixeta  
Danielle Silva Oliveira  
Débora de Souza Machado  
Denize Irvana Bukvar  
Deusdede Marques de Oliveira  
Dickens Ferraz Júnior  
Douglas B. B. Coutinho

Elem Regina O. Moraes  
Elisafã Martins de o. Neto  
Fernando Rodrigues  
Flavia Meireles de Bastos  
Gabriela de Oliveira Passos  
Georgea Araújo Neiva  
Gisela Ricarte Schneider  
Graciele Ferreira de Sousa  
Helena Rita Pereira  
Helenice Paes Landim  
Heloísa Magalhães da Silva  
Ingrid Carvalho Marques  
Ivone  
Jacilene de j. Santos Queiroz  
Janete Jane X. Nery  
Janine Eliza de Oliveira Silva Passos  
Jaqueline Martins de Melo  
Jeane Gudim Schneider  
Josilaine de C. Gonçalves  
Jussara Aparecida Favaro  
Karina Costa Leal Brandizzi  
Karina Gonçalves C. Silva  
Kenia Ada O. de S. Matula  
Leicyan  
Lia Raquel B. da Cruz  
Lilian Fernanda a. Reis  
Luciana Dias da Cunha  
Marcelle da S. C. Goes  
Marcos Pampolha Monteiro  
Maria Aparecida C. N. Paganine  
Maria do Amparo S. Almeida  
Maria Erinalva Soares  
Mary Anne de Castro Lopes  
Miryan Candida Puglise  
Moacir Rodrigues Vieira  
Moíra G. A. Radaelli  
Nádia B. Teixeira  
Nilzete de Castro Silva  
Patrícia Helena da Rocha  
Raquel Monteiro Macedo  
Rayane Gomes de Jesus  
Renata Fernandes de S. Freire  
Romeik Maria R. de Lucena Junqueira  
Rosa Belarmino da Gama  
Sílvia Antônia Oliveira Pinheiro  
Sirlene G. dos Santos  
Tamara Assunção Saldanha  
Telma de O. Pradeira Candido  
Teresa Maria Araújo Alves  
Valdete Soares dos Santos Bandão  
Valéria Alves da Silva  
Valquênia R. Pereira  
Vanessa R. Gonçalves  
Vera Lúcia Neves  
Vicentina M. G. Oliveira



Zânia Márcia Xavier

**Monitores**

Divina Aparecida Borges

Kimberly

Matheus M. Reino

Rafael Vaz da Silva

**Carreira assistência**

Abraão Lincoln A. Vieira

Agnelo Martins Filho

Alex Sandro G. da Fonseca

Carlos Alberto Lima

Cláudio da S. Memoria

Divina Aparecida B. Pereira

Donina S. Soares

Edileuza M. da S. Santos

Elena de S. Guedes

Elia Lúcia V. Costa

Francisca R. Ferreira

Gerson de Castro Pinto

Haroldo S. Carneiro

Helmo Francisco de Souza

Hilário B. de Oliveira

Ivone Soares da Silva

João G. da S. Júnior

Juliana X. Marques

Kimberly E. Trancoso

Lauro Nonato da S. Filho

Luis Camelo de Lima

Manoel Gomes de Melo

Maria de Lourdes C. da Rocha

Marli A. P. Ribeiro

Matheus M. R. e Silva

Milton dos S. Peres

Neusa dos S. O. Filha

Neusa P. de S. Lima

Ornelina D. Cordeiro

Quelita G. Lima

Rafael Vaz da Silva

Silvana de S. P. Rocha

Sílvio Marcos

Vilma Fernandes de Moura

**CAP**

Adriana Saldanha Martins

Alexandre M. N. Neto

Candice Aparecida Rodrigues

Erika de S. Cerqueira

Erlanda Maria F. Maia

Josiane Pratis Coutinho

Maria das Graças do V. e Silva

Maria Iracema F. de Souza

Rodrigo da S. Cunha

Valéria R. de O. Costa

Vanderléia F. Carvalho  
Vanderlei Holanda Pereira

**Educador Social Voluntário**

Adimarta da Silva  
Ana Clara Van Boekel Travagini  
Carla Elise E. Trancoso  
Janaíne Pereira R. Santos  
Jorcélia dos R. Maciel  
Jucilanda Rodrigues da Silva  
Maria Silvana L. de Oliveira  
Adriene N. G. Pereira

**Comunidade**

Pais, responsáveis, Conselho Escolar, Associação de Amigos do Deficiente Visual - AADV.

**DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR**

Conforme os encaminhamentos dos estudantes do CEEDV no ano de 2019, são oriundos de classes sociais bem diversificadas, há estudantes que residem no Plano Piloto e outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. Há também estudantes matriculados que residem em Formosa, Valparaíso, Luziânia, Unaí, Alto Paraíso de Goiás e Barreiras - BA. Uma grande parcela recebe o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Da mesma forma, mais da metade dos estudantes tem acesso restrito a atendimentos clínicos, aos equipamentos culturais da cidade, como cinemas, museus, parques, feiras e outros espaços de entretenimento.

Para atender as necessidades dos estudantes com baixa visão, cegueira ou surdocegueira esta unidade de ensino oferta atendimentos nas seguintes áreas: Educação Precoce, Programa de Atendimento Pedagógico Especializado - PAPE, Atendimento Curricular Específico – ACE e Programa de Atendimento Interdisciplinar.

O Centro presta atendimento local e funciona como multiplicador de conhecimentos especializados. Atende ao corpo docente e discente, seja com formação específica, em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE). Por ser a única instituição educacional no DF especializada na área da deficiência visual, costumeiramente recebe estagiários e pessoas de outros estados buscando entender e aprender mais sobre a educação das pessoas com deficiência visual.

Para atender as necessidades dos estudantes que extrapolam a parte pedagógica, o CEEDV conta com parcerias de entidades com cunho de Assistência social, tais como, a Sociedade Bíblica do Brasil – SBB (Projeto Acolher a Pessoa com deficiência visual), a ONG Jesus Vive Assistência Social (atendimentos psicológicos para estudantes e famílias), Projeto Vela para todos(para crianças com deficiência visual), Programa Saúde na Escola – PSE e o atendimento odontológico ofertado pela Faculdade UDF.

**FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

O CEEDV é uma escola de passagem, onde o estudante fica apenas o tempo suficiente para adquirir o suporte e os conhecimentos necessários para ser incluído ou fortalecer o processo de inclusão na rede regular de ensino ou a inserção no mundo do trabalho. Dessa forma, o CEEDV é hoje uma instituição complexa que oferece uma gama de atendimentos(Educação Precoce, Programa de Atendimento Pedagógico Especializado - PAPE, Atendimento Curricular Específico – ACE e Programa de Atendimento Interdisciplinar) de acordo com a faixa etária. No decorrer da leitura do

presente projeto, é possível perceber esses grupos, diretamente interligados pelo objetivo comum de atender a toda a comunidade, composta de grande diversidade de sujeitos: crianças a idosos, pessoas com cegueira congênita, cegueira adquirida e baixa visão, surdocegueira e outras deficiências associadas à deficiência visual.

O CEEDV visa atender às necessidades dos estudantes, promovendo o desenvolvimento global para a formação de um cidadão pleno, proporcionando a inclusão e o respeito à diversidade, norteados pelas propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 – LDB e no Currículo em Movimento da Educação Básica, acolhendo-os e assegurando a aprendizagem a todos. Nossa função precípua é capacitar nossos alunos, construindo conhecimentos dinâmicos, para que eles possam viver com autonomia e cidadania posicionando-se e interagindo no mundo.

## **PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS**

O trabalho terá como referências os eixos preconizados no Currículo em Movimento, quais sejam: educação para diversidade, cidadania, educação em direitos humanos e educação para sustentabilidade. Pretende-se, com a execução deste Proposta Pedagógica, assegurar o direito à educação de qualidade estabelecido pela Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e subsidiado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com vistas à inclusão da pessoa com deficiência visual na rede regular de ensino. O Plano Nacional de Educação - PNE e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001a) garantem que o atendimento educacional para os estudantes com necessidades educacionais especiais será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua inclusão nas classes comuns de ensino regular.

Portanto, é necessário discorrer sobre alguns conceitos importantes, como as concepções filosóficas acerca da educação e da aprendizagem, educação especial e deficiência, assim como os princípios norteadores da prática, pois esse será o referencial que orientará o ato pedagógico desta Unidade Escolar.

De acordo com material publicado pelo Ministério da Educação, adota-se como conceito de deficiência aquele que se refere a qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar em uma limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade que, dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais, pode se constituir em uma deficiência (BRASIL, 1998).

Dessa forma, uma doença ou trauma na estrutura e funcionamento do sistema visual podem provocar no indivíduo a incapacidade de “ver” ou de “ver bem”, acarretando limitações ou impedimentos quanto à aquisição de conceitos, acesso direto à palavra escrita, à O e M independente, à interação social e ao controle do ambiente, o que poderá trazer atrasos no desenvolvimento normal.

A pessoa com deficiência visual em processo educativo é aquela que difere da média a tal ponto que irá necessitar de professores especializados, adaptações curriculares e/ou materiais adicionais de ensino para ajudá-la a atingir um nível de desenvolvimento proporcional às suas capacidades.

No trabalho com a pessoa com deficiência visual, há necessidade de um conhecimento prévio de cada caso para elaboração de um plano educacional adequado às características e necessidades do estudante. Algumas informações importantes devem ser colhidas do estudante, dos seus pais ou responsáveis, das equipes médicas, as quais serão posteriormente ampliadas ou rejeitadas, de acordo com o desenvolvimento das atividades, no contato direto com o aluno.

Dessa forma, além dos efeitos diretos da deficiência sobre o indivíduo, segundo Lowenfeld e Ochaitá (1990), algumas variáveis intervenientes afetam o grau da perda visual. Dentre elas, Scholl

(1982) destaca: 1) idade em que se manifestou o problema visual; 2) forma de manifestação; 3) etiologia; 4) tipo e grau de visão (baixa visão).

O sujeito privado de uma modalidade sensorial tão importante como a visão terá necessidade de experiências sensoriais compensatórias, através das outras vias perceptivas não afetadas. No entanto, para que o aprendizado se efetive, essas experiências devem ser significativas para a criança. Oportunidade para aprender implica “um clima emocional dentro do qual é dada à criança orientação e liberdade em proporções justas e relativas às suas necessidades como uma personalidade em desenvolvimento” (NORRIS et al., 1997).

Portanto, é importante entender os riscos que a pessoa com deficiência visual, principalmente as crianças, podem ter na condução do seu desenvolvimento e aprendizagem, guiada pela insegurança, superproteção e, mesmo, desconhecimento das pessoas que a cercam.

Toma-se como base o autor Lowenfeld (1973), que estabeleceu cinco princípios para a educação da pessoa com deficiência visual:

**Individualização:** o grau de visão, época e condições em que se manifestou o problema visual são aspectos que exigem um programa individualizado que venha atender às necessidades de cada criança, de acordo com suas potencialidades e ritmo de desempenho.

**Concretização:** o conhecimento da criança DV será obtido por meio dos outros sentidos, que não a visão: para ela realmente perceber o mundo à sua volta, é necessário oferecer-lhe, sempre que possível, objetos passíveis de toque e manipulação. Ela irá adquirir a noção de forma, tamanho, peso, solidez, textura, flexibilidade, temperatura e outras características dos objetos principalmente por meio do tato. Os modelos deverão ser ampliados, quando os originais forem muito pequenos, e diminuídos, quando muito grandes. Essas adaptações, no entanto, não deixam de ser uma distorção do real, e as diferenças devem ser detalhadamente explicadas à criança em suas devidas proporções. Face às barreiras reais que o ambiente pode oferecer, a criança deficiente pode não estar acostumada a grandes explorações do meio e dos objetos à sua volta; ela precisa ser estimulada a comparar, detectar diferenças para, realmente, conhecer e se inteirar do que é. Se não for dada especial atenção à concretização, os conhecimentos formais poderão ser mal compreendidos e deformados, levando-a a fazer conceituações errôneas ou, simplesmente, cair no verbalismo (descrever sem saber o que é).

**Ensino Unificado:** a experiência visual tende a unificar, globalizar o conhecimento em sua totalidade. As orientações deverão ser transmitidas de modo global, de tal forma que permitam à criança localizar-se em uma situação real da vida, para poder ser auxiliada na aquisição de novos conhecimentos, em que não haja condições de observação em conjunto, estruturando interiormente suas experiências em um todo organizado. Para facilitar essa globalização, devem ser dadas ao estudante oportunidades de observação por meio de todas as possibilidades auditivas, gustativas, olfativas, táteis e cenestésicas do estudante e utilizá-las não só na exploração dos conteúdos específicos da aprendizagem formal como também nas atividades gerais da vida diária e na O e M, sugerindo aos pais para também fazerem o mesmo, sempre que possível.

**Estímulo Adicional:** a visão é um dos sentidos que mais recebe estímulos para observação informal de situações novas e conseqüente aprendizagem incidental. A criança cega pouco estimulada terá uma vida relativamente restrita e, para ampliar seus horizontes, desenvolver suas imagens mentais e orientá-las para ambientes mais amplos, é necessário proporcionar-lhe experiências, por meio de estimulação adequada e sistemática, de acordo com seu desenvolvimento e motivação, fazendo-a conhecer o mundo por meio de sua própria observação e experiência. A orientação espacial sobre

ambientes mais próximos pode ser iniciada pela exploração detalhada desses ambientes, seguida de descrição ou representação, iniciando-se, por exemplo, pelo próprio quarto, sala, cozinha e demais dependências; a sala de aula, banheiro, diretoria, refeitório e demais ambientes que deve circular na escola, procurando estabelecer relações de tamanho e distância entre os ambientes conhecidos, tanto do lar quanto da escola, evoluindo conforme o interesse e domínio da criança. Esse tipo de atividade irá contribuir para que, futuramente, o estudante tenha os pré-requisitos necessários para uma locomoção independente.

Autoatividade: toda criança precisa movimentar-se para adquirir desenvolvimento físico e motor harmonioso e para isto se efetivar, ela precisa ser motivada. Devem-se dirigir seus interesses no sentido de estimular o desejo de movimentar-se livremente. A mobilidade, a fala, o ato de preensão, de alimentar-se, a socialização e outros aspectos poderão ser retardados se ela não for orientada para executar tais atividades. Ela só irá dominar essas habilidades fazendo. Por outro lado, a maturação também precisa ser auxiliada em todos os seus estágios, sendo necessário oferecer à criança oportunidades para poder fazer sozinha atividades compatíveis com suas condições, em um ritmo crescente de interesses e complexidade.

Assim, pautados nos documentos supracitados, pretende-se, ao longo de cada ano letivo, executar as práticas educativas necessárias a fazer com que o deficiente visual e surdocego desenvolvam todo seu potencial frente aos estímulos de ensino-aprendizagem dentro e fora do CEEDV.

## **OBJETIVOS**

Diante dos objetivos da Política Nacional de Educação, que enfatiza a inclusão social e educacional na construção da plena cidadania do estudante com necessidades educacionais especiais, o CEEDV visa colaborar com esse processo de forma consciente, almejando o sucesso sócio-pedagógico e cultural dos seus estudantes. Portanto, este Centro prima pela qualidade do ensino, dando ênfase à valorização do ser humano, à pessoa, ao cidadão, vislumbrando a plena inclusão social dos estudantes e sua qualidade de vida. Para alcançar esses objetivos serão necessárias medidas administrativas e pedagógicas.

Objetivo Geral:

- Proporcionar ao estudante com deficiência visual e surdocega o atendimento pedagógico com os recursos materiais adequados e estratégias metodológicas com o intuito de desenvolver competências e habilidades na formação pessoal, social, orientação profissional e conhecimento de mundo, segundo as leis vigentes.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Promover o desenvolvimento integral do estudante com deficiência visual e surdocego, favorecendo a aprendizagem, sua interação sociocultural e seu desenvolvimento global;
- Proporcionar o atendimento especializado ao estudante com deficiência visual e surdocego, proporcionando o acesso e a permanência na escola, com efetiva participação dos profissionais da escola e/ou especialistas da comunidade, com vistas ao processo de inclusão proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e pelo Ministério da Educação;

- Divulgar e valorizar o Ensino Especial como alternativa para a educação de pessoas com deficiência visual e como apoio ao projeto de Inclusão Educacional, junto a SEEDF;
- Promover e adequar o funcionamento e a integração entre o CEEDV com as outras instituições governamentais e não governamentais do Distrito Federal;
- Avaliar, acompanhar e participar do atendimento educacional do estudante com deficiência visual a partir de zero ano de idade;
- Oferecer, aos estudantes deficientes visuais maiores de 14 anos, Alfabetização EJA: e outros cursos oferecidos pela comunidade;
- Orientar, preparar e encaminhar os estudantes deficientes visuais, maiores de dezesseis anos, para o mercado de trabalho, competitivo e protegido;
- Promover o ambiente alfabetizador e/ou o próprio processo de alfabetização aos estudantes por programa específico: AEE, Educação Infantil, Alfabetização EJA e Apoio à Inclusão;
- Sistematizar e integrar as ações pedagógicas e administrativas em todos os segmentos da comunidade escolar, para subsidiar uma prática interdisciplinar com objetivos de ensino, centrados nas necessidades e possibilidades do estudante;
- Propiciar ambiente acolhedor e motivador para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da comunidade escolar;
- Assegurar a formação continuada dos profissionais do CEEDV com estudos sistematizados, para manter a qualidade no atendimento dos estudantes, em parcerias com instituições de Ensino Médio e de formação qualificada de áreas afins;
- Promover o desenvolvimento da ética e competência profissional como elementos básicos de relações humanas entre o corpo docente e discente, respeitando suas diferenças e individualidades;
- Proporcionar aos reabilitandos meios de desenvolvimento de habilidades, capacidade de resolução de problemas, enfrentamento de situações novas e reconhecimento de suas limitações e capacidades; e
- Viabilizar a comunicação escrita e oral das pessoas com deficiência visual, por meio de técnicas e recursos específicos.

### **CONCEPÇÕES TEÓRICAS**

De acordo com o artigo 208, caput, inciso III da Constituição Federal de 1988, o Estado assegurará às pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado. E com fundamento no Artigo 3º, inciso XIII e artigo 58, caput, §3º da Lei nº 9.394/1996, à pessoa é assegurado o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Com fulcro nesses marcos legais o CEEDV oferta os atendimentos educacionais especializados às pessoas com deficiência visual desde o seu nascimento.

Conforme o Currículo em Movimento, a Educação Especial é uma modalidade de educação escolar transversal a todos os níveis educacionais, desde a educação básica até o nível superior, e pensando na perspectiva da educação inclusiva, o CEEDV fundamenta-se em princípios de equidade,

de direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de se expressar e de ser diferente, com vistas à formação do ser integral.

A base teórica da Educação especial está na legislação vigente tendo como Princípios Norteadores: a Cidadania, a Diversidade e a Sustentabilidade Humana. Dessa maneira, a Educação Especial tem como objetivo a inclusão do estudante no ensino regular e a sua inserção no mercado de trabalho, primando pela autonomia e cidadania. A escola possui a responsabilidade de ofertar

A escola está adequada ao Currículo em Movimento com adaptações para o estudante com deficiência visual. Vygotsky (1977) preconiza em seus estudos a superação da leitura negativa do sujeito que apresenta deficiência. Não se pode olhar somente o que falta. Ressalta que se dê atenção àquilo que o sujeito faz e consegue dentro de suas habilidades, que se busque compreender como são construídas as situações de fracasso e destaca a importância de se estudar o sujeito como um conjunto de relações e processos.

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

A organização pedagógica e curricular da educação e do ensino no CEEDV se dá a partir do desenvolvimento de programas e áreas complementares, conforme itens a seguir:

### EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM

#### **Apresentação**

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) atua no acolhimento de pessoas com deficiência visual ou surdocegueira, que visam ingressar no CEEDV e no acompanhamento dos estudantes aqui já matriculados. Para tanto, busca a compreensão e propõe intervenção nas dificuldades encontradas no processo de ensino e de aprendizagem, por meio da consideração das múltiplas variáveis que podem interferir no desempenho acadêmico visando a promoção do desenvolvimento.

Para tanto realiza Avaliação Psicopedagógica e/ou Avaliação Funcional da Visão do estudante com deficiência visual ou surdocego considerando os aspectos cognitivos, afetivo-emocionais, psicomotores e socioculturais.

De acordo com o modelo de investigação psicopedagógica proposto pelo MEC (2002) e adotado pelas Orientações Pedagógicas (2006), compreende-se que a avaliação das dificuldades apresentadas pela pessoa com deficiência deve ser contextualizada e interventiva, realizada preferencialmente no ambiente de aprendizagem, a fim de promover ações pedagógicas, tanto de cunho preventivo quanto interventivo, junto aos profissionais, estudantes e familiares envolvidos no processo de construção de conhecimento.

Já a Avaliação Funcional da Visão, segundo Brasil (2001b, p. 53),

é construída a partir de um trabalho diferenciado, mediante a integração das áreas médica e educacional. O oftalmologista especializado em baixa visão realiza a avaliação oftalmológica pelos exames de rotina, corrige as possíveis alterações de refração que possam impedir o desenvolvimento visual e faz a avaliação das funções visuais que são de grande valia para orientação do trabalho pedagógico. O professor especializado em baixa visão realiza a observação do desempenho visual do aluno em todas as atividades diárias, desde como se orienta e locomove-se no espaço, alimenta-se, brinca, até a sua visão para a realização de tarefas escolares ou práticas. A avaliação funcional da visão residual para atividades educacionais, de vida diária, orientação e mobilidade; a necessidade de adaptação à luz e aos contrastes.

Por esse motivo, a avaliação da pessoa com deficiência visual é realizada por esta equipe, por meio de uma ação metodológica que aborda tanto os aspectos psicopedagógicos quanto os visuais de maneira inter-relacionadas e complementares entre si.

Após avaliação é elaborado devolutiva por meio de Relatórios de Encaminhamento, de Avaliação Funcional da Visão ou Parecer Psicopedagógico indicando os encaminhamentos mais adequados com as devidas orientações aos profissionais que irão atendê-lo (professores regentes,

professores itinerantes, professores de sala de recursos de deficiência visual e outros), quando necessário.

- Forma de ingresso: Pessoas com deficiência visual atestada por laudo médico oftalmológico atualizado; encaminhadas por instituições de saúde, por escolas, pelas salas de recursos, pelo serviço de itinerância, além comunidade do DF e entorno do DF;

#### **Justificativa**

O trabalho especializado e interdisciplinar realizado por esta equipe possibilita a compreensão e a participação de todos os envolvidos no processo de escolarização do estudante com deficiência visual: a família, a escola, os professores, profissionais da área de saúde e o próprio estudante, a respeito de suas potencialidades, que favoreçam o seu desempenho socioeducacional. Além disso, ressalta-se que é de fundamental importância o trabalho de apoio pedagógico específico na área de deficiência visual que esta equipe desempenha, uma vez que cabe aos seus profissionais especializados avaliar, identificar e sugerir intervenções no processo de desenvolvimento do estudante com deficiência visual, considerando os aspectos psicopedagógicos e funcionais da visão, a fim de esclarecer e orientar as ações didático-pedagógicas que facilitem o processo ensino-aprendizagem da clientela atendida.

#### **Objetivos**

##### *Geral*

- Acolher a pessoa com deficiência visual e surdocegueira para investigar e evidenciar a qualidade do desempenho funcional e suas interrelações nos diversos contextos de modo a conhecer e propor encaminhamentos e intervenções.

##### *Específicos*

- Realizar Avaliação e Reavaliação Psicopedagógica e/ou Funcional da Visão dos estudantes com deficiência visual e surdocegos, com auxílio de um guia-interprete quando for necessário de modo a propor encaminhamentos e apoios didático-pedagógico no processo educacional;
- Apoiar e subsidiar o corpo docente, auxiliando-o a desenvolver as estratégias educacionais e metodológicas necessárias na área da deficiência visual, visando à melhor intervenção pedagógica no contexto escolar;
- Intervir, junto ao estudante e à sua família, visando à melhoria da qualidade de vida e seus reflexos no processo ensino-aprendizagem;
- Sensibilizar as famílias para maior participação no processo avaliativo/interventivo, tornando-as corresponsáveis no desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes;
- Intervir na comunidade escolar e outras instituições parceiras, de forma preventiva, visando a informar e sensibilizar a respeito da importância dos procedimentos adotados pelo serviço de apoio pedagógico à pessoa com deficiência visual.

#### **Público-alvo**

- Público-alvo: Pessoas com deficiência visual (cegas ou com baixa visão) e surdocegas

#### **Pessoal**

- 1 psicólogo
- 1 pedagogo

A condição ideal é que os profissionais tenham formação em Educação do Deficiente Visual e do Surdocego, preferencialmente com experiência direta no atendimento à pessoa com deficiência visual.

#### **Recursos**

Brinquedos diversos, escalas oftalmológicas, objetos lúdicos, lanternas com pilhas, computadores, impressoras, escalas psicológicas, testes psicológicos, inventários de desenvolvimento infantil, material de escritório, objetos luminosos e sonoros.

Uma sala com mesas, cadeiras, armários, quadro negro e quadro branco liso, para atendimento a pessoa com deficiência visual, bem como para acolhimento e entrevista com as famílias.



## BIBLIOTECA BRAILLE ELMO LUZ

### **Apresentação**

A Biblioteca Braille foi criada em 17 de setembro de 1982 pelo professor Elmo Luz, sensibilizado com a carência de um espaço para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem do estudante Deficiente Visual.

A Biblioteca do CEEDV tem uma clientela composta de aproximadamente 260 estudantes da educação básica, superior e voluntários, que desenvolvem o processo ensino-aprendizagem durante todo o ano letivo, no matutino e no vespertino, ora lendo, ora explicando o conteúdo em questão, a cada duas horas de atendimento ao estudante DV na(s) disciplina(s) solicitada(s). Ainda desenvolve atividades didáticas na preparação do estudante DV para concursos públicos e inserção no Ensino Médio. O serviço bibliotecário se estende, também, ao empréstimo de livros em Braille e gravados, para uso na biblioteca ou domiciliar pelo estudante.

### **Justificativa**

O atendimento à comunidade escolar é diário. A biblioteca conta hoje com 5 cabines equipadas com computadores e ar condicionados, para que os alunos estudem individualmente, com voluntários ou em grupos.

### **Pessoal**

Para o atendimento aos estudantes Deficientes Visuais conta-se com dois professores e três auxiliares em educação todos readaptados

### **Recursos**

O acervo é composto de livros literários, didáticos, infantojuvenis, dicionários das línguas portuguesa e inglesa, em tinta e em Braille, computadores com internet, máquina Braille, reglete, audioteca com livros em CD, mesas, cadeiras e estantes, em um espaço de aproximadamente 140 m<sup>2</sup> de área.

## SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

### **Apresentação**

O Serviço de Orientação Educacional atua na perspectiva de prestar auxílio às famílias dos educandos quanto ao seu processo de desenvolvimento, suas necessidades específicas, à necessidade da parceria entre escola e família e, ainda, atuar como mediador, quando necessário, das interações entre docentes, discentes e demais profissionais que atuam na instituição de ensino.

### **Justificativa**

A inserção da criança nos primeiros anos de vida em outro ambiente que não o familiar pode acarretar o sentimento de insegurança tanto nela quanto em seus responsáveis. A escola, enquanto espaço privilegiado de desenvolvimento e aquisição de conhecimento, carrega o peso das expectativas familiares, do compromisso com a perpetuação da cultura, do desenvolvimento de hábitos e atitudes necessárias para o estabelecimento de relacionamentos interpessoais saudáveis.

Assim sendo, o Serviço de Orientação Educacional atua como suporte à comunidade escolar buscando construir junto ao grupo, alternativas em situações de conflito, parcerias, o sentimento de pertencimento e alteridade.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Colaborar com a construção de relações interpessoais saudáveis e harmoniosas entre os que compõem a comunidade escolar ajudando a tornar ambiente educativo em todas as interações.

#### **Específicos**

Promover a construção de um ambiente educativo rico em interações, respeito, conscientização dos direitos e deveres dos cidadãos;

Promover a interação entre família e escola;

Promover a interação entre estudantes.

### **Público alvo**

Toda comunidade escolar.

## EDUCAÇÃO PRECOCE

### **Apresentação**

A Educação Precoce é uma área que atende crianças de 0 a 4 anos a completar até 31 de março. O CEEDV atende crianças com deficiência visual, surdocegueira e com outras deficiências associadas.

Atende com recursos estimuladores destinados à promoção das potencialidades e à aquisição de habilidades e competências. Visa assegurar um ambiente adequado para a realização das ações educacionais relativas à coesão familiar como base para a inclusão social, priorizando o papel dos pais, para que eles próprios se constituam como agentes de mudanças.

O ingresso da criança na Educação Precoce se dá ao longo de todo o ano letivo, mediante avaliação do coordenador da área.

### **Justificativa**

A criança com deficiência visual, assim como as demais crianças, apresenta diversas potencialidades a serem desenvolvidas. Entretanto, diferentemente das demais, têm necessidades específicas de aprendizagem, para as quais precisa de apoio e recursos educacionais especiais.

Em decorrência da deficiência sensorial, apresentam necessidades específicas, caminhos e formas peculiares de apreender e assimilar o real. Necessitam de mais tempo para vivenciar e organizar suas experiências, aprender e construir conhecimentos. Compreendidas essas especificidades pela família e professores, poderão se beneficiar e obter sucesso na inclusão escolar e social.

### **Objetivos**

#### *Geral*

- Proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento das potencialidades da criança de 0 a 4 anos com deficiência visual associada ou não a outras necessidades educacionais especiais, no que se refere aos seus aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais, priorizando o processo de interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas, assim como a orientação, o apoio e o suporte à família e ao processo verdadeiramente inclusivo, fundamentado na dimensão humana (DISTRITO FEDERAL, OP/ Educação Precoce, 2006).

#### *Específicos*

- Promover oportunidades para que o estudante DV desenvolva a autoimagem, atuando de forma cada vez mais independente consigo mesmo e com seus pares, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Possibilitar ao estudante DV descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo e suas potencialidades, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Identificar as possíveis ações educacionais a partir das necessidades educacionais especiais de cada estudante com vistas a promoção e seu desenvolvimento, integração e inclusão social;
- Oportunizar esquemas tátil cinestésicos com movimentos coativos para que o estudante DV apreenda o mundo através do contato físico.
- Favorecer, promover e incentivar o brincar utilizando seus sentidos remanescentes;
- Propiciar estratégias específicas de mediação para as necessidades dos alunos DV;
- Promover atividades que desenvolvam a consciência, eficiência e funcionalidade visuais;
- Proporcionar o estabelecimento de vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças;
- Otimizar as funções visuais básicas proporcionando ao estudante DV a observação e a exploração do ambiente com atitude de curiosidade e segurança.

### **Público-alvo**

Crianças com deficiência visual ou com suspeita de deficiência visual, surdocego e deficiências associadas de 0 a 4 anos a completar até 31 de março.

### **Modulação**

As turmas serão compostas com o mínimo de 10 até 15 estudantes. As aulas são realizadas individualmente ou em grupo (segundo as Orientações Pedagógicas da Educação Precoce, 2006). As

turmas de crianças de 0 a 6 meses/orientação aos pais serão compostas com o número entre 6 e 15 estudantes.

As aulas são realizadas de forma sistematizada, conforme a descrição abaixo:

- Aulas individuais:

- De 0 a 6 meses (podendo chegar a um ano) – o atendimento acontece duas vezes por semana, um horário com o professor pedagogo e um horário com o educador físico;

- De 6 meses em diante – o atendimento ocorre duas vezes por semana, dois horários com o professor pedagogo e dois horários com o educador físico;

As aulas de educação física para as crianças até 2 anos de idade, ocorrem sempre individualmente. Esse atendimento acontecerá em solo e/ou na piscina. A quantidade desse atendimento é feita respeitando a idade do aluno.

A partir de dois anos de idade, os atendimentos ocorrem três vezes por semana em atendimentos individuais, devido às especificidades visuais dos estudantes

Crianças com maior grau de comprometimento, de acordo com o estudo de caso e avaliação, participam das aulas em grupo ou individuais com acompanhamento exclusivo de seu professor.

- **Aulas para crianças de 0 a 6 meses/orientação aos pais:**

Este atendimento ocorre com um pedagogo e um educador físico.

O trabalho com os pais ocorre de forma sistemática, sempre que necessário e possível, os pais participam do trabalho com o grupo e acompanham os filhos no trabalho com o professor regente. O trabalho individual é realizado somente quando necessário, e essa orientação aos pais realiza-se no mesmo horário da aula da criança, enfatizando-se que, uma vez por semana, os pais fazem parte do trabalho com o grupo de pais e no outro dia da semana, acompanham a criança no trabalho dos regentes.

Conforme a determinação vigente, referente à modulação desta turma e da demanda de docentes na unidade escolar caberá ao professor que trabalha com a turma de pais realizar o trabalho pedagógico com o aluno como complementação de sua carga horária.

O trabalho aborda, prioritariamente, o papel dos pais e da família, as atividades e as iniciativas de autogestão, para que eles próprios se constituam agentes de mudança integrativa, buscando ações relativas à coesão familiar, com base no programa de inclusão educacional e social das crianças.

### **Pessoal**

A Educação Precoce contará, em seu quadro, com os seguintes profissionais:

- Professor Coordenador;
- Professores regentes da área de Pedagogia;
- Professores regentes da área de Educação Física;
- Monitor;
- Educador Voluntário Social.

### **Recursos**

Lanternas com pilhas, brinquedos diversos, colchonetes, almofadas, bola suíça, velotrol e similares, bicicletas, piscina de bolinhas, balanço, pula-pula individual, cama elástica, rampa, escada. Uma sala para as aulas em grupo, uma sala para bebês, uma sala de psicomotricidade, uma sala para acolhimento e entrevista com as famílias, uma sala para atendimento dos pais, uma sala para coordenação de professores, uma piscina na área externa da escola, com vestiário, e um parque infantil de areia com brinquedos e casinha.

### **Avaliação e terminalidade**

A criança ao atingir a idade cronológica de três anos, onze meses e vinte e nove dias – até 31 de março do ano subsequente – será encaminhada para prosseguimento nos estudos, mediante realização de estudos de casos, conforme calendário da SEEDF, do qual devem participar os profissionais da equipe de Apoio à aprendizagem do CEEDV e os professores da Educação Precoce e seu coordenador.

Fica garantido ao estudante DV o retorno para as atividades do Currículo Específico e/ou Interdisciplinar, caso seja indicado em sua avaliação de saída.

## PROGRAMA DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO - PAPE

### **Apresentação**

O PAPE é um Programa de Atendimento Pedagógico Especializado oferecido pelo CEEDV que visa ao desenvolvimento educacional, à socialização, alfabetização e à inclusão de crianças com deficiência visual, múltipla, TEAs e surdocegas – desde que tenham deficiência visual associada – da comunidade do Distrito Federal e Entorno.

O termo *deficiência múltipla* tem sido utilizado, com frequência, para caracterizar o conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social. No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas, sim, o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas (BRASIL, 2006).

Já o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) constitui um grupo caracterizado por alterações que se manifestam nas áreas de desenvolvimento da comunicação, comportamento e relação interpessoal. Dentro desse grupo são atendidos os estudantes que apresentam Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo Infantil e Transtornos Invasivos do Desenvolvimento não especificados de outra forma.

Atende crianças com idade entre 4 anos a 10 anos a completar até 31 de março. Fundamenta-se na especificidade dos conhecimentos básicos necessários para a educação da criança com deficiência visual, para que ela possa acessar as múltiplas possibilidades de vivências e convivências na sociedade. Ainda visando ao desenvolvimento pedagógico, o estudante é atendido neste Centro, no Atendimento Curricular Específico para DV e também no Programa de Atendimento Interdisciplinar, os quais fazem parte do currículo e contribuem, de forma significativa, no processo educacional, de acordo com a necessidade de cada um.

Nesse sentido, o PAPE foi estruturado em Classes, que atendem o estudante em suas especificidades pedagógicas, assim divididos:

- PAPE DV 4 e 5 anos
- PAPE DV 6 a 10 anos
- PAPE DMU 4 e 5 anos
- PAPE DMU 6 a 10 anos
- PAPE TGD 4 e 5 anos
- PAPE TGD 6 a 10 anos

As crianças das turmas PAPE DV de 6 a 10 anos, têm atendimento em sala de aula, com sua turma, em três horários seguidos, durante os 5 dias da semana, a fim de uma continuidade coletiva do currículo em movimento proposto para esta fase de escolarização.

### **Justificativa**

O trabalho realizado no Programa de Atendimento Pedagógico Especializado do CEEDV com alfabetização de crianças com deficiência visual, com idade entre 6 e 10 anos, é importante para a efetiva inclusão destas crianças no ensino regular.

O processo de aprendizagem de uma criança com deficiência visual pede uma atenção diferenciada. Devem ser-lhe oferecidas diversas oportunidades de experiências e inúmeras habilidades devem ser trabalhadas sistematicamente para que seu crescimento global se efetive verdadeiramente. Nas palavras da professora Maria da Gloria Almeida: “A criança cega, assim como todas as outras crianças, deve ser percebida como um ser inteiro, dona dos seus pensamentos, e construtora, ainda que em condições peculiares, do seu próprio conhecimento” (ALMEIDA, M.G.S. IBC, 2001).

Nesse sentido, cabe aos professores aproximá-las do seu “universo de significados”; elementos que lhes evoquem seu sistema de escrita e leitura; experiências que lhe situem no “universo do aprender” e que favoreçam sua apropriação dos elementos da escrita e da leitura tátil. Além disso, é imprescindível o convívio com seus pares, momento em que a troca é genuína, uma vez que o “outro significativo” se configura como um “igual”.

Para isso, faz-se necessário um espaço de aprendizagem favorável a essas crianças. Este espaço deve propiciar-lhes condições de desenvolvimento de competências tanto no meio acadêmico (leitura, escrita, raciocínio lógico, expressão corporal, coordenação motora, etc.) como no âmbito social (trocas significativas com seus pares).

A criança com deficiência visual deve entrar em contato com a escrita Braille, com o sistema Matemático – Sorobã, e para tanto, se faz necessário o fortalecimento da musculatura e articulações; percepção da sensibilidade tátil, que facilitará seu processo de construção da escrita de modo mais competente.

Sendo assim, o trabalho pedagógico não pode limitar-se a determinar o nível e gravidade da insuficiência, mas obrigatoriamente, considerar os processos compensatórios, quer dizer, substitutivos, sobre estruturas e niveladoras do desenvolvimento e na conduta da criança.

Dentro dessa perspectiva, é de extrema importância que a educação especial se oriente à plena validade social do aluno e que essa seja o seu ponto real e determinante, e que, por outro lado, não haja mistificação da deficiência e do sofrimento. No caso do deficiente visual, Vygostky afirma que a falta da visão é um estado natural para a criança, que só percebe sua condição por meio de sua experiência social refletida nela, mais uma razão para que essas experiências sejam direcionadas para o alcance da autonomia e valorização social, para a equiparação da atividade social do sujeito cego à do vidente (VYGOTSKY, 1997).

É, portanto, na perspectiva de contribuir com a formação do sujeito integral, com plena validade social, apto a interagir com toda e qualquer esfera da sociedade, que o Programa de Atendimento Pedagógico Especializado – PAPE – se propõe a oferecer um ambiente de experiências de aprendizagens, considerando as especificidades do caminho do desenvolvimento da criança com deficiência visual, para que esta alcance os mesmos objetivos da educação de crianças visuais normais.

### **Objetivos**

#### **Geral**

- Proporcionar, às crianças com deficiência visual, condições para a construção da identidade e da autonomia, sua interação, socialização e ampliação progressiva do conhecimento de mundo e preparação para a inclusão no ensino regular.

#### **Específicos**

- Sistematizar ações pedagógicas necessárias ao atendimento educacional da criança com deficiência visual;
- Orientar a criança com deficiência visual quanto ao uso de equipamentos e recursos materiais específicos para seu desenvolvimento educacional;
- Promover atividades para que a criança possa desenvolver comportamentos socialmente aceitos e a adaptação ao meio;
- Promover situações para que a criança possa se familiarizar com a leitura e a escrita.
- Instrumentalizar a criança para a inclusão no ensino regular.

### **Público-alvo**

Estudantes oriundos da Educação Precoce (via equipe de avaliação e aprendizagem do CEEDV) e/ou da comunidade, de 4 a 10 anos de idade, a completar até 31 de março.

### **Modulação**

As classes de DV são compostas de 4 a 6 estudantes, as de DMu de 1 a 3 estudantes, e as de TGD de 1 a 2 estudantes.

### **Pessoal**

- 1 Professor especializado em deficiência visual para cada turma;
- Monitores;
- Educadores Voluntários Sociais.

### **Avaliação**

Por meio de observação e relatório descritivo, com temporalidade flexível para conclusão do conteúdo, respeitada a frequência obrigatória.

### **Terminalidade**

Vencendo o processo de alfabetização, o estudante será encaminhado ao ensino regular de acordo com avaliação de nivelamento realizada pelos professores do PAPE e validada pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem deste Centro.

De modo geral, o estudante permanece matriculado no CEEDV até os 10 anos, momento que poderá estar apto à inclusão no ensino regular ou será encaminhado à outro Centro de Ensino especial ou classe especial no ensino regular.

Em caso de permanência do estudante após os 10 anos de idade, por motivo de conclusão da alfabetização, será realizado Estudo de Caso pelo corpo docente do PAPE e pela Equipe Especializada

de Apoio à Aprendizagem do CEEDV, sendo o mesmo anexado ao relatório descritivo semestral do estudante.

## ATENDIMENTO CURRICULAR ESPECÍFICO

### **SURDOCEGUEIRA**

#### *Apresentação*

A surdocegueira diz respeito à presença da dupla privação dos sentidos distais, audição e visão, na mesma pessoa. Altera os padrões de acesso as informações do ambiente, a comunicação, a locomoção e a orientação no espaço. Portanto, a ausência simultânea da funcionalidade total ou parcial da audição bilateral - surdez moderada, severa ou profunda - e da visão bilateral (baixa visão ou cegueira), associada ou não a outras comorbidades, com implicações linguísticas, caracteriza a pessoa como surdocega. Cader-Nascimento (2010) ressalta que, além de conhecer a presença e o grau das lesões do ponto de vista fisiológico, que lhe garantem a elegibilidade dos atendimentos especializados, faz-se necessário conhecer como cada pessoa vivencia sua condição linguística e sensorial.

Assim sendo, a definição não deve se pautar exclusivamente no aspecto clínico da deficiência, mas na funcionalidade dos mesmos no estabelecimento do contato com o contexto histórico sociocultural. Diante disto, se pensar nas fases da vida, na forma como as informações são transmitidas, como a pessoa, a família e o contexto em que ela está inserida recebem, organizam e interpretam a informação, ter-se-á nesse quadro uma infinidade de manifestações corporais, sociais linguísticas e emocionais, gerando comportamentos únicos. Por exemplo: muitas vezes um estudante com surdez moderada e baixa visão pode necessitar de mais apoio e adaptação do que outro que apresenta surdez profunda e baixa visão. Vale ressaltar que o Ministério da Educação (BRASIL, 2001b) não especifica o aspecto clínico da deficiência, mas o aspecto funcional dela. Nesse caso, havendo associação de baixa visão com surdez moderada, a pessoa passa a ser classificada como surdocega, deve ser encaminhada aos componentes do currículo educacional específico.

Os estudos de Michael e Paul (1991) evidenciam que 94% das pessoas surdocegas apresentam algum resíduo visual e/ou auditivo. Geralmente, a surdez se manifesta primeiro e depois, ao longo da vida, a deficiência visual, associada ou não a outras comorbidades. Provavelmente, o nome *surdocegueira* decorre da maior incidência da surdez e depois a manifestação da deficiência visual, e não o inverso. Vale ressaltar que quando a primeira manifestação é a deficiência visual (cegueira ou baixa visão) os encaminhamentos devem levar em consideração o padrão linguístico do sujeito e o prognóstico da recepção auditiva das informações do ambiente.

A surdocegueira, da mesma forma que outras deficiências, pode ser congênita (fase pré-natal) ou adquirida (após o nascimento). A manifestação pode acontecer no período pré-linguístico – anterior à aquisição da linguagem – ou pós-linguístico, após a pessoa aprender um sistema de comunicação. As situações são distintas, e cada caso deve ser considerado individualmente, por meio da avaliação pela EEAA do CEEDV, em parceria com a itinerante da área. O processo de aprendizagem de recursos de comunicação, principalmente, de uma língua precisa ser priorizado em todos os atendimentos, sempre levando em consideração que a ausência de educação linguística acarreta redução de potencial cognitivo.

#### *Justificativa*

A oferta de serviço no CEEDV aos surdocegos que apresentarem laudo clínico de surdez e deficiência visual associada ou não a outras comorbidades consiste em atendimentos específicos que habilitam e viabilizam a inclusão sociocultural.

A presença da combinação das duas deficiências, visual e auditiva, impossibilita o uso dos sentidos de distância, cria necessidades especiais de comunicação, causa extrema dificuldade na conquista de metas educacionais, vocacionais, recreativas, sociais, bem como altera o acesso às informações e compreensão do mundo. Esse quadro gera a necessidade de adequação da prática pedagógica prevista no relatório da EEAA. Muitos estudantes surdocegos necessitam ser reabilitados à sua condição sensorial e, para tanto, necessitam de Educação Precoce, Educação Visual, Educação Linguística, Avás, O e M, transposição do registro escrito para o Braille, aprendizagem do uso do sorobã, expressão corporal e artística, digitação (preferencialmente com o uso de linha Braille) e ampliação dos recursos de comunicação alternativa, pautada em sistemas linguísticos estruturados (libras háptica, fala-tadoma, alfabeto manual, braille digital).

As pessoas surdocegas necessitam de formas específicas de comunicação para ter acesso à educação, ao lazer, ao trabalho, à vida social, entre outros, além de terem que se adaptar a uma nova forma de comunicação. Esse trabalho requer a figura do professor na função de guia-intérprete educacional. Este professor, capacitado, é o elo entre o estudante surdocego, o ambiente e as demais pessoas. É esse profissional que lhe possibilita a independência, tanto para se locomover como para se comunicar, condições essas fundamentais para a sua inclusão social.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível oferecer atendimento exclusivo em educação linguística com a participação do guia-intérprete e com os pares surdocegos. Existem várias formas de comunicação alternativa possíveis de serem realizadas com o surdocego. O profissional (guia-intérprete) deve dominar as técnicas de ensino dos recursos de comunicação alternativa, evitando se centrar em um único recurso de comunicação ou em processos elementares da comunicação. Neste sentido, buscar priorizar o ensino de língua (libras adaptadas ou fala). Faz-se necessário estimular o uso de outras possibilidades de comunicação. Caberá ao estudante surdocego a opção de qual recurso irá predominar nas suas interações. Conhecer os demais sistemas de comunicação viabilizará o intercâmbio com outros surdocegos que utilizam sistemas diferenciados de recepção e expressão das informações. Entre as possibilidades de comunicação que devem ser priorizadas no processo de educação linguística, citam-se as seguintes:

- Libras háptica;
- Língua de sinais em campo visual reduzido;
- Alfabeto manual tátil;
- Braille digital;
- Escrita na palma da mão;
- Prancha alfabética;
- Tadoma (percepção tátil da fala);
- Escrita ampliada;
- Leitura labial;
- Língua oral amplificada;
- Objetos de referência: reais, partes, miniaturas;
- Sistema Malossi (letra do alfabeto romano distribuída na palma da mão);
- Pistas do contexto natural (cheiro de comida, perfume, barulho);
- Pistas táteis no corpo da criança ou do adulto;
- Gestos naturais;
- Desenhos;
- Uso de tecnologia assistiva, entre outros;
- Materiais técnicos do sistema alfabético com retransmissão em Braille (Display

Braille ou linha Braille).

- Registro escrito (texto, desenho, sequência de palavras) de todos os atendimentos curriculares específicos. Este processo representará a síntese dos atendimentos.

O profissional necessita ter em vista que a singularidade decorrente da surdocegueira cria necessidades e desafios específicos, uma vez que alguns estudantes conseguem assimilar uma língua sistematizada e estruturada, como a fala, escrita, leitura, língua de sinais, enquanto outros apresentam maiores desafios cognitivos a serem superados, alguns dos quais com comunicação restrita a sistemas elementares de interação.

*Objetivos*

Geral

- Resgatar a confiança, autonomia e iniciativa do estudante surdo cego frente às atividades de vida autônoma e social.

Específicos:

- proporcionar oportunidade de contato com formas alternativas ou adaptativas de comunicação receptiva e expressiva, viabilizando o acesso às informações do seu meio físico e humano;
- estimular os sentidos remanescentes, de forma contextual.

- promover o suporte necessário e realizar medidas de orientação e adequação para o mercado de trabalho, para que a pessoa com surdocegueira se integre à sociedade de acordo com suas capacidades e interesses;

- viabilizar a participação do surdocego em atividades pedagógicas diversificadas, entre elas xadrez, dominó, jogo de damas, jogo da velha, projeto DV na trilha.

### **Público-alvo**

Estudantes surdocegos, totais ou parciais, em idade escolar ou não, que apresentem laudos e relatórios médicos que evidenciem a presença da surdez bilateral - moderada, severa ou profunda - associada à deficiência visual - cegueira e baixa visão - combinada ou não a outras comorbidades. vale ressaltar que caracteriza os surdocegos, aqueles que apresentam um prognóstico de perda progressiva dos sentidos distais.

### **Modulação**

O atendimento do estudante surdocego será mediado pela presença do guia-intérprete educacional. Poderá ser na modalidade individual ou em grupo, conforme orientação da EEAA e a característica do atendimento ofertado. O guia-intérprete atua como professor de educação linguística, quando o surdocego ainda não tem um sistema de comunicação internalizado, e como mediador nos outros atendimentos, para possibilitar a comunicação entre o surdocego e o professor regente de cada área específica. Em alguns casos, poderá predominar a modalidade individual. Quando o professor regente do atendimento curricular específico dominar LIBRAS, não se fará necessária a presença do guia-intérprete nos atendimentos individualizados.

A modulação da quantidade de surdocegos deverá ser estabelecida e regida pela Estratégia de Matrícula vigente. Sugere-se no mínimo cinco e no máximo oito estudantes por guia-intérprete no CEEDV. Porém, não deve ser a quantidade de estudantes o determinante da modulação, uma vez que um único estudante poderá, por exemplo, estar matriculado em três horários em O e M e dois tempos em Avas. Nesse contexto, o guia estará, em um mesmo período, atuando exclusivamente com esse estudante.

Quanto à ação pedagógica, o guia-intérprete lotado no CEEDV deverá ministrar aulas individuais ou em grupo aos estudantes surdocegos nas seguintes modalidades de atendimento:

- 1 – Aquisição da leitura e da escrita. O estudante deverá ter a noção do código do registro escrito no alfabeto romano, datilológico e no Sistema Braille, bem como leitura de cor e forma dos símbolos do cotidiano sociocultural;

- 2 – Noção de quantidade, para fins de comunicação;

- 3 – Orientação em relação à noção espaço temporal, dia, mês e ano, comemorações e seus significados culturais;

- 4 – Noção da organização geográfica de Brasília, suas regiões administrativas, expondo a realidade local;

- 5 – Ampliação do sistema de comunicação do estudante surdocego, a partir das distintas formas de educação linguística;

- 6 – Traduzir as informações da língua fonte para a língua-alvo nos atendimentos curriculares específicos, nos quais o estudante surdocego esteja matriculado.

O quantitativo de estudantes por hora-aula depende do atendimento, deve-se, na medida do possível, atender em duplas ou trios. Nas aulas de:

Comunicação: duas modalidades de atuação devem constar no atendimento especializado. A primeira, individual, para a introdução das diferentes formas de comunicação, e a segunda, em duplas, trios ou quartetos, quando se tratar da prática da comunicação e a vivência com outros surdocegos.

Braille: atendimento individual ou em grupo, conforme o caso.

O e M: individual, em codocência com o professor na função de guia-intérprete.

AVAS: individual, em codocência com o professor na função de guia-intérprete.

Sorobã: individual ou com a participação de um surdocego, visando facilitar o processo de aprendizagem pela imitação de comportamentos ou pelo *insight* que poderá ocorrer entre os estudantes.

Digitação: individual ou em dupla, dependendo da modalidade e do requisito de atenção exigido pelo estudante.

Artes Visuais: individual ou em grupo, conforme cada caso.



## **Pessoal**

- Professor itinerante na área da surdocegueira
- Professor guia-intérprete educacional

O professor que assumir a função de guia-interpretação ou de itinerância precisa ter feito cursos na área de surdocegueira, deficiência visual (O e M, Braille, sorobã), deficiência auditiva (Libras e Libras háptica) e apresentar competências adicionais para realizar a interpretação visual (relatar o ambiente ao redor), traduzir língua fonte para língua-alvo, agir como um guia educacional, enfim possuir competências “especializadas para poder oferecer aos estudantes oportunidades educacionais com qualidade [...] e habilidade em construir uma relação pessoal forte e confiável”, conforme propõem McLetchie e Riggio (2002, p. 145). O guia-intérprete deverá atuar preferencialmente em salas onde o regente não domine o sistema de comunicação com surdocegos, caso o professor do currículo específico domine o sistema de comunicação do surdocego, é possível atendê-lo sem a presença do guia-interprete.

Nesse contexto, o itinerante e o guia-intérprete educacional devem reconhecer e confiar na capacidade do surdocego em superar as dificuldades e os efeitos impostos pela presença da lesão orgânica, mediante a oferta de estratégias e procedimentos adequados à sua situação sensorial e cognitiva. Ambos os profissionais precisam entender que é na interação que se originam a aprendizagem e o desenvolvimento, sendo necessário acreditar que os formatos de ação conjunta constituem um caminho rico para aquisição das ferramentas culturais.

## **Recursos**

Os recursos necessários ao atendimento especializado podem ser ópticos especiais (lupas manuais, lupas eletrônicas, telulupas, CCTV – *Closed Circuit Television* – Circuito Fechado de Televisão), sistemas telescópios manuais mono ou binoculares ou em armações dos óculos, lentes filtrantes, *softwares* ampliadores de tela disponíveis no sistema operacional Windows: *softwares* Lunar 95 entre outros) e não ópticos (luminárias, plano inclinado, apoio de material de leitura, acetato amarelo para diminuição da luz refletida, grade para escrita cursiva, canetas hidrográficas ou de ponta grossa, lápis macio e com grafite forte dos tipos B3, B4 e B6, gravuras, diagramas, gráficos, textos ampliados, cadernos com pautas mais largas ou cadernos de desenho com tarja larga pautados com espaço 1,5 cm entre as linhas, reglete positiva e negativa, punção, máquina do tipo Perkins, papel especial, luvas com textura entre outros), material adaptado em alto relevo (gravuras, gráficos, figuras geométricas, caixa de vocabulário, fita métrica adaptada, mapas, entre outros), geoplano, livros com caracteres ampliados ou no Sistema Braille, lousa que não provoque reflexo e permita bom contraste (a de cor verde-fosco).

Os recursos podem ser adaptados ou confeccionados com materiais de baixo custo, no entanto estes devem

apresentar cores contrastantes, texturas e tamanhos adequados para que se torne útil e significativo. [...deve-se manter] a fidelidade da representação que deve ser tão exata quanto possível em relação ao modelo original [...] ser atraente para a visão e agradável ao tato [...] o relevo deve ser facilmente percebido pelo tato (SÁ;CAMPOS; SILVA, 2007, p. 27).

Há, também, os recursos tecnológicos, como programas leitores de tela com síntese de voz, entre eles: DOSVOX, VIRTUAL VISION, JAWS.

## **Avaliação e terminalidade**

Os atendimentos devem ser concluídos quando o estudante se torna independente nas atividades da vida autônoma, na locomoção, na orientação e quando internalizar pelo menos uma forma de comunicação. Em todos os níveis, o surdocego pode e deve se locomover sozinho em ambientes internos, desde que o faça com segurança. No caso de surdocegueira total, é recomendável que o surdocego tenha um guia vidente para acompanhá-lo nas atividades cotidianas externas. Cabe à família, por força do poder familiar, e ao estudante definir quanto à terminalidade, no entanto, a terminalidade no ACE será de responsabilidade do professor da área. Este deverá considerar o desempenho do aluno em cada área específica.

## HABILITAÇÃO/ TRANSFERÊNCIA BRAILLE

### **Apresentação**

Habilitação Braille é um atendimento educacional voltado exclusivamente para estudantes adultos com deficiência visual e surdocegueira não alfabetizados sem perspectiva de aprendizagem da escrita e leitura convencional.

### **Justificativa**

De acordo com dados do censo (IBGE), a maior incidência de deficiência no Brasil é a visual. Esse número decorre do fato de muitas pessoas perderem a visão em função de fatores patológicos (toxoplasmose, citomegalovírus, diabetes, catarata, retinoblastoma, glaucoma, dentre outros), traumatismos, acidentes de trabalho, manifestação de síndromes na adolescência, maturidade ou terceira idade. Seguindo esse raciocínio, faz-se necessária a oferta de serviço voltado para a habilitação Braille e transferência Braille, uma vez que as pessoas que perderam a visão após seu processo de letramento necessitam continuar utilizando o sistema de leitura e escrita para garantir a continuidade do seu contato com as ferramentas socioculturais que ampliam sua atuação cidadã e sua inclusão social de forma mais plena. Esse serviço possibilita reintegrar a pessoa com deficiência visual na sociedade e reabilitando-a a prosseguir sua vida acadêmica pela aquisição da leitura e escrita do Sistema Braille. Acredita-se que a aprendizagem desse sistema viabilizará à pessoa o resgate do prazer da escrita e da leitura, proporcionando-lhe independência e autonomia.

O atendimento educacional de Habilitação/transferência Braille tem como público-alvo estudantes não alfabetizados, mas quando não houver quantitativo exigido pela modulação poderá ser complementada com os estudantes de transferência Braille.

### **Objetivos**

#### *Geral*

- Promover ao estudante com deficiência visual e surdocegueira a aquisição do conhecimento da escrita e leitura convencional e do Sistema Braille.

#### *Específicos*

- Proporcionar ao estudante com deficiência visual e surdocegueira o conhecimento da escrita e leitura convencional e Sistema Braille, garantindo a continuidade de seu desenvolvimento social, profissional e acadêmico;
- Estimular a via sensorial tátil, por meio de materiais pedagógicos adaptados em relevo (Cadernos de pré-leitura e escrita e outros);
- Criar situações em que o estudante diferencie sons e fonemas por meio de estímulos auditivos;
- Possibilitar a prática do letramento por meio do sistema Braille.

### **Público-alvo**

Estudantes adultos com deficiência visual e surdocegueira não alfabetizados e alfabetizados.

### **Modulação**

O atendimento educacional acontecerá com dois estudantes por aula e a modulação mínima será 8 e a máxima 12 estudantes. É importante ressaltar que o atendimento educacional de Habilitação/transferência Braille tem como público-alvo estudantes não alfabetizados, mas quando não houver quantitativo exigido pela modulação poderá ser complementada com os estudantes de transferência Braille.

### **Pessoal**

Professor com formação na área pedagógica ou áreas afins e com especialização ou cursos de formação complementar na área de deficiência visual. O professor precisa apresentar habilidades e competências técnicas no sistema Braille, alfabetização/letramento, na grafia da Língua Portuguesa e noções do código matemático unificado. Necessita dominar distintas estratégias de ensino a fim de viabilizar aos estudantes o acesso ao conhecimento da escrita e leitura do sistema Braille.

### **Recursos**

Os recursos necessários ao atendimento especializado podem ser: plano inclinado, apoio de material de leitura, reglete positiva ou negativa, punção, máquina do tipo Perkins, papel gramatura 120 e material adaptado em alto relevo (gravuras, gráficos, figuras geométricas, materiais de diferentes texturas, entre outros).

### **Avaliação e terminalidade**

A avaliação assumirá um caráter formativo, contínuo e processual, com base em observações, desempenho nas atividades desenvolvidas na sala de aula, comportamento dos estudantes diante de novos desafios presentes na aprendizagem do sistema de leitura e escrita Braille.

A terminalidade será mediante o domínio do processo de leitura e escrita do sistema Braille e noções do Código Matemático Unificado e suas aplicações no cotidiano.

## **TRANSFERÊNCIA BRAILLE**

### **Apresentação**

A transferência Braille é um atendimento educacional destinado aos estudantes com deficiência visual e surdocegueira. Os estudantes devem ser alfabetizados, com escrita e leitura fluente.

O atendimento educacional de transferência Braille consiste no ensino e aprendizagem de códigos de escrita e leitura tátil, proporcionando a independência, a autonomia e a inclusão do estudante com deficiência visual nas áreas educacional, profissional e sociocultural.

### **Justificativa**

Conforme dados estatísticos do IBGE muitas pessoas perderem a visão decorrentes de fatores patológicos (toxoplasmose, citomegalovírus, diabetes, catarata, retinoblastoma, glaucoma, dentre outros), traumatismos, acidentes de trabalho, manifestação de síndromes na adolescência, maturidade ou terceira idade. Portanto faz-se necessário o atendimento educacional de transferência Braille, uma vez que as pessoas que perderam a visão após seu processo de letramento necessitam continuar utilizando o sistema de leitura e escrita para garantir a atuação cidadã e sua inclusão social de forma mais plena, proporcionando-lhe independência e autonomia.

É importante ressaltar a necessidade do trabalho de desenvolvimento da percepção tátil, nos atendimentos de artes visuais, oferecido pelo CEEDV, dado a especificidade do Braille ser um sistema de leitura tátil. Portanto, os estudantes matriculados na Transferência Braille deverão ter prioridade às vagas do atendimento de artes visuais.

### **Objetivos**

#### *Geral*

- Transferir o sistema de leitura e escrita convencional da pessoa com deficiência visual ou surdocegueira para o sistema Braille, proporcionando a leitura e a escrita como instrumento para a inclusão educacional, profissional e sociocultural.

#### *Específicos*

- oportunizar à pessoa com deficiência visual e surdocegueira o contato com a escrita e a leitura no Sistema Braille, utilizando materiais adaptados, garantindo assim a continuidade de seu desenvolvimento social, profissional e acadêmico;
- Estimular a percepção tátil dos estudantes por meio de atividades sequenciais (Cadernos de pré-leitura e escrita e outros);
- Promover atividades que visam a agilidade na escrita e fluência na leitura de caracteres em Braille, proporcionando a aplicação desse conhecimento no cotidiano de forma autônoma e independente.

### **Público-alvo**

Estudantes com deficiência visual e surdocegueira alfabetizados, com domínio do sistema de leitura escrita em tinta. Não há limites de idade para essa turma. O pré-requisito básico é o domínio do letramento na modalidade visual e que a deficiência visual tenha sido adquirida posteriormente a essa aprendizagem.

### **Modulação**

A transferência do conhecimento alfabético romano para o Braille requer mudanças conceituais, espaciais e táteis que podem ser de diferente complexidade para cada sujeito da aprendizagem. Sendo assim, é importante que o atendimento seja de no máximo, dois estudantes por aula, a modulação total de até 15 alunos para que cada estudante possa ser atendido duas vezes por semana.

## **Pessoal**

Professor com formação na área pedagógica ou áreas afins e com especialização ou cursos de formação complementar na área de deficiência visual. O professor precisa apresentar habilidades e competências técnicas no sistema Braille, na grafia da Língua Portuguesa e noções do código matemático unificado. Necessita dominar distintas estratégias de ensino a fim de viabilizar aos estudantes o acesso ao conhecimento do sistema Braille de leitura e escrita.

## **Recursos**

Os recursos necessários ao atendimento especializado podem ser: apoio de material de leitura, reglete positiva ou negativa, punção, máquina do tipo Perkins, papel gramatura 120, material adaptado em alto relevo, caixa de vocabulário no sistema Braille e livros com caracteres no Sistema Braille. Os recursos podem ser adaptados ou confeccionados com materiais de baixo custo.

## **Avaliação e terminalidade**

A avaliação assumirá um caráter formativo, contínuo e processual, com base em observações, desempenho nas atividades desenvolvidas na sala de aula, comportamento dos estudantes diante de novos desafios presentes na aprendizagem do sistema de leitura e escrita Braille. Os aspectos técnicos desse sistema serão avaliados de forma objetiva, no sentido de identificar os desafios a serem superados pelos estudantes, bem como para elucidar a revisão da prática de ensino do professor. Durante o processo de avaliação, será levado em consideração o processo da autoavaliação realizada pelo estudante.

A terminalidade será mediante o domínio do processo de leitura e escrita do sistema Braille. Esse processo pode durar um semestre ou mais, conforme a habilidade e desempenho de cada estudante.

## **ATIVIDADES DA VIDA AUTÔNOMA E SOCIAL – AVAS**

### **Apresentação**

As Atividades da Vida Autônoma e Social – AVAS, fazem parte da Prática Educacional Curricular Específica no CEEDV, visando oferecer ao deficiente visual, ao surdocego maior autonomia e independência na execução de atividades do cotidiano, compreendendo assim, atividades técnicas fundamentais para o desenvolvimento de habilidades autônomas e sociais inerentes a vida diária, que proporcionem qualidade de vida, tais como: alimentar-se de forma saudável, comportamentos sociais aceitáveis, prezando a higiene corporal, bucal, noções de vestiário adequado e realização de atividades domésticas básicas. Os alunos atendidos por este programa, prioritariamente, participam do projeto horta que está sendo implantado.

### **Justificativa**

As Atividades da Vida Autônoma e Social compreendem atividades específicas do processo de habilitação e reabilitação de estudantes com deficiência visual.

As atividades realizadas no programa do CEEDV não estão restritas aos cuidados consigo mesmo, mas abrangem, também, questões que envolvem a vida em comunidade e as relações interpessoais, tendo em vista a participação e a inclusão no meio social e no mundo do trabalho, bem como a alimentação.

A pessoa com deficiência visual apresenta limitação da capacidade de aprendizagem por imitação e, nessa perspectiva, a falta da visão representa um obstáculo para obtenção de informações comportamentais desejáveis no convívio social. A capacidade de imitação está limitada pela dificuldade na elaboração de uma imagem corporal, falta de vivências corporais, falta de iniciativa, insegurança diante do desconhecido, na integração das informações advindas dos sentidos remanescentes e, muitas vezes, pela falta de oportunidades proporcionadas pela família, que superprotege a pessoa com deficiência.

O programa Avas prevê a superação desses obstáculos oferecendo à criança e/ou adulto a oportunidade de vivenciar situações significativas que viabilizem aprendizagens úteis para uma vida com mais independência, autonomia, qualidade e participação no seu meio social.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Proporcionar oportunidades educativas funcionais que habilitem o estudante com deficiência visual a desenvolver, de forma autônoma, seu autocuidado, tarefas domésticas e sociais que promovam o seu bem-estar social.

Específicos

- Favorecer a aquisição de hábitos salútares na alimentação, na higiene, na saúde e no vestuário;
- Observar as formas que o estudante utilizar para perceber e interagir com o meio, ampliando e enriquecendo-as;
- Proporcionar ao estudante segurança e confiança pela utilização integrada dos sentidos remanescentes;
- Favorecer a aquisição de conceitos e pistas espaçotemporais e relações causais para o domínio e a organização do meio;
- Estimular atitudes, habilidades e técnicas para o desenvolvimento de atividades na vida prática;
- Estabelecer rotina diária na manutenção, ordem, limpeza da casa, escola ou outro ambiente social;
- Orientar quanto a posturas, gestos e comunicação social;
- Promover momentos sociais prazerosos na sala de Avas, que privilegiem as relações interpessoais;
- Promover a educação e a reeducação alimentar tendo como ponto referencial o cultivo de alimentos no projeto horta;
- Explorar os temas transversais previstos no Currículo Oficial da SEEDF, por meio de conversas informais: explicativas e informativas, sobre qualidade de vida, sexualidade, profissões/mercado de trabalho, atualidades e meio ambiente.

#### **Público-alvo**

Estudantes cegos, de baixa visão e surdocegos matriculados no CEEDV, oriundos da inclusão ou da comunidade, a partir de 6 anos.

#### **Modulação**

A indicação para as aulas de Avas será feita obrigatoriamente pela Equipe Especializada de Apoio à aprendizagem.

A partir da sondagem realizada com o estudante pelo professor e coordenador, os atendimentos serão definidos da seguinte maneira:

- Aula prática individual ou em grupo com horário simples, em sala de aula;
- Aula prática individual ou em grupo com horário duplo, em sala de aula.

A frequência dos atendimentos será de no máximo 2 vezes por semana

Mínimo: 15 estudantes

Máximo: 30 estudantes

Os agrupamentos deverão ser estabelecidos de acordo com a faixa etária dos estudantes, em virtude da especificidade de cada grupo (adultos/crianças), sem ultrapassar o número de 2 estudantes por horário, com agrupamentos de acordo com os objetivos comuns.

#### **Pessoal**

Um professor da área de atividades por sala, que possua alguma formação em Deficiência Visual. A escola deve proporcionar treinamento em serviço, caso o professor ainda não possua experiência na área.

#### **Recursos**

Uma casa com: sala(s), quarto(s), cozinha, banheiro(s) e área de serviço; respectivos mobiliários, eletrodomésticos, aparelhos eletroeletrônicos, roupas (cama, mesa, banho e vestuários diversos), utensílios para cozinha, gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene pessoal.

Sugestão: móveis adaptados. Por exemplo: mesa sem ponta, acendedor especial no fogão, entre outros.

#### **Avaliação e terminalidade**

Uma entrevista inicial para formular o programa de atendimento individual e realizar a avaliação processual ao longo do desenvolvimento das atividades. A avaliação é feita de maneira contínua e processual, com base em observações e registros realizados pelos professores, levando-se em consideração, também, a autoavaliação do estudante. Esses dispositivos darão fundamento à

elaboração do relatório individual que visa destacar o desenvolvimento das competências e habilidades alcançadas pelo estudante ao final de cada semestre letivo.

A terminalidade dar-se-á pelo professor, mediante o alcance dos objetivos estabelecidos anteriormente no planejamento individual do estudante.

## DIGITAÇÃO/PROGRAMAS DE VOZ (DIGITAÇÃO/LEITOR DE TELA/SISTEMA OPERACIONAL)

### **Apresentação**

A utilização de computadores na educação do estudante com deficiência visual significa um avanço no que se refere à minimização das desigualdades existentes entre esse estudante os estudantes sem deficiência, pois, atualmente, o computador tem se tornado uma importante ferramenta que possibilita a aquisição, construção e acesso à informações.

### **Justificativa**

*Um cego equipado com computador tem mais chances que um analfabeto digital de visão perfeita.*

Gilberto Dimenstein

Para as pessoas com deficiência visual, foram criados *softwares* específicos, como o Sistema DOSVOX, que possibilita a interação dessas pessoas com a máquina, permitindo a realização de inúmeras tarefas no computador do curso: conhecimento e memorização de todo o teclado, por meio de lições (Dosvox) e textos (Digitavox).

No CEEDV, o uso do sistema do Dosvox e Digitavox são ensinados aos estudantes na aula de digitação. No entanto, aos estudantes com baixa visão que podem ler no computador com as letras ampliadas não é necessário o uso desses programas, mas nos casos que eles têm prognóstico de perda da visão, serão usados, pois o aluno poderá necessitar usá-lo no futuro.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Favorecer o uso da tecnologia, utilizando *softwares* de voz, de acordo com as necessidades do estudante, como instrumentos para inclusão educacional, profissional e social da pessoa com deficiência visual, sendo que é pré-requisito que o aluno saiba digitar corretamente e memorizar todo o teclado: numérico e alfanumérico.

#### **Específicos**

- apresentar todas as possibilidades de uso dos leitores de tela e do Sistema DOSVOX;
- favorecer o uso seguro do teclado;
- oportunizar ao estudante condições para o desenvolvimento de sua independência nas

tarefas escolares e profissionais;

#### **Público-alvo**

Estudantes alfabetizados, cegos, de baixa visão e surdocegos, oriundos do CEEDV, da inclusão ou da comunidade.

#### **Modulação**

Cada estudante pode ter até duas aulas simples ou um atendimento semanal em horário duplo, é importante que o estudante não tenha dificuldade no processo de memorização de teclas, pois exige-se a memorização de todo o teclado: numérico e alfanumérico.

A modulação é feita de acordo com o quantitativo de computadores na sala. Atualmente a capacidade instalada é de 90 estudantes.

#### **Pessoal**

Professor com conhecimento de digitação e dos programas utilizados para ministrar as aulas (Dosvox e Digitavox).

#### **Recursos**

Computadores, fones de ouvido, CDs, *pen drives*, *software* de voz, bancadas, cadeiras, armário e mesa, leitor de tela, ar condicionado (em função dos computadores que requerem refrigeração adequada). Além disso, é indispensável uma sala para cada turma/professor.

## **Avaliação e terminalidade**

A avaliação é realizada por meio de registros em relatórios semestrais e registros no diário de classe e a terminalidade se dá ao finalizar as cento e oitenta e nove lições constantes neste atendimento.

## **EDUCAÇÃO VISUAL**

### **Apresentação**

É um trabalho pedagógico com crianças a partir dos quatro anos de idade e com adultos com baixa visão, desenvolvendo e melhorando sua eficiência visual.

A baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores patológicos isolados ou associados, tais como, baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo.

1. Funções visuais (básicas, visomotoras e visoperceptivas)

1.1 Ampliação do campo visual (visão central e periférica)

1.2 Ampliação da experiência e consciência visual /formação de conceitos a partir dos objetos (função e identificação); rótulos e figuras

1.3 Reconhecimento de cores: primárias/secundárias

1.4 Seguimento visual: Fixação/acomodação com fonte luminosa, contrastes e objetos

1.5 Coordenação visomotora para escrita e/ou trabalhos manuais por meio de exercícios grafomotores, jogos de encaixe, recorte e colagem, cópia, reprodução e produção de figuras e cópias e produções de textos

2. Eficiência visual para perto

2.1 Percepção/Discriminação de detalhes a partir dos objetos; miniaturas; figuras de alto/baixo contraste; cenas de alto/baixo contraste; gravuras e fotografias.

2.2 Memória visual: objetos, desenhos, letras, números, formas geométricas e palavras.

2.3 Eficiência visual para leitura de letras; palavras; frases; textos e da própria escrita

3. Eficiência visual para longe

3.1 Treino da leitura e cópia do quadro negro e branco

3.2 Exploração dos ambientes internos e externos

3.3 Noções de profundidade: focalização, deslocamento e resgate do objeto

### **Justificativa**

O programa tem por objetivo atender estudantes deficientes visuais com baixa visão provindos do CEEDV, do Ensino Regular e da comunidade, a partir de 4 anos de idade, encaminhados pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem do CEEDV.

As aulas de Educação Visual objetivam o desenvolvimento da eficiência visual para crianças que nasceram com baixa visão ou a adquiriram na primeira infância e adultos que não possuem experiência visual, conceitos ou até mesmo consciência visual.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Proporcionar condições que permitam o desenvolvimento máximo do potencial visual residual do indivíduo com baixa visão, por meio de um programa sequencial de experiências visuais, colaborando com sua inserção na sociedade através de adaptação e/ou readaptação.

#### **Específicos**

Estimular as funções visuais básicas: ampliação do campo visual, aquisição da consciência visual e formação de conceitos; seguimento visual; reconhecimento de cores e coordenação visomotora.

Ampliar a eficiência visual para perto: percepção/discriminação de detalhes; memória visual e eficiência visual para leitura.

Ampliar a eficiência visual para longe: exploração dos ambientes internos e externos; noção de profundidade e treino para leitura no quadro.

Orientar e estimular em relação ao uso de recursos ópticos e não ópticos.

Orientar quanto à iluminação, posicionamento do estudante em sala para leitura de perto e de longe.

Contribuir com profissionais de áreas afins, principalmente professores regentes, com intuito de integração dos trabalhos.

Tornar eficiente o acompanhamento do estudante baixa visão em seu processo de inclusão, na escolarização e nos contextos sócio culturais.

#### **Público-alvo**

Estudantes a partir de 4 anos de idade com baixa visão e surdocegueira (baixa visão) provindos do CEEDV, do Ensino Regular e da comunidade, encaminhados pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem.

#### **Modulação**

Ensino individualizado: atendimento no máximo 2 vezes por semana.

Atendimento de no mínimo 12 estudantes e no máximo 18 estudantes por turma.

#### **Pessoal**

1 professor com 40 horas/semanais por turma demandada, com formação em Deficiência Visual. A escola deverá dar treinamento em serviço na área.

#### **Recursos**

Não ópticos: Tiposcópios (guia de linha e destaque de texto), jogos para exercitar a atenção e fixação visual, adaptação do material didático, material em alto contraste, cadernos com pautas ampliadas e reforçadas, canetas com ponta porosa, lápis com grafite mais escuro, luminárias, suporte para leitura e escrita, e lanternas.

Ópticos: Lentes esferoprismáticas, esféricas e microscópicas, telulupas monoculares ou binoculares, lupas de mão: lupa de régua, lupa de copo, lupa de esfera, lupa eletrônica e outras.

A adaptação de alguns recursos ópticos será realizada somente sob prescrição médica.

Uma sala contendo mesa, carteira, cadeiras, armário, cortina (*black-out*); computador (*mouse*, teclado, monitor); *softwares* diversos, impressora, pincel atômico, giz branco e colorido, quadro branco e/ou negro, pranchas de gravuras e cartões, tabelas de Acuidade Visual para perto e para longe, quadro de luz e plano inclinado.

#### **Avaliação e terminalidade**

A avaliação dar-se-á por meio de registro das atividades executadas e observações inerentes a elas, além de relatórios semestrais e estudos de casos, quando necessário.

Atingidos os objetivos propostos pelo professor de Educação Visual e pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem no início do programa de cada estudante, será discutida, em estudo de caso, a terminalidade do atendimento no momento, podendo posteriormente ser retomado após reavaliação e indicação médica e da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem do CEEDV.

### **ESCRITA CURSIVA**

#### **Apresentação**

A escrita cursiva consiste no treinamento para que o reabilitando assine seu próprio nome.

A pessoa com cegueira não tem ideia de como são as letras, por isso, é preciso começar com a simples familiarização do lápis e da caneta, fazendo traços simples e, posteriormente, mais complexos, percebendo as letras em diferentes materiais, como barbante, massas, argilas, fios metálicos, madeira, letras em relevo, prancha para escrita em relevo e guia para assinatura, até chegar ao conhecimento das letras. Essas são ensinadas especialmente para escrever o primeiro nome, podendo ser abreviado para facilitar. Depois que essa assinatura estiver constante, o estudante tem condições de tirar sua identidade, ter a firma reconhecida etc.

A pessoa com Deficiência Visual (cegueira ou baixa visão) que adquiriu a deficiência ao longo da vida escolar precisa reaver sua capacidade de escrita por meio de materiais adaptados especificamente para sua necessidade.

Esse método foi baseado, em parte, na Técnica para Escrita Cursiva, desenvolvida pela psicóloga e professora Raehide Conceição Safe de Matos, cujo trabalho mereceu o 1º lugar, na categoria B (processos), no Concurso Prêmio Estímulo à Criatividade de Produtos e Processos para Deficientes Visuais, patrocinado pela Fundação Hilton Rocha, em 1989.



### Justificativa

A assinatura é um dos meios facilitadores para romper as barreiras do preconceito e informar à sociedade que o estudante com deficiência visual também é um cidadão que, por meio de um gesto consciente, característico e pessoal, pode deixar marcada sua identidade nos documentos.

As pessoas com deficiência visual, por não saberem assinar seu nome e usarem a impressão digital, são confundidas ou passam a imagem de pessoas analfabetas. Assinar o próprio nome é um ato de emancipação. Ao assinar um diploma, a carteira de identidade, a carteira profissional, título eleitoral, documentos diversos, cheques, a pessoa cega adquire sentimentos de autonomia, de independência e responsabilidade.

O não assinar traz o desconforto de uma baixa autoestima e acentua a desigualdade e a exclusão. Por isso, o ensino da escrita cursiva é de suma importância para o estudante com deficiência visual, sendo que seu aprendizado o capacitará para vencer as limitações impostas pela ausência da visão, permitindo-lhe a participação na sociedade em que está inserido.

### Objetivos

#### Geral

Promover condições para a inclusão da pessoa com deficiência visual na sociedade, por meio do reconhecimento da escrita cursiva, possibilitando-lhe assinar o nome em documento ou transação comercial.

#### Específicos

Propiciar condições para que o estudante adquira habilidades psicomotoras, permitindo que perceba e capte a configuração das letras;

Sensibilizar o estudante para as diferenças entre o Sistema Braille e a Escrita Cursiva;

Promover condições para a aprendizagem consciente das letras do nome, possibilitando-lhe a assinar o próprio nome;

Capacitar o estudante para tirar documentos com sua assinatura, em vez de usar a impressão digital;

Proporcionar condições para o desenvolvimento da autonomia e da privacidade nas comunicações pessoais (bilhetes, números de telefone, endereços), em tinta.

Reconhecer, na escrita cursiva, um meio de comunicação alternativa entre a pessoa com deficiência visual e as demais pessoas na sociedade.

#### Público-alvo

- Estudantes matriculados no CEEDV, cegos, de baixa visão e surdocegos.
- Estudantes com deficiência visual da rede de Ensino que necessitem frequentar as aulas de Escrita Cursiva.

A idade dos estudantes é variada, já que a deficiência visual atinge diferentes faixas etárias em diferentes momentos da vida dos estudantes. Porém, é necessário que o estudante esteja alfabetizado em Braille ou em tinta.

#### Modulação

A modulação é de 5 a 15 estudantes.

As aulas são assim divididas:

- Aulas individualizadas ou com no máximo 3 estudantes que estejam em um mesmo nível de aprendizado.
- Uma ou duas vezes por semana, dependendo da necessidade de cada estudante, com aula prática individual em sala e aula prática em duplas.

#### Pessoal

Professor com curso(s) ou especialização na área de deficiência visual, preferencialmente que já tiveram experiência no processo de alfabetização.

#### Recursos

Folhas de papel (aproveitamento)

Lápis, caneta tipo Bic ponta grossa/fina, rolo de barbante, fio Urso, lixa fina, arame flexível, alicate, folhas de papel Braille e Braillex, papel officio, clipes, fita adesiva, estilete, tesoura, folhas de acetato, régua, borracha e pastas com elástico.

Avaliação e terminalidade

A aprendizagem, como em todas as áreas, tem ritmo próprio, não se estabelecendo tempo determinado. Entretanto, o estudante estará dispensado dessa técnica quando sua assinatura for reconhecida e documentada pelo órgão responsável (Secretaria de Segurança Pública). A partir daí, obterá os documentos pessoais com sua assinatura ou providenciará outros no lugar dos documentos antigos que tenham impressão digital.

Caso seja do interesse do estudante, poderá frequentar as aulas de Escrita Cursiva para utilizá-la como uma comunicação alternativa, já que a maioria convive com pessoas videntes.

## **PRÉ MOBILIDADE**

*Apresentação*

Área direcionada ao desenvolvimento dos pré-requisitos psicomotores e de sentidos remanescentes para possibilitar ao estudante com deficiência visual melhores condições de aprendizagem no programa de O e M.

*Justificativa*

Com a inclusão sendo realizada cada vez mais cedo, percebe-se que o estudante sai aos 10 anos do CEEDV e fica sem aula de Educação Física voltada para sua necessidade específica. E esse estudante retorna ao CEEDV, por volta de 15 anos, para fazer o programa de O e M. Entretanto, para concluir esse programa, o estudante necessita de pré-requisitos psicomotores, além de utilizar bem os seus sentidos remanescentes (ex: escutar seletivamente, discriminar sons no meio de vários outros) para garantir prontidão no seu deslocamento. Na prática, o estudante da inclusão está com uma lacuna no seu desenvolvimento. E o programa de O e M que poderia ser realizado em determinado período está levando um tempo maior, tornando-se até mais oneroso para o sistema justamente porque esse estudante retorna ao CEEDV com deficit ainda mais instalados (ex: falta de equilíbrio, lateralidade prejudicada, postura inadequada, maneirismos, sentidos remanescentes mal estimulados etc.). É essencial manter uma turma de pré mobilidade com aulas ministradas por Professor de Educação Física, atendendo estudantes deficientes visuais de 7 a 14 anos do sistema de inclusão, visando aprimorar aspectos psicomotores, estimulação dos sentidos remanescentes, objetivando uma triagem para seu posterior ingresso no programa de O e M.

*Objetivos*

Geral

Proporcionar, por meio de atividades do conhecimento corporal, condições para o desenvolvimento da independência, da autonomia na locomoção e da autoconfiança da criança/adolescente cega, com baixa visão e surdocega.

Específicos

Desenvolver:

- consciência, imagem e funcionalidade corporal;
- equilíbrio estático e dinâmico;
- ritmo;
- orientação espaço-temporal;
- medição em passos;
- tônus muscular;
- consciência postural
- lateralidade e direcionalidade;
- percepção auditiva: ecolaliação, localização do som, escutar seletivamente e sombra sonora;
- cinestesia – proprioceptividade;
- olfato;
- concentração e atenção; e
- coordenação motora ampla.

### *Público-alvo*

Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos que estão na inclusão.

### *Modulação*

É seguida a orientação pedagógica da Secretaria de Educação de Estado do Distrito Federal de no mínimo 12 e máximo 16 estudantes em atendimentos individualizados, uma vez por semana com horário simples.

### *Pessoal*

É fundamental que o professor desta modalidade seja habilitado em Educação Física para atender adequadamente os estudantes.

### *Recursos*

É importante que haja uma sala para este atendimento, com materiais adequados para realizar as atividades dos conteúdos propostos.

### *Avaliação e terminalidade*

Será feita diariamente durante as aulas, de uma forma direta, por meio das respostas dos estudantes, sendo registradas as suas aquisições em relatório descritivo, por semestre.

A terminalidade será dada conforme a inclusão do estudante no programa de O e M.

## PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE

### **Apresentação**

Segundo Weishaln (1990), *orientação* é o processo de utilizar os sentidos remanescentes para estabelecer a própria posição e o relacionamento com outros objetos significativos no meio ambiente. Já *mobilidade* é a habilidade de locomover-se com segurança, eficiência e conforto no meio ambiente, mediante a utilização dos sentidos remanescentes.

### **Justificativa**

A deficiência visual, congênita ou adquirida, acarreta sérios comprometimentos relacionados à capacidade de se orientar e se locomover com independência e segurança, além de comprometer a aquisição de conceitos, a interação da pessoa consigo, com as outras pessoas, com os objetos e com o meio.

Assim sendo, a educação e a reabilitação de pessoas com deficiência visual, como processo para atender às suas necessidades particulares, envolvem a aplicação de técnicas especializadas, além das utilizadas nos processos gerais de educação.

O programa de O e M, por ser muito complexo, deve seguir certas etapas para seu desenvolvimento, de forma a auxiliar o estudante na aquisição da capacidade de orientar-se independentemente.

Os profissionais devidamente habilitados em O e M devem propiciar aos estudantes cegos, com baixa visão e surdocegos, condições para sua movimentação com ajuda de outra pessoa (guia vidente), usando seu próprio corpo (autoproteção), usando uma bengala longa, usando um animal (cão-guia) e outras tecnologias (ajudas eletrônicas).

O programa completo realiza-se no período de aproximadamente 300 a 320 horas-aula, podendo alguns estudantes concluí-lo com maior brevidade. Na primeira etapa, desenvolvem-se os requisitos básicos, técnicas com guia vidente, técnica independente sem bengala (para ambientes fechados). Nas etapas finais, trabalha-se a mobilidade independente com bengala longa (para ambientes internos e externos), áreas residenciais, comerciais, comunitárias e vivenciais. Treinam-se as técnicas do programa de O e M em áreas residenciais, quando os estudantes morarem em regiões administrativas distantes ou nas cidades do Entorno do Distrito Federal.

A instrução das técnicas de O e M deve ser individualizada. É importante esclarecer que, nesse sentido, o programa de O e M torna-se fundamental para o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual e para sua inserção na sociedade.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Proporcionar à pessoa com cegueira, baixa visão e surdocegueira, por meio de atividades do programa de O e M, condições para o desenvolvimento da independência, da autonomia na locomoção e da autoconfiança, elementos favorecedores de sua inclusão social.

## Específicos

Desenvolver atividades para que os estudantes possam adquirir o conhecimento, a percepção efetiva do seu corpo, sentindo-o e se relacionar efetivamente com ele;

Apresentar atividades que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades para que a pessoa cega e o surdocego melhorem sua autoestima e a capacidade de locomoção independente; e Estimular estudantes para o uso efetivo e de forma segura da capacidade funcional de sua visão residual, para os estudantes com baixa visão.

## **Público-alvo**

O público-alvo do programa de O e M engloba adolescentes (a partir de 15 anos), adultos e idosos do CEEDV, da inclusão e da comunidade.

## **Modulação**

Seguindo a orientação pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, a modulação é de 8 a 13 estudantes por professor. Os estudantes surdocegos têm um atendimento diferenciado no programa de O e M, pois são acompanhados por um interprete de libras, com métodos que facilitam a comunicação dos professores de O e M com os estudantes.

As aulas podem ser em horários simples, duplos ou triplos, conforme a necessidade de cada estudante, uma vez por semana.

O Programa de O e M considera os seguintes aspectos curriculares:

Desenvolvimento dos requisitos básicos nos aspectos cognitivos, psicomotores e emocionais;

Utilização dos sentidos remanescentes, visão residual (pessoas de baixa visão), linguagem de sinais – libras – para estudantes surdocegos, interpretação de pistas, estabelecimento de pontos de referência, relacionamento com o espaço e com os objetos significativos do ambiente;

Aquisição e desenvolvimento do sentido de orientação, com uso de pontos de referência, pistas, sistema de numeração interno e externo, medição, familiarização com o ambiente;

Mobilidade dependente com uso das técnicas do guia vidente;

Mobilidade independente em ambientes fechados, técnicas de autoproteção;

Mobilidade independente com auxílio de bengala longa;

Mobilidade em áreas residenciais e comerciais, técnica independente com bengala longa;

Mobilidade em áreas comunitárias, técnica de utilização de transportes coletivos e outros.

Mobilidade – vivências especiais, técnicas de utilização dos sentidos remanescentes, audição, olfato e bengala longa.

## **Pessoal**

Profissionais habilitados são todos os professores que previamente tenham feito o curso de O e M e/ou cursos na área de deficiência visual e demais deficiências que possam envolver esses estudantes. Os profissionais podem ser da área de Atividades e também da área de Educação Física. No caso de não haver um profissional habilitado para atuar nesta disciplina, serão aceitos profissionais que façam sua qualificação em serviço, com a realização de um treinamento prévio.

## **Recursos**

É imprescindível a utilização de bengalas e, se necessário, óculos de sol, vendas, chapéu e outros acessórios, bem como os materiais de manutenção (ponteiras, elásticos e bengalas).

As aulas de O e M realizar-se-ão na escola CEEDV, onde o estudante está matriculado e/ou local de trabalho, em área residencial e proximidades utilizadas com frequência, incluindo-se avenidas, ruas, escola, transportes públicos (ônibus, metrô), comércios (padaria, farmácia, supermercado etc). Os atendimentos serão realizados no Distrito Federal.

## **Avaliação e terminalidade**

No programa de O e M, o estudante é avaliado por meio da observação direta, pelo registro em relatórios semestrais de desenvolvimento individual do estudante, nos quais se observa o domínio dos aspectos psicomotores, afetivos e cognitivos, pelo registro na entrevista com uso do teste de prontidão (Anexo II), com base no laudo, pela ficha de evolução do programa (Anexo IV), com o registro do dia a dia do estudante e autoavaliação feita pelo estudante.

A terminalidade será dada após a conclusão do programa proposto para o estudante.

Complementação de Percurso - O estudante que concluir o Programa de OeM poderá voltar ao CEEDV para fazer o complemento de percurso, no caso de mudança de endereço, percurso de trabalho, escola, faculdade, e outros. Este estudante fará parte da grade horária do professor até

adquirir habilidades referentes ao percurso solicitado, ou seja, apresentar domínio sobre o ensino, recebendo terminalidade em suas atividades de O e M.

Priorizar o atendimento em O e M em função das reais necessidades dos estudantes.

Caso haja a necessidade de um novo percurso, o estudante poderá solicitar via formulário à coordenação, respeitando a lista de espera, quando for o caso.

É limitado a cada estudantes 2 horários por semana, sendo que, pode-se chegar a 3 horários, no máximo, aos estudantes que necessitam de complementação de percurso.

## SOROBÃ

### **Apresentação**

O Sorobã originou-se do *suan-pan*, ábaco chinês. Esse instrumento é mais uma ferramenta matemática, dentre outros recursos, criado pelo homem com a intenção de auxiliá-lo na realização das operações aritméticas. Em 1949, o sorobã foi adaptado por Joaquim Lima de Moraes, um brasileiro com deficiência visual decorrente de uma miopia progressiva. A sua adaptação decorreu das dificuldades encontradas em manipular outros recursos auxiliares até então difundidos, como a chapa, o cubarítimo e a prancheta Taylor. Moraes idealizou um aparelho que auxiliasse e viabilizasse o suporte na realização de cálculos, com mais facilidade e rapidez.

Ao conceber o sorobã na sua forma natural (original), Moraes o descaracterizou da cultura japonesa na sua estrutura e também quanto à particularidade do procedimento de realização de cálculos. Adaptou-o e manteve apenas a forma original da metodologia em operacionalizá-lo, diferenciando da cultura brasileira socialmente institucionalizada na escola, ao realizar da ordem maior para menor.

### **Justificativa**

Desde a concepção para a qual foi idealizado, o sorobã faz parte do processo educativo dos estudantes com deficiência visual. Demonstra ser mais eficiente em relação aos outros recursos quanto à agilidade e registro do número, ao respeitar a ordem de acordo com sua grandeza valorativa. Esse instrumento contribui para aquisição e ampliação de conhecimentos, bem como habilidades necessárias à inclusão acadêmica e social.

A Portaria nº 1.010, de 10 de maio de 2006, do Ministério da Educação, instituiu o sorobã como recurso educativo essencial para a execução de cálculos matemáticos por estudantes com deficiência visual. Seu emprego no processo de ensino-aprendizagem matemática faz parte do currículo do Ensino Especial e Fundamental, sendo adotado pelo sistema educacional em todo o território nacional.

Para que possa utilizá-lo, o estudante necessita de conhecimentos prévios que não estão postos claramente no aparelho, como as noções mentais que fazem parte do raciocínio lógico-matemático: ordem e inclusão hierárquica. Outro fator relevante, como foi muito bem observado por Muniz (2001,p. 72), é que

ao utilizar esse instrumento como recurso auxiliar das operações, e partindo do princípio que este instrumento é simbólico com estrutura física concreta e baseia-se no sistema de numeração decimal, onde os números têm sentido de acordo com o valor posicional formando assim o Quadro de Valor de Lugar – QVL, faz-se necessário, para sua operação, o conhecimento prévio do número.

Mediante tais fatores, que estão implícitos no instrumento e que implicam o seu manuseio, observa-se um processo que antecede propriamente o sorobã, o qual se denominou de pré-sorobã.

O termo foi empregado no I Encontro de Professores de Sorobã, em nível nacional, realizado pelo MEC, juntamente com a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – ABEDEV, em 2001, na cidade de Campo Grande – MS. Unanimemente, os participantes concordaram com a necessidade de conhecimentos prévios antes de manuseá-lo.

Nesse processo, são desenvolvidas atividades voltadas para a alfabetização matemática, na qual ocorre a formação e o desenvolvimento dos conceitos dos objetos matemáticos (conteúdos), dentre os quais, primeiramente, a construção conceitual dos números naturais e o processo operatório.

Essa ação não visa apenas à construção do conceito de números naturais. O processo de aprendizagem não deve visar e valorizar somente a técnica como aprendizagem, e sim a construção do conhecimento, momento esse que pertence aos estudantes. O pré-sorobã ocorrerá a todo momento em que for iniciar um novo conhecimento matemático e também para todos os discentes, pois por mais que o estudante tenha em seu histórico um nível de vida acadêmica, há sempre uma fragmentação de

aquisição das competências. Contempla os estudantes em atendimento curricular específico e do Ensino Fundamental e Médio; Habilitação, Pape e EJA para deficientes visuais, interagindo com a Oficina Pedagógica de artesanato.

O programa a ser desenvolvido na aula de sorobã pode ser adaptado de acordo com as necessidades específicas do estudante, como, por exemplo, o Programa de Habilitação, em que se pode desenvolver apenas o conteúdo de cunho social, como sistema monetário, sistema de medidas. Alguns necessitam do currículo adaptado e outros do currículo básico.

O atendimento curricular específico de sorobã contempla as seguintes técnicas operatórias: Técnica oriental: operações das ordens maiores para as menores; Técnica ocidental: operações das ordens menores para as maiores; Técnica oriental: complementar 5 e 10.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Proporcionar condições para que efetivamente ocorra a construção de conceitos matemáticos no decorrer do desenvolvimento do processo de aquisição do conhecimento lógico- matemático, de acordo com os conteúdos a serem estudados, como previstos no programa de sorobã, conforme com a formação do raciocínio do estudante e, posteriormente, desenvolver as técnicas do sorobã.

#### **Específicos**

- Desenvolver atividades que favoreçam a construção dos conceitos matemáticos e estimulem o raciocínio lógico-matemático na sua formação;
- Desenvolver o raciocínio do estudante e aplicá-lo no manuseio do sorobã;
- Apresentar, posteriormente à construção dos conceitos, as técnicas e cálculos, que também são desenvolvidas no sorobã.

### **Público-alvo**

A aula de sorobã que ocorre no CEEDV visa a atender estudantes de baixa visão, cegueira total (congenita e adquirida), surdocegueira e outras deficiências associadas com a deficiência visual.

### **Modulação**

Devido à especificidade da deficiência visual, do sorobã, e da duração das aulas (tempo oportunizado), deve obedecer a estratégia de matrícula, vinculada à modulação de 15 a 20 estudantes. Cada estudante poderá ter até 4 horas-aula semanais, podendo ser distribuídas em horários simples ou duplos, uma ou até duas vezes na semana, podendo ser individuais ou em dupla.

### **Pessoal**

Professor com formação específica em sorobã (básico, avançado e pré-sorobã)

### **Recursos**

- Mesa, cadeiras e carteiras
- Armário, material concreto (palitos, tampinhas, QVL, material cursinaire, material dourado, blocos lógicos e outros)
- Sorobãs, papel braille (gramatura 120)
- Máquina Braille, reglete, punção
- Reprodutor de CD e jogos adaptados
- Notebook ou PC – imagens com BV
- 1 Sala para cada turma.

### **Avaliação e terminalidade**

O Pré-sorobã visa ao desenvolvimento das noções mentais por parte dos estudantes, envolvendo a construção do número (sua estrutura), o seu registro concreto e mental e, posteriormente, sua representação simbólica (Braille e ampliado), além dos conceitos operatórios. Para cada conteúdo desenvolvido, deverá ser evidenciada a construção do conceito do conhecimento matemático referente ao assunto, momento em que se deve valorizar o raciocínio do estudante, no decorrer da elaboração de suas estratégias (algoritmo).

A avaliação ocorrerá durante a aula, principalmente considerando as ações e falas dos estudantes. Também durante os momentos de realizações de atividades propostas em caracteres (Braille e ampliados) e no sorobã. E momentos de atividades que são utilizados concomitantemente como sorobã e vice-versa.

A terminalidade será dada quando o estudante vencer todos os conteúdos, assim como, de acordo com o plano específico de cada estudante, ou ainda conforme a necessidade específica do estudante.

## **FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS**

### ***Apresentação***

Formação de famílias é um atendimento educacional ofertado para as famílias, responsáveis e acompanhantes, com o intuito de promover a aquisição de conhecimentos necessários para a convivência com as pessoas com deficiência visual e surdocegueira. Dessa forma, poderão auxiliar nas atividades tanto no âmbito escolar quanto fora dele. No atendimento educacional Formação de famílias são ministrados os seguintes conteúdos: Grafia Braille para Língua Portuguesa, noções do Código Matemático Unificado, noções do sorobã e informações sobre a vivência/convivência do estudante com deficiência visual e surdocegueira no contexto acadêmico e social.

### **Justificativa**

Os pais, responsáveis, familiares e acompanhantes de crianças, jovens ou adultos cegos, com baixa visão ou surdocegos precisam se envolver com as áreas de atendimento educacional que a escola proporciona a essa parcela de crianças, jovens e adultos. Assim a formação de pais objetiva promover uma política de envolvimento desses com as atividades escolares tanto no âmbito escolar quanto fora dele. Para isso é preciso fornecer a eles condições e instrumentos adequados. Deve-se promover a sensibilização da família por meio de conversas, leitura de textos sobre a vivência e a convivência com o estudante com deficiência, bem como o ensino de técnicas. Por isso, nesta formação, são ministrados cursos de Grafia Braille, Noções do Código Matemático Unificado, Noções do Sorobã e informações sobre a Vivência e Convivência do estudante com Deficiência Visual no contexto acadêmico e social.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Proporcionar aos pais, responsáveis, familiares ou acompanhantes condições e instrumentos de envolvimento com as atividades educacionais dos estudantes no âmbito da escola e fora dela.

#### **Específicos**

- Oportunizar aos responsáveis, familiares e acompanhantes o suprimento as necessidades básicas dos estudantes cegos, com baixa visão e surdocegos na área educacional;
- Envolver os pais, familiares ou acompanhantes em atividades que visam ao desenvolvimento escolar do estudante;
- Oferecer aos pais, familiares ou responsáveis condições de acompanhar as tarefas dos estudantes fora da escola.

### **Público-alvo**

Pais, familiares ou responsáveis – alfabetizados em leitura e escrita, e em conhecimentos básicos de matemática - responsáveis por estudantes cegos, com baixa visão e surdocegos matriculados no CEEDV e na rede pública de ensino.

### **Modulação**

Turmas de pais, com o mínimo de 12 e o máximo de 18 estudantes em cada uma, sendo de um a com três atendimentos por semana e cada atendimento pode ser composto de até 3 estudantes, de acordo com o planejamento do professor.

### **Recursos**

Regletes e punções, sorobãs, bengalas, vendas, papel ofício Braille 120 g/m<sup>2</sup>, papel ofício comum, máquina Braille, computador e impressora jato de tinta, materiais de consumo básico (lápiz, canetas, borrachas, apontadores, rimalina, furador, grampeador, cola, ceta vazada, gira-braille, etc.), suporte de copiadora e impressora Braille e de máquina Braille, bengala, DVD, TV, caixas de som. Sala com até 6 carteiras e cadeiras, mesa para o professor, armário com chave e ventilador.

Dois professores braillistas com fluência na escrita e leitura Braille e com conhecimento das Normas Técnicas de Adaptação de Textos em Braille e conhecimentos básicos em pré-sorobã e sorobã.

### **Avaliação e terminalidade**

Para concluir todo o programa, o estudante deverá apresentar domínio das atividades escolhidas que se compõem de: escrita e a leitura no Sistema Braille, a transcrição do Braille para

tinta, noções do uso do sorobã em operações matemáticas e noções do Código Matemático Unificado e ter noções de vivência e convivência com as pessoas com Deficiência Visual.

## **PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR**

### **ARTES VISUAIS**

#### **Apresentação**

A denominação *Artes Visuais* propicia uma dimensão que engloba tanto as formas de arte já estabelecidas, como também as manifestações e conceitos contemporâneos, abrangendo toda a gama das novas tecnologias e percepções estéticas, visando a atender a sociedade e suas novas demandas.

#### **Justificativa**

As discussões sobre o ensino da Arte nos anos 1990 contribuíram para que ela se tornasse área de conhecimento no currículo escolar, de acordo com a LDB. No final dessa década, a Federação de Arte-Educadores do Brasil (FAEB) solicitou a mudança da denominação de “Educação Artística” para “Arte”, com base na formação específica plena em uma das linguagens: “Artes Visuais, Dança, Música e Teatro” (BRASIL, 2016).

A arte propicia ao estudante deficiente visual a descoberta de várias possibilidades de expressão, decorrentes tanto da dinâmica proporcionada pela diversidade de materiais utilizados quanto das técnicas desenvolvidas para a transformação dessa matéria-prima em signos carregados de intenso conteúdo emocional.

O fazer artístico, a contextualização e a apreciação são de fundamental importância para desenvolvimento da área sensorial-perceptiva-motora-anestésica, principalmente para aqueles que serão alfabetizados em Braille, sejam crianças ou adultos. Como exemplo, pode-se citar que, durante as aulas de modelagem, o contato da pessoa com deficiência visual com a argila, massa de modelar ou papel “machê” além de estimular características específicas, como a sensibilização tátil aliada à expressão artística, auxilia na integração de disciplinas, reforçando os conteúdos, estimulando criações e desenvolvendo a socialização. Além disso, o fazer concreto desenvolve a capacidade de abstração e o exercício da transposição figura/forma.

No atendimento às crianças da Educação Infantil, devido às características dessa faixa etária, são priorizados os aspectos lúdicos que contribuem na formação de conceitos e simbolização. Assim, a Arte atua como mediadora, agregando os princípios da percepção sensorial, sentimento e imaginação. Ochaita e Rosa (1995, citado por BATISTA, 2005) discutem o papel do tato para o cego apresentando o sistema háptico ou tato ativo como sistema sensorial mais importante para o conhecimento do mundo da pessoa cega.

#### **Objetivos**

##### **Geral**

- Oportunizar deficiente visual e ao surdocego o contato com os diversos materiais artísticos, favorecendo assim a percepção tátil, o desenvolvimento da coordenação visomotora/audiomotora, motora e a expressão artística.

##### **Específicos**

- Proporcionar situações que desenvolvam criações expressivas, considerando o ritmo e a individualidade do aluno;
- Favorecer o desenvolvimento da coordenação motora, da força muscular e sensibilidade tátil;
- Favorecer o desenvolvimento da coordenação visomotora e audiomotora;
- Facilitar o processo de integração do estudante, especialmente os adultos;
- Estimular o desenvolvimento da capacidade de comunicação do estudante por meio de várias formas de linguagem verbais e não verbais;
- Estimular o desenvolvimento social e afetivo;
- Discriminar objetos por suas diferentes características de cor, forma, posição
- Discernir entre o maior e menor, diferente e igual, escuro e claro, interno e externo e luminosidade
- Proporcionar situações que permitam a concentração;
- Incentivar o estudante na busca de soluções para transformar materiais;



- Proporcionar situações para desenvolver a capacidade de expressão de sensações, sentimentos, opiniões e valores subjetivos por meio da atividade artística;
- Explorar as possibilidades dos materiais em modelagem, esculturas, relevos, texturas, pintura, artesanato, desenho;
- Estimular o desenvolvimento da coordenação de movimentos finos e precisos;
- Fortalecer a autoestima;
- Integrar o estudante em seu meio e na sociedade;

#### **Público-alvo**

Os atendimentos destinam-se a todos os estudantes matriculados no CEEDV, priorizando-se os estudantes matriculados nas turmas do Pape, estudantes matriculados no atendimento de Transferência Braille que necessitam desenvolvimento tátil (adultos ou crianças), matriculados na habilitação do próprio CEEDV, e estendem-se aos demais, conforme disponibilidade de vaga e indicação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem.

#### **Modulação**

Nas aulas práticas em sala, atualmente cada aluno tem de 1 (uma) a 2 (duas) aulas semanais, podendo ser duplas ou simples sendo que as crianças não devem ter dois horários seguidos. O atendimento é preferencialmente individual para estudantes cegos, surdocegos, com deficiência múltipla e TGD, ou de acordo com avaliação dos professores.

O agrupamento deverá levar em consideração o nível de aprendizagem, sem prejuízo com relação à modulação determinada.

Em vista das características específicas decorrentes do manuseio dos materiais, cada professor(a), atende de 20 a 30 alunos, distribuídos em trinta atendimentos semanais.

O atendimento de alunos adultos pode ser em duplas ou grupos formados por alunos com nível de aprendizado compatível.

#### **Pessoal**

Professor de área específica, com habilitação em Artes Visuais.

#### **Recursos**

Sala ambiente com mesas e cadeiras, armários, pia, forno cerâmico e prateleiras. Material e ferramentas para execução de tarefas de colagem, recorte, modelagem, desenho, pintura, entre outros.

#### **Avaliação e terminalidade**

A avaliação é realizada a partir da observação dos resultados e da participação do aluno no processo, com registros escritos em relatórios descritivos e ficha de planejamento individual do aluno.

Por todos os benefícios que o ensino de artes visuais proporciona em qualquer idade, não há uma terminalidade prevista para o aluno matriculado no CEEDV, a não ser que o mesmo se desligue desta unidade de ensino, ou manifeste a vontade de descontinuar o atendimento ou caso existam estudantes em fila de espera necessitando de atendimento.

## **ARTES CÊNICAS**

### **Apresentação**

As Artes Cênicas abrangem o desenvolvimento da iniciação teatral, as diversas manifestações de danças e ritmos, performance, dramatização, improvisação, mímica, expressão corporal, exploração do folclore e todas as expressões artísticas que requerem a exteriorização lúdica adaptada às capacidades dos estudantes, o que se consolida e amplia o comprometimento com a amplitude de saberes envolvidos nesta linguagem com a promulgação da Lei nº 13.278 de 02 de maio/2016.

As Artes Cênicas, consciência corporal e gestual, coordenação do gesto e gesto expressivo, expressão vocal, canto e expressão corporal, corporalidade e corporeidade são exploradas através da experimentação teatral (construção de personagens, criação de cenas, partituras corporais, expressão corporal e facial...). Durante as aulas, aluno e professor exploram não somente o fazer, mas principalmente o sentir. E esta sensibilidade trará ao estudante o amor pelo corpo e o amor ao seu semelhante, a comunicação dos sentimentos e o desenvolvimento do seu ritmo corporal. Além de revigorar sua autoestima, se fará sentir o reconhecimento da família, da comunidade e da sociedade.

### **Justificativa**

As Artes Cênicas visam ao desenvolvimento socioafetivo e intelectual do aluno/estudante que será alcançado a longo prazo, respeitando o interesse e o nível de desenvolvimento do estudante. Buscam também: oferecer oportunidades ao estudante de agir com autonomia sobre o meio físico, com estímulos variados, coordenando suas ações entre o eu, o outro e o mundo; estimular o estudante a tomar consciência das relações espaciais, causais e temporais, a fim de que possa organizar seu mundo físico e social e expressá-los no plano simbólico; dar oportunidade ao estudante de coordenar as representações de dados conhecidos levando-os a refletir de modo a relacioná-los logicamente; oferecer ao estudante conhecimentos sociais úteis à sua adaptação à vida; oportunizar ao estudante estabelecer interações sociais com os colegas e comunidade em que se insere, baseadas no respeito mútuo, na cooperação, aprendendo regras e normas. Dar oportunidade ao aluno/estudante de entrar em contato com a linguagem teatral e através da produção, apreciação e contextualização da prática artística ampliar seus horizontes culturais, conhecendo novas manifestações culturais e artísticas nos âmbitos do teatro, performance, dança-teatro, musical, lambe-lambe, body-art e todas as demais vertentes teatrais desde a antiguidade até os dias atuais.

Em trabalhos lúdicos, como jogos em geral, brincadeiras, vivências, dramatizações e improvisações, são realizados exercícios dinâmicos que desenvolvem a capacidade afetiva, percepção motora, consciência corporal, tato, linguagem oral, atenção, concentração, equilíbrio, coordenação, solidariedade e espírito de grupo, buscando a integração entre a família, os colegas, professores, funcionários da escola e comunidade.

O ensino das Artes Cênicas promove um gradual desenvolvimento do estudante em todos os sentidos, tornando-o, a médio e longo prazo, cidadão descontraído, solidário e mais seguro de sua cidadania, presente, consciente e autônomo em sua corporeidade e na expressão de sua corporalidade.

### **Objetivos**

#### **Geral**

- Trabalhar as diversas expressões artísticas do ser humano no contexto teatral tais como: improvisação e criação de papéis; a utilização da expressão e criação vocal e corporal; a construção e elaboração de cenas; a observação; a pesquisa, experimentação e criação com os elementos da linguagem teatral; a construção de textos dramáticos; a adaptação de roteiros diversos; a vivência da produção teatral (divulgação); a apresentação teatral propriamente dita, ou seja o espetáculo cênico e a construção dos recursos teatrais para tanto através da pesquisa e otimização de recursos pela comunidade escolar, adaptadas às necessidades das pessoas com deficiência.

#### **Específicos**

- Promover situações que possibilitem aos estudantes desenvolver criações expressivas, considerando seu ritmo e individualidade, bem como redirecionar energia pelo prazer da criação artística.

- Proporcionar situações onde o estudante possa desenvolver as capacidades temporal e espacial; a mobilidade e a coordenação motora, por meio de jogos, brincadeiras, dramatização, canto e performance; as capacidades da memória, atenção, concentração, imaginação e da criatividade; a capacidade de expressão, de sensações, sentimentos, opiniões e valores subjetivos; a inspiração e expiração, explorando o diafragma e a respiração perceptiva; a linguagem do movimento corporal, por meio do equilíbrio, atenção, concentração, percepção corporal e imagem corporal; as festividades populares, datas cívicas, cultura popular e folclore; os sons e ruídos corporais e instrumentos musicais, principalmente os instrumentos de percussão tradicionais e improvisados utilizados cenicamente ou como suporte para performance imagético/teatral.

- Estimular a criatividade e improvisação: na composição de pequenas cenas de peças improvisadas de teatro, frases, brincadeiras, notícias e músicas; na montagem de adereços com utilização de sucatas e qualquer objeto disponível ao alcance dos deficientes visuais, surdocegos e deficientes múltiplos, para que a dramatização se aproxime o mais possível do tema proposto, se tornando assim uma experiência significativa.

- Ensinar os mecanismos da dança: como forma de linguagem expressiva; explorando a percepção e a consciência corporal e sonora dos próprios movimentos e dos movimentos dos parceiros/as; explorando a coreografia e a criação coreográfica; explorando as diversas técnicas de dança e suas linguagens; conhecendo as diversas possibilidades expressivas e comunicativas do corpo

e construção de sua identidade corporal; desenvolvendo sua corporalidade e corporeidade por meio da consciência do gesto e do movimento organizados e orientados.

- Estimular os sentidos: com jogos de percepção, confiança, reflexo e memória, construções lógicas; encenando, interpretando e ressignificando as atividades rotineiramente experiência das na vida autônoma, social e cultural; praticando tarefas com a comunidade (laboratório sensorial).
- Explorar notícias da mídia: escrita, falada e televisiva, comentando e encenando os assuntos em pauta; estimulando os debates sobre drogas, sexualidade e relacionamentos, sempre considerando a opinião dos estudantes.
- Aprimorar e desenvolver a oratória e a dicção.
- Sensibilizar sobre a importância da disciplina em sua vivência.

### **Público-alvo**

Os atendimentos destinam-se a alunos cegos, baixa visão e surdocegos, prioritariamente do CEEDV, da inclusão e oriundos da comunidade.

### **Modulação**

O atendimento dos estudantes do PAPE é realizado individualmente ou em duplas, em face das peculiaridades que apresentam os deficientes visuais, surdocegos e com Deficiências múltiplas, tendo aula de 45 minutos uma vez por semana. Os agrupamentos devem ser realizados pelo professor regente juntamente com o professor da disciplina.

O atendimento aos adultos varia entre atendimentos individuais que podem evoluir para pequenos agrupamentos a fim de promover a coletividade, e o resgate da socialização, sempre visando às necessidades dos estudantes, que apresentem no momento. Cada estudante tem 2 (duas) aulas semanais. Dependendo das competências e habilidades de cada estudante serão adaptados a quantidade e formato das aulas para alcançar os melhores resultados, individualmente ou em grupo. Os agrupamentos devem ser realizados pelo professor regente, após avaliar cada aluno e pesquisar junto aos estudantes as possibilidades e viabilidade de tais agrupamentos.

Em vista das características específicas decorrentes dos conteúdos/atividades, cada professor (a) atende de 20 a 30 estudantes, distribuídos em 30 atendimentos semanais, contemplando também os agrupamentos necessários às atividades de criação coletiva e performance.

### **Pessoal**

Profissionais com Licenciatura em Artes Cênicas, bacharelado em Artes Cênicas – ator/atriz e formação pedagógica complementar ou os cursos equivalentes, anteriores à a alteração da Lei nº 11.769/2008, com formação em educação de pessoas com deficiência (PCD) para o deficiente: visual (DV), múltiplo (DMU) e, tendo em vista que entre os Deficientes Visuais do CEEDV, alguns apresentam outras deficiências.

### **Recursos**

Tatame, mesas, araras, cadeiras (de diferentes tamanhos e formatos), armários, pia, colchonetes, figurinos (e armários os araras para armazená-los), adereços, som portátil, instrumentos musicais, instrumentos musicais improvisados, sucatas, livros de histórias, fantoches, filmes, CDs de músicas, barras de apoio instaladas, cabos de madeira, bambolês e tecidos, gravadores, filmadoras e máquinas de fotografia, depósito para acondicionamento de cenários e objetos de cena, cubos para construção de ambientes teatrais (em madeira o papelão resistente), painéis móveis para afixar cenários, praticáveis para montagem de palco (desmontável/dobrável), e demais materiais que possam ser necessários.

Sala de aula com amplo espaço físico para possibilitar a prática de movimentos corporais e a interação em grupos.

### **Avaliação e terminalidade**

A avaliação é feita a partir da observação de cada aula, vivências internas e externas, festividades socializadas com a participação do estudante no processo, com registros escritos em relatórios descritivos e fichas de planejamento individual com base no Currículo Básico da Educação bem como no PCN Arte – Teatro. A avaliação em teatro adquire um caráter processual e por isso cada vez mais subjetivo e simbólico, e toda a compreensão da atividade teatral passa por uma mudança, visto que a ênfase passa do resultado cênico para o processo da construção teatral.

## MÚSICA

### **Apresentação**

A música é uma linguagem universal que pode ser definida como ciência e arte. Está presente em todas as culturas, em fenômenos da natureza, nos sons produzidos pelo próprio corpo humano, podendo ser sentida desde a vida intrauterina e se mantendo presente em inúmeras situações vividas. Apresenta elementos próprios referentes ao som como ritmo, melodia e harmonia. Organiza-se mediante os parâmetros *altura, intensidade, duração e timbre*.

A educação musical consiste em proporcionar experiências no campo sonoro, cuja construção de conhecimento envolve o desenvolvimento do gosto musical, da criatividade, do senso rítmico, da sensibilidade, da imaginação, da capacidade de concentração, de conhecimento e de reflexão acerca das manifestações culturais, trazendo benefícios ao processo de escolarização e ao raciocínio lógico-matemático e também promovendo o desenvolvimento de habilidades motoras, sobretudo as relacionadas ao ritmo.

As aulas acontecem de forma prática, com vivências sonoras a partir do próprio corpo e do contato com materiais e instrumentos musicais diversos, observando as características de cada um, o seu manuseio correto e classificando as diferenças e semelhanças entre os sons produzidos pelos objetos estudados.

Além da musicalização, dependendo do desenvolvimento do estudante, poderá ocorrer a iniciação musical tanto da parte teórica quanto da prática de algum instrumento, como teclado, violão e flauta doce, e a formação de grupos de coral com ensaios que poderão culminar em apresentações.

O Currículo em Movimento da Educação Básica deverá nortear a prática pedagógica do professor, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades musicais diversificadas e personalizadas, de acordo com a necessidade de cada estudante.

### **Justificativa**

As atividades musicais realizadas na escola não devem ter em vista simplesmente a formação de músicos, mas, por meio da experimentação da linguagem musical, proporcionar ao estudante o desenvolvimento sensorial e motor, a socialização, a capacidade inventiva, a expressividade, o raciocínio, as percepções sonora e espacial e o equilíbrio emocional.

Sendo assim deve propiciar situações para que o estudante se expresse a partir de seu esquema corporal e de sua relação com o espaço e o tempo, ampliando quantitativa e qualitativamente as experiências sensoriais e cognitivas. Possibilita também à pessoa com deficiência visual, explorar e aprimorar os seus sentidos remanescentes, de forma lúdica e prazerosa.

A educação musical, além de ampliar o raciocínio, reforça, em qualquer idade, o sentimento de convivência em grupo, proporciona melhorias no relacionamento interpessoal, reduz os sentimentos de ansiedade, solidão e depressão e coloca o estudante em um contato próximo tanto da cultura de seu meio, quanto de realidades que lhe são mais distantes, em tempo e/ou espaço.

### **Objetivos**

#### Geral

- Despertar o interesse pela música; desenvolver a expressão, o equilíbrio, a autoestima e o autoconhecimento; promover a integração e comunicação social, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioafetivas.

#### Específicos

##### Específicos

- Apreciar músicas de gêneros variados, assim como diversos instrumentos utilizados em sala de aula.
- Compor canções a partir de histórias criadas dentro de um contexto pré-determinado pelo docente.
- Executar instrumentos como recurso para o aprendizado musical em sua totalidade.
- Desenvolver a coordenação motora por meio da prática de instrumentos musicais.

- Reconhecer e utilizar as variações de velocidade e densidade na organização e realização de algumas produções musicais;
- Conhecer um repertório variado de canções para desenvolver memória musical;
- Perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais;
- Imitar, inventar e reproduzir criações musicais;
- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento de mundo;
- Ouvir, perceber e discriminar eventos sonoros diversos, fontes sonoras e produções musicais;
- Perceber tanto os sons e silêncios quanto as estruturas e organizações musicais, buscando desenvolver, por meio do prazer da escuta, a capacidade de observação, análise e reconhecimento;
- Participar em brincadeiras e jogos cantados para desenvolver a noção de ritmo;
- Reconhecer e utilizar expressivamente, em contextos musicais, as diferentes características geradas pelo silêncio e pelos sons: altura (graves ou agudos), duração curtos ou longos),
- Desenvolver a afinação, interpretação, ritmo, acuidade auditiva, noção de tonalidade, harmonia e sensibilização;
- Estimular a formação de bandas e prática de conjunto com experimentação de novos timbres, ritmos e instrumentos;
- Acompanhar, com ensaios e apresentações, o coral formado por estudantes;
- Sensibilizar os estudantes para a expressividade musical, estabelecendo uma relação de vivência entre sons e ritmos.
- Conhecer e interagir com gêneros musicais diversos, entendendo seu contexto histórico e artístico;
- Assistir a apresentações musicais de gêneros diversos.

#### **Público-alvo**

Os atendimentos destinam-se a alunos cegos, de baixa visão e surdocegos (desde que com resíduo auditivo adequado) do CEEDV, da inclusão e oriundos da comunidade, em qualquer idade.

#### **Modulação**

Levando-se em consideração as características da pessoa com deficiência visual e surdocegueira, bem como dos estudantes que apresentam outros tipos de deficiência, as aulas poderão ser individuais, em duplas, trios ou até pequenos grupos, desde que propiciem possibilidades de desenvolvimento para todos.

Cada estudante deverá ter uma a duas horas-aula semanais, individualmente ou em grupo, dependendo do nível de desenvolvimento e do planejamento individual. Para os estudantes adultos, as aulas poderão ser duplas, de acordo com o agrupamento ou objetivo proposto para o mesmo. Poderá haver também o oferecimento de uma aula individual e outra em grupo, para que o estudante seja amplamente atendido em suas necessidades.

De acordo com a proposta do atendimento e com a carga horária da turma, cada professor poderá atender de 20 a 30 estudantes, divididos em 30 horas-aula semanais.

#### **Pessoal**

Professor licenciado em Música, com habilitação em educação musical ou com formação equivalente, conforme a alteração da Lei nº 11. 769/2008, com formação também para atuar com a pessoa com deficiência visual e demais deficiências que os estudantes do CEEDV possam apresentar.

#### **Recursos**

Sala de aula ampla, com espaço para vivências rítmicas corporais, equipada com espelhos, equipamento de som (reprodutores de CD e DVD, caixas de som, gravadores, microfones), teclado, violão e a maior variedade possível de instrumentos musicais de corda, de sopro e de percussão.

O professor pode ainda utilizar diversos recursos para o fazer musical, desde o corpo da criança, materiais escolares, objetos da natureza, instrumentos musicais, bandinha, até instrumentos construídos pelos próprios estudantes com materiais recicláveis.

#### **Avaliação e terminalidade**

A avaliação será realizada nas aulas e em apresentações culturais dentro e fora da escola, por meio de observações e registros em fichas de acompanhamento individual do estudante e relatórios semestrais.

Por todos os benefícios que traz a educação musical, em qualquer tempo e idade, não há uma terminalidade prevista para o estudante matriculado no CEEDV, a não ser que o mesmo se desligue desta unidade de ensino, ou manifeste a vontade de descontinuar as aulas.

## **EDUCAÇÃO FÍSICA**

### **Apresentação**

A Educação Física é uma área relacionada a um conjunto de atividades físicas planejadas e estruturadas, que estuda e explora a capacidade física e a aplicação do movimento humano. Sendo assim, utiliza-se do movimento como meio de descobertas, permitindo ao indivíduo conhecer-se, dominar-se e relacionar-se com o mundo. A Educação Física, principalmente no âmbito escolar, permite a interação com o corpo em sua totalidade, incluindo aspectos culturais, sociais, psicológicos e biológicos.

### **Justificativa**

Em conformidade com o Decreto 69.450, de 1º de novembro de 1971; o Decreto nº 888, de 04 de agosto de 1993; a Resolução nº 40, de 04 de fevereiro de 1993, do Ministério da Saúde; e a Lei 9.394/96, a Educação Física integra o currículo e é componente obrigatório da Educação Básica para todos os estudantes.

A Educação Física realizada com a pessoa com deficiência visual no CEEDV é diferenciada e especializada, em virtude da necessidade do estudante com DV. A deficiência visual está associada a uma série de deficit psicomotores, frutos da ausência de vivências motoras significativas relacionadas à falta da captação de informações através da visão. O estudante DV não adquire espontaneamente, ou por iniciativa própria, estas vivências: é um processo construído por meio de um trabalho de interação corpo a corpo entre estudante e professor. Grande parte das experiências da criança ou do adulto na exploração do meio, na descoberta do próprio corpo, no contato com os objetos e na relação com os outros tem uma participação direta da visão, que se torna um elemento-chave na organização da ação motora voluntária, consciente e segura.

Por outro lado, a ausência da visão, ou mesmo sua perda parcial, implica uma situação oposta que coloca o estudante com deficiência visual em situação de risco. Segundo Hugonnier (*apud* BRUNO, 1997, p. 90), “a criança que nasceu cega está ameaçada por um grave retardamento psicomotor”. O estudante com deficiência visual necessita de modelos, ele não conhece os padrões de movimento inerentes ao desenvolvimento psicomotor e esses são apresentados por meio do toque, do contato direto. Sua movimentação não é aprendida de forma natural e espontânea, é literalmente ensinada.

Nesse contexto, a Educação Física para o estudante adulto cego, de baixa visão ou surdocego também é diferenciada e vai além da perspectiva do condicionamento físico, mas também está voltada para o aspecto psicomotor. É possível perceber lacunas no desenvolvimento psicomotor do estudante que perde a visão depois de adulto. Mesmo com o histórico de experiências motoras significativas ao longo da vida, ele necessita, em decorrência da cegueira adquirida, de uma ação para sua reorganização no plano da estruturação e organização espacial.

Desse modo, conclui-se que a Educação Física proporciona ao estudante condições para a tomada de consciência, imagem e funcionalidade corporal, sendo uma área essencial para o estudante com necessidades educacionais especiais em função do comprometimento visual (cego, baixa visão e surdocego) ou ainda com outras deficiências associadas.

## **Objetivos**

### **Geral**

- Proporcionar uma série de estímulos sensório-motores, respeitando os aspectos lúdico e recreativo inerentes ao processo educacional escolar, permitindo uma melhor organização da motricidade do estudante, enriquecendo as experiências da pessoa com deficiência visual, investindo na formação da autoconfiança e independência.

### **Específicos**

- Proporcionar ao estudante condições de desenvolver os sentidos remanescentes, especialmente a percepção auditiva e tátil;
- Proporcionar atividades para o desenvolvimento psicomotor por meio de estímulos que trabalhem os elementos da psicomotricidade, tais como esquema corporal, coordenação motora ampla, coordenação viso motora (estudantes com baixa visão), motricidade fina, equilíbrio, lateralidade, orientação espaço-temporal, tônus da postura e ritmo;
  - Estimular a autonomia, a independência e a participação ativa nas atividades;
  - Utilizar o movimento como meio de expressão corporal individual;
  - Reconhecer progressivamente os segmentos e elementos do próprio corpo por meio da exploração do ambiente, das brincadeiras e da interação consigo mesmo e com os outros;
  - Promover, durante as aulas, ações para que o estudante amplie sua formação de conceitos e consiga gradativamente internalizar conhecimentos concretos (ex: forma circular, pneus, bambolês, círculos com corda);
  - Promover ações para facilitar a aprendizagem do estudante no processo de alfabetização em Braille, contextualizando ações para melhor assimilar a cebra Braille, podendo estabelecer paralelos com o corpo e os pontos Braille, ombros cintura joelhos. Utilizando ainda pneus, bambolês ou outros materiais para montar o formato da cebra;
  - Utilizar os recursos de deslocamento, das habilidades de força, resistência, velocidade e flexibilidade, contribuindo não só para a melhoria do condicionamento físico bem como para as aquisições de orientação espacial;
  - Proporcionar ao estudante adulto com cegueira adquirida, atividades com intuito de permitir uma reorganização no âmbito corporal através das atividades psicomotoras;
  - Promover vivências motoras diversificadas para o estudante, no meio aquático – piscina;
  - Promover a socialização do estudante com deficiência visual por meio da atividade física, proporcionando saúde, vida ativa e bem estar, caracterizando assim uma melhor qualidade de vida.

### **Público-alvo**

A Educação Física destina-se a todos os estudantes matriculados no CEEDV, desde a Educação Precoce, passando pelos estudantes do PAPE e Reabilitação do próprio CEEDV e se estendendo aos estudantes deficientes visuais oriundos da Inclusão e da comunidade, e estes últimos estando condicionados à disponibilidade de vaga e interesse do estudante ou da família.

### **Modulação**

O número de estudantes por turma, a quantidade de aulas semanais, bem como a definição de aulas simples ou duplas variam de acordo com a especificidade de cada atendimento no CEEDV. Sendo assim, os atendimentos em Educação Física são organizados da seguinte forma:

- Educação Precoce

Essa modalidade de atendimento prevê a Educação Física, estando a modulação/atendimento prevista na referida área dessa Proposta Pedagógica (vide Educação Precoce).

- Programa de Atendimento Pedagógico Especializado - PAPE

A Educação Física é ofertada às crianças do PAPE com atendimento individual ou em dupla, sendo que o agrupamento estará condicionado à avaliação do professor de Educação Física da turma. As aulas devem ser simples e com a frequência semanal de duas vezes por semana. As aulas são realizadas em solo e/ou na piscina, de acordo com o planejamento do professor e a necessidade do estudante.

- Estudantes da inclusão e da comunidade

Atendimento individual ou grupo de até 2 estudantes, sendo uma turma homogenia, caso contrário, se tratando de uma turma heterogenia, há a avaliação do professor de Educação Física da turma. As aulas devem ser simples e com frequência de duas a três vezes por semana. São realizadas em solo.

#### **Pessoal**

Professor com habilitação em Educação Física e com cursos formativos para atuar junto ao estudante com deficiência visual.

#### **Recursos**

Materiais diversos, como bolas variadas com e sem guizos, colchonetes, blocos psicomotores de espuma, pneus, cordas, elásticos, bambolês, cesta de basquete, rampa e escada de madeira, materiais para motricidade fina, halteres, tornozeleiras, bastões de madeira, bolas de pilates, faixas e cordas elásticas e outros;

1 circuito fixo, montado no ambiente externo da escola com escadas e pontes de cordas, escalada com cordas, tirolesa, balanço sentado e deitado, banco sueco fixo, corda bamba (*slackline*) e corda com nós na vertical

Duas salas de aula amplas, sendo uma de psicomotricidade e outra com equipamentos de condicionamento físico;

O professor poderá usar a área externa da escola, utilizando recursos do ambiente, tais como meio-fio, calçadas, grama, asfalto, árvores, pátio coberto e outros.

1 piscina coberta e aquecida com vestiários e materiais para atendimento no meio aquático;

1 parque infantil de areia, com brinquedos e casinha;

#### **Avaliação e terminalidade**

A avaliação se dá por meio de observações no decorrer das aulas e registros nos relatórios descritivos semestrais. Não existe uma terminalidade na área de Educação Física, visto que a atividade física é benéfica em qualquer fase da vida. Portanto, a terminalidade pode ocorrer quando o estudante se desligar do CEEDV e, no caso de estudantes adultos, caso o mesmo demonstre interesse em deixar essa área de atendimento

### **PROGRAMA DE APOIO À INCLUSÃO**

O Programa de Apoio à Inclusão é composto pelo Centro de Apoio Pedagógico (CAP), pelo Serviço de Orientação para o Trabalho (SOT) e pela Formação de Famílias.

#### **CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO – CAP**

##### **Apresentação**

O Centro de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual- CAP, começou a funcionar a partir de abril de 2001 e as atividades desenvolvidas no âmbito do Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais, devido sua vinculação administrativa ao referido Centro.

O CAP/DF foi concebido na perspectiva desse construir em uma ação política pública como centro de referência, oferecendo serviços de apoio pedagógico e suplementação didática, preferencialmente, aos estudantes da Rede Pública de Ensino do DF, com deficiência visual, e comunidade, garantindo e proporcionando ao estudante com deficiência visual as condições adequadas para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, assegurando e complementando o princípio da oportunidade e da igualdade.

Aproximadamente, a partir de 2010 o CEEDV/CAP passou a atender também os deficientes surdocegos.

Com a oferta dos serviços e atendimentos, pretende-se garantir às escolas e aos estudantes com deficiência Visual e Surdocegueira o atendimento educacional em tempo hábil, com produção de materiais didáticos, paradidáticos e literários em Braille e também no formato ampliado. Livros em áudio (Núcleo de Convivência/Biblioteca/ Clube do leitor/), de forma a apoiar o processo ensino-aprendizagem, além de oferecer condições adequadas para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, levando-os à autonomia, independência, inclusão acadêmica e social.

##### **Objetivos**

São objetivos do CAP/DF:



- Constituir uma unidade de serviços de apoio pedagógico e suplementação didática à Rede Pública de Ensino do DF, qual estabelece o documento original que trata da implantação do Centro de Apoio Pedagógico/CAP, em todo o Brasil, pela Secretaria de Estado de Educação do DF-SEEDF e Secretaria de Educação do Ministério da Educação -SEESP/MEC.

- Promover e garantir o atendimento ao estudante com deficiência visual (cego, surdocego ou baixa visão) no que se refere aos recursos específicos necessários à sua educação, priorizando a Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do DF;

- Atender com presteza e de forma imediata as variadas demandas decorrentes da diversidade de currículos e programas escolares da Secretaria de Estado de Educação do DF;

- Em parceria com a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento aos Profissionais da Educação), promover a capacitação, principalmente do curso de Braille, preferencialmente aos profissionais da Rede Pública do DF, visando a melhoria e ampliação dos serviços de atendimentos regulares, junto às salas de recursos e cumprindo as exigências contidas no presente documento.

### **Justificativa**

A educação de pessoas com deficiência visual e surdocegas se realiza, preferencialmente, na Rede Pública de Ensino do DF, seja em classe comum inclusiva com apoio educacional, em salas de recursos e/ou com apoio de professor itinerante. Pode ocorrer em classe especial, na qual o estudante com deficiência visual desenvolve o currículo da Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio, acrescidos das complementações curriculares específicas e, ainda nas salas de projetos, dadas pelo professor regente ou pelo professor que atua nas salas de recursos.

Constata-se que os serviços educacionais existentes ainda estão distantes de promover a real inclusão do estudante com deficiência visual na Rede Pública de Ensino do DF, com qualidade, em função das inúmeras dificuldades encontradas no processo educacional desse estudante. Dentre elas, podemos destacar as principais demandas:

- Falta de livros didáticos, literários e demais matérias impressos no sistema Braille;

- Escassez de material no formato ampliado, adaptado nas diversas fontes e colorido, de acordo com a especificidade do estudante com baixa visão;

- Insuficiência de serviços de apoio pedagógico: material adaptado em alto relevo e de atendimentos complementares individuais, necessários ao ensino-aprendizagem dos estudantes inseridos nas classes especiais e turmas inclusivas da Rede Pública de Ensino do DF,

- Escassez de profissionais especializados na Rede Pública de Ensino do DF para atuar no CAP, nas salas regulares, salas de recursos e equipamentos adequados.

- Falta de manutenção periódica, por técnico especializado, para as impressoras Braille, em tinta e demais equipamentos.

- Dificuldade em obter liberação de recursos financeiros para compra de equipamentos tecnológicos (computadores, scanner, perfuradores de encadernação, impressoras, etc) e a troca de mobiliário dos Núcleos do CAP, dentre outros materiais.

### **Público-alvo**

- Preferencialmente, os estudantes com deficiência visual e surdocegos matriculados na Rede Pública de Ensino do DF;

- Estudantes com deficiência visual matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Séries iniciais e finais, Ensino médio, Tecnológico e Educação Superior;

- Pessoas com deficiência visual e surdocegueira da comunidade;

- Professores regentes da Rede Pública de Ensino do DF e os que atuam nas salas de recursos.

### **Infraestrutura**

O CAP/DF, atualmente, apresenta as seguintes ações:

- Atendimento aos professores itinerantes das salas de recursos da Rede, através das solicitações de material a ser adaptado/transcrito, conforme as especificidades dos alunos atendidos;

- Digitalização de material didático-pedagógico;

- Adaptação/transcrição de material didático-pedagógico e,

- Impressão e encadernação de material adaptado/transcrito.

Para tanto, conta com a seguinte estrutura:

1- Núcleo de Produção Braille/Ampliado

2- Núcleo de Convivência

3- Núcleo de Apoio Pedagógico

## **Núcleo de Produção Braille/Ampliado**

Núcleo responsável pela transcrição e adaptação dos livros didáticos, literários, paradidáticos, apostilas e demais materiais didático-pedagógicos, de tinta para o Braille (estudantes cegos/surdocegos) e também no formato ampliado nas diversas fontes (estudantes baixa visão), em conformidade com as solicitações feitas pelos professores itinerantes que atuam nas salas de recursos na Rede Pública de Ensino do DF, sendo imprescindíveis para o processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento educacional dos referidos alunos inseridos nas classes inclusivas.

Diante disso faz-se necessário que os professores que atuam no núcleo possuam conhecimento pedagógico e sejam habilitados, preferencialmente em Pedagogia e nas demais áreas de conhecimento, ou seja, Exatas, Humanas, Artes e Linguagens, objetivando a melhor adaptação do material a ser repassado aos alunos, facilitando o processo ensino-aprendizagem e, ainda, sendo imprescindível que todos os servidores possuam domínio/habilitação comprovada da Simbologia Braille.

- **Composição: Digitalizadores, Adaptadores, Transcritores e Revisor.**

- **Funções:**

**Digitalizadores:** São os servidores responsáveis em preparar, através da digitalização, os materiais didático-pedagógicos, solicitados pelos professores itinerantes onde devem ser observadas e levadas em consideração às especificidades de cada material, para as seguintes etapas: Adaptação e Transcrição.

O material no formato Ampliado poderá ser finalizado pelos digitalizadores e revisado pelos professores adaptadores e transcritores. Após, o material no formato ampliado, é encaminhado ao servidor responsável pela impressão e encadernação e, finalmente, entregue ao professor itinerante solicitante. O material poderá ser encaminhado ao professor itinerante via e-mail, desde que seja solicitado pelo mesmo.

O material Braille após ser digitalizado e estruturado será encaminhado para os professores para adaptar e transcrever no formato Braille obedecendo às normas técnicas da Comissão Brasileira de Braille-CBB. Após, o material deverá ser encaminhado, obrigatoriamente, para o servidor revisor. Finalmente, o material é encaminhado ao servidor responsável pela impressão e encadernação e entregue ao professor itinerante solicitante. O material poderá ser encaminhado ao professor itinerante via e-mail, desde que seja solicitado pelo mesmo.

**Adaptadores:** São os servidores da Carreira Magistério Público do DF, cargo de professor, com habilitação, preferencialmente em Pedagogia e nas demais áreas de conhecimento, ou seja, Exatas, Humanas, Artes e Linguagens e que são responsáveis pela análise do material e adaptação em relevo de acordo com as especificidades, usando as Normas Técnicas da Comissão Brasileira de Braille-CBB.

As adaptações do material pedagógico deverão ser feitas para oferecer condições de compreensão das imagens ao estudante com deficiência visual, observadas os seguintes critérios:

- evitar mais de uma figura em uma mesma matriz para que não se confunda uma com a outra;
- quando houver a necessidade, matrizes ou gravuras deverão estar acompanhadas de legendas explicativas para compreensão da leitura tátil;
- quando existirem figuras sobrepostas ou com muitos detalhes, poderá existir uma legenda explicativa, bem como nas figuras desmembradas,
- quando houver figuras complexas, poderão ser eliminados os detalhes que não interferem nas características originais e,
- os materiais adaptados devem ser fidedignos às informações do livro didático.

**Transcritores:** São os servidores da Carreira Magistério Público do DF, Cargo de professor, com habilitação, preferencialmente em Pedagogia e nas demais áreas de conhecimento, ou seja, Exatas, Humanas, Artes e Linguagens e que são responsáveis pela transcrição do material utilizando a simbologia Braille por meio do programa Braille Fácil e, ainda, de acordo com as Normas Técnicas de Transcrição de Textos para Língua Portuguesa e ainda o Código Matemático Unificado e a grafia Braille de Química.

**Revisor:** Revisar o material em Braille.

### **Núcleo de Convivência**

Núcleo destinado às atividades de convivência aos estudantes, comunidade e pais em parceria com o Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais/CEEDV e Biblioteca Elmo Luz, onde são oferecidos acervos bibliográficos e espaço para expressões artística e cultural.

### **Núcleo de apoio didático-pedagógico**

Núcleo que promove em parceria com o CEEDV, o apoio didático e pedagógico aos estudantes e comunidade com deficiência visual (baixa visão, cegos e surdocegos), pais e profissionais da Rede Pública de Ensino do DF, através dos atendimentos e capacitação ofertadas para melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, bem como proporcionar aos deficientes visuais, de forma geral, inclusão acadêmica, social, valorização e independência.

Os professores que atuam no núcleo, juntamente com o coordenador do CAP e demais servidores devem planejar e ofertar cursos/oficinas de capacitação, na área de deficiência visual, aos profissionais da Rede Pública, pais e comunidade podendo realizá-los em parceria com a EAPE.

É também de responsabilidade desses profissionais a orientação às escolas da Rede Pública, Salas de Recursos e Itinerantes que atendam estudantes com deficiência visual/surdocegos, sendo imprescindível que os mesmos possuam habilitação/domínio comprovada na simbologia Braille.

Diante disso faz-se necessário que os professores que atuam no núcleo possuam conhecimento pedagógico e sejam habilitados, preferencialmente em Pedagogia e nas demais áreas de conhecimento, ou seja, Exatas, Humanas, Artes e Linguagens, objetivando a melhor adaptação do material a ser repassado aos alunos, facilitando o processo ensino-aprendizagem e, ainda, sendo imprescindível que todos os servidores possuam habilitação/domínio comprovada da Simbologia Braille.

Atualmente, o núcleo, por meio dos professores regentes que atuam também no Núcleo de Produção Braille/Ampliado, oferece aos estudantes da Rede Pública de Ensino, pais e comunidade os atendimentos, abaixo relacionados:

- Escrita Cursiva
- Transferência Braille
- Digitação

### **Núcleo de Tecnologia**

Núcleo, em fase de implantação pelo CAP/DF, que se destina às aulas e cursos na área de informática e demais cursos correlatos, aos estudantes cegos/surdocegos, pais, comunidade e professores da Rede Pública de Ensino que atuam com deficiência visual, sendo imprescindível a autorização do projeto, já preparado nos termos da Portaria vigente, que trata da implantação do laboratório de informática no CAP.

#### **Laboratório de Informática**

Tem como objetivo proporcionar preferencialmente aos estudantes com deficiência visual e comunidade, maior independência, qualidade de vida e inclusão acadêmica e social, por meio da ampliação da comunicação, mobilidade, controle do seu ambiente, habilidades de aprendizado e trabalho, além da integração com a família, amigos e sociedade.

Nos atendimentos, os estudantes e comunidade receberão capacitação em informática com programas (DOSVOX, DIGITAVOX) e leitores de tela (NVDA, JAWS e outros) para Windows, teclas de atalho, Word e Navegação na internet e aprender a utilizar as ferramentas de smartphones disponibilizando aos alunos com deficiência visual processos que ampliam sua participação nos desafios educacionais e profissionais.

No laboratório também será ministrado curso de capacitação de BrailleFácil aos professores da Rede Pública de Ensino, dentre outros cursos conforme demanda.

#### **Equipe de trabalho**

Atualmente, o CAP/DF conta com o quantitativo de servidores abaixo descrito, divididos nos seguintes núcleos:

##### **Núcleo de digitalização**

- 3 servidores da CAE, Cargo Técnico em Gestão Educacional, 40h semanais.
- 1 servidor Efetivo da CMP, Cargo professor, readaptado, 40h semanais.

##### **Núcleo de Produção Braille/adaptação**

- 5 servidores Efetivos da CMP, cargo professor, 40h semanais.
- 1 servidor Efetivo da CMP, Cargo professor, readaptado, 40h semanais.
- 1 servidor revisor

#### **Núcleo de Apoio Pedagógico**

- 5 servidores Efetivos da CMP, cargo professor, regentes, 40h semanais.

#### **Apoio Administrativo/Pedagógico**

- 1 servidor da CAE, Cargo Técnico em Gestão Educacional, 40h semanais.

#### **Suporte Técnico**

- 1 servidor da CAE(DV), Cargo Técnico em Gestão Educacional, 40h semanais.

#### **Coordenador**

• 1 servidor efetivo da CMP, cargo professor, 40h semanais que além da função de coordenador acumula as funções de professor regente e transcritor/adaptador.

#### **Carga horária / Jornada de Trabalho Atual**

##### Administrativa

- CAE – 40 h semanais

##### Pedagógico

- CMP – 40 h semanais, com jornada 20/20.

No CAP/DF, a jornada de trabalho dos servidores das Carreiras Magistério e Assistência será cumprida em um ou mais núcleos, com alternância de atividades entre esses profissionais, conforme a necessidade do CAP, sendo imprescindível que os servidores possuam habilitação/domínio comprovada da Simbologia Braille.

#### **Recursos**

Atualmente, o CAP/DF conta com os seguintes recursos humanos e materiais:

##### **Humanos**

- 4 Digitalizadores
- 1 Apoio Administrativo
- 1 Suporte técnico para equipamentos
- 2 Professores Readaptados
- Revisor
- Professores Efetivos Adaptadores/Transcritores com habilitação/domínio da simbologia Braille comprovada

##### **Materiais**

- 1 Impressora Braille
- 1 Impressora jato de tinta
- 4 Scanner
- 1 Encadernadora
- 2 Aparelhos de Ar condicionado
- 12 Computadores

##### **Financeiros**

Atualmente o CAP-DF não recebe nenhuma verba específica.

Os recursos financeiros serão solicitados, anualmente, por meio do Plano de Ação específico do CEEDV/CAP a encaminhado para a SUBIN/DEIN e de outros meios próprios.

#### **ENSINO PROFISSIONALIZANTE**

#### **SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO – SOT**

##### **Apresentação**

O SOT é um serviço que visa oportunizar a inserção e a condução da pessoa com deficiência visual no mercado de trabalho em parceria com as entidades públicas, privadas, agências reguladoras, sistema “S”, CIEE, entre outras, bem como dar suporte no tocante a solução de preenchimento de formulários, inscrições, papéis para aquisição de benefícios e/ou participação em concursos, avaliações, provas externas locais e nacionais.

Visa oferecer cursos para os deficientes visuais na área de relações humanas no ambiente de trabalho, para que haja melhor compreensão do comportamento e convivência na instituição que for atuar e até mesmo no ambiente escolar.

Visa realizar pesquisas junto ao mercado de trabalho, a fim de identificar a disponibilidade de vagas de emprego, para onde possam ser encaminhadas as pessoas com deficiência visual.

Acompanhar o deficiente visual na empresa em que for empregado, com o objetivo de oferecer suporte apropriado de Orientação e Mobilidade, bem como as melhores condições de tratamento, para o efetivo exercício de suas funções, além de orientar a empresa/órgão com relação às adequações necessárias para a acessibilidade.

Procura também oferecer orientações e treinamento à pessoa com deficiência visual e a sua família quanto à melhor forma de aplicação e utilização financeira/salário.

Busca efetivar parcerias com Instituições Educacionais de Ensino Superior a fim de mobilizar estudantes estagiários voluntários para ministrar aulas preparatórias para concursos, pré-vestibular, e outras áreas do mercado de trabalho, por meio do “Clube do Ledor” e da Biblioteca Elmo Luz.

Inter media a criação de cooperativas de trabalho que facilite a atuação autônoma, da pessoa com deficiência visual e seus familiares, no mercado de trabalho.

Coopera com a equipe de educadores do CEEDV no tocante a buscar melhorias e segurança na atuação profissional junto à comunidade.

### **Justificativa**

Dados do censo demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostram que o Brasil tem hoje, na sua população, um percentual de 14,5% de pessoas com algum tipo de deficiência, sendo que cerca de 1% dessa população tem deficiência visual. No Distrito Federal, segundo pesquisa da Codeplan, de 8 de maio de 2013, dos deficientes, 68% são deficientes visuais.

Esses números, por si só, já apontam a necessidade de um trabalho de educação, capacitação, formação e encaminhamento para o trabalho que atenda a essa significativa parcela da população que, em função das especificidades limitantes relacionadas à sua deficiência, necessita de condições diferenciadas para sua efetiva inserção no mercado de trabalho e na comunidade em que vive.

Além disso, incluir a pessoa com deficiência e com necessidades educacionais especiais na escola, no mercado de trabalho e na sociedade, passou a fazer parte da pauta de discussão de todos os sistemas de ensino e de saúde, bem como dos debates desencadeados em universidades, escolas e na sociedade em geral. Tal inclusão, entre outros objetivos, visa minorar as desigualdades sociais, propiciando igualdade de oportunidades para todos.

Contudo, para que tal inclusão da pessoa com deficiência visual se efetive, é necessário que haja um serviço especializado e de qualidade, voltado para essa clientela e com acompanhamento de profissionais como pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, arte educadores, profissionais de Educação Física, entre outros. Esse serviço deve buscar desenvolver as capacidades e potencialidades de cada indivíduo, de forma a potencializar sua preparação e inserção no mercado de trabalho, além de acompanhamento e apoio para o efetivo exercício de suas funções profissionais.

Dessa forma, o CEEDV, unidade de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, referência educacional e de habilitação/reabilitação de deficientes visuais, mostra-se como espaço privilegiado para a criação e manutenção de um Serviço de Orientação para o Trabalho que atenda os deficientes visuais, oferecendo-lhes as condições necessárias de formação, capacitação, orientação e acompanhamento, para sua efetiva inclusão no mercado de trabalho.

### **Objetivos**

#### **Geral**

Atender a pessoa com deficiência visual, proporcionando-lhe capacitação, formação e orientação profissional a fim de inseri-la de maneira crítica, criativa, participativa, autônoma e responsável na sociedade, bem como a inclusão do aluno na rede regular de ensino.

#### **Específicos**

- Preparar o DV para assumir uma situação profissional autônoma na sociedade;
- Encaminhar o DV para empresas, agências reguladoras, instituições de ensino;
- Auxiliar o DV no preenchimento de formulários, inscrições, organização, planejamento de atividades e controle financeiro;

- Valorizar o DV, destacando na sua atuação o seu valor e a sua cidadania.

**Modulação:**

Para organizar a modulação considera-se o SOT com duas turmas, sendo uma no turno matutino e outra no turno vespertino, sem a formação de grade com estudantes devido a natureza e especificidade do atendimento, que beneficia não só os estudantes matriculados, mais toda a comunidade escolar englobando servidores(carreira assistência e magistério), familiares e pessoas com deficiência visual.

Por essa razão não é possível constituir confecção de Diário de Classe, sendo assim o registro das atividades desenvolvidas, para fins de comprovação de regência de classe, deve ser feito o Relatório Semestral entregue à Supervisão Pedagógica com a relação nominal dos atendidos.

Por ser um serviço com especificidade própria a sua forma de construção é diferenciada e por isso, tem um modelo de trabalho que atende em abrangência toda a comunidade escolar, matriculados ou não.

O (A) Professor(a) responsável pelo SOT deve ter uma carga horária de 40 horas semanais, na modalidade 20/20, atendendo os requisitos para o CEEDV

**Público-alvo**

Alunos, familiares, professores, servidores, comunidade escolar em geral.

**Recursos:**

- Equipamentos de Tecnologia da Informação
- Internet
- Telefone
- Material de escritório em geral
- Sala
- Mesa
- Armário

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUA EXECUÇÃO (Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF 2014)**

Como educadores comprometidos com a educação da pessoa com deficiência visual e surdocego e com a transformação da sociedade, entende-se que a avaliação escolar e institucional deve fazer parte de todo o processo educacional para que possam acontecer mudanças e inovações. Dessa forma, faz-se necessário que essa avaliação seja uma tarefa cotidiana.

Logo, é necessário avaliar não só o fazer diário, mas também a escola como um todo e, principalmente, o apoio à inclusão. A constante crítica da ação pedagógica garante o sucesso, com a finalidade última de oferecer melhores serviços para a sociedade.

Portanto, é fundamental utilizar as duas formas de avaliação contempladas pela bibliografia atual. A avaliação educacional, voltada para a verificação, principalmente, do desempenho e frequência do estudante, do profissional e do currículo, e a avaliação institucional, que visa verificar o sistema e a escola, por meio dos resultados dos projetos e das ações previstas nesse plano.

Dito isso, a avaliação dos estudantes é vista como um processo contínuo, de caráter dinâmico, abrangente, diagnóstico e construtivo, no qual o estudante é avaliado de acordo com suas diferenças individuais e peculiaridades. A avaliação é realizada pelos professores que preconizam a observação direta do desempenho do estudante nas diversas atividades desenvolvidas, considerando o desenvolvimento global do indivíduo (aspectos afetivo, social, cognitivo, psicomotor, e linguagem) no processo de ensino-aprendizagem. Será realizada de forma contínua e de periodicidade semestral, por meio de relatórios descritivos, baseados no plano individual do estudante.

A avaliação da instituição será realizada por bimestre, com a utilização de questionários e debates sobre os temas centrais da escola, em grupos de trabalho, atingindo todos os segmentos da comunidade escolar. Os dados coletados por meio de questionários serão tabulados e divulgados em forma de textos para toda a comunidade.

## PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.

### Estratégias para implementação

Com a finalidade de implementar o presente Proposta Pedagógica, elegem-se algumas ações, abaixo descritas, com a definição dos recursos físicos, didático metodológicos, pessoal docente e serviços especializados e de apoio.

Nº	Estratégia	Descrição da Atividade	Responsabilidade
	ESPECIFICAÇÃO		
01	Tornar a escola mais atraente, agradável, segura e equipada para o atendimento do estudante, melhorando seu espaço físico.	<ul style="list-style-type: none"><li>· Sensibilização de todos os segmentos da comunidade escolar para aquisição de materiais mediante doação.</li><li>· Junto ao departamento de engenharia, promover reformas e construções.</li></ul>	Equipe Gestora Comunidade Escolar
02	Atualizar sistematicamente os dados pessoais dos servidores em exercício no CEEDV	Preenchimento de fichas pessoais; Levantamento de dados	Supervisor (a) Administrativo (a)
03	Sensibilizar pais quanto à importância da assiduidade e pontualidade de seus filhos aos atendimentos e atividades extras, com a finalidade de evitar a evasão escolar	Reuniões bimestrais, encontros, palestras e contatos telefônicos	Orientador (a) Educativo
04	Divulgar o trabalho do CEEDV e outras instituições educacionais similares.	Divulgação dos setores, programas e áreas complementares do CEEDV junto à comunidade, incluindo instituições educacionais públicas e privadas.	Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as), professores (as) e Conselho Escolar
05	Organizar o desenvolvimento do processo de discussão e análise, conduzindo o grupo a descobrir novas formas de interagir.	Propor reuniões pedagógicas para a troca de experiências entre profissionais e estudos em grupo.	Equipe Gestora Supervisor (a) Pedagógico (a) e Coordenadores (as)
06	Atualizar conteúdos inerentes ao Ensino Especial.	Promover cursos e palestras com profissionais especializados.	Equipe Gestora Supervisor (a) Pedagógico (a) Coordenadores (as) Professores (as)
07	Definir objetivos, ações e acompanhamento de propostas pedagógicas para Educação Especial	Elaboração e acompanhamento do Projeto do CEEDV	Equipe Gestora Coordenadores (as) Professores (as)
08	Promover estudos da proposta de educação inclusiva para os Deficientes Visuais nas Escolas Públicas do DF. Divulgar linha de ação sugerida à alfabetização do DV.	Realização de grupos de estudo na área de alfabetização da pessoa com deficiência visual e promover debates nas coordenações pedagógicas, com objetivo de elaborar documento técnico-pedagógico com o parecer sobre o processo de alfabetização e a inclusão do DV.	Equipe Gestora Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as) e Professores (as)

09	Participar dos eventos de cunho pedagógico desenvolvidos no CEEDV.	Participar com os estudantes de festas comemorativas, passeios e hora cívica, observando os objetivos educacionais para cada faixa etária.	Comunidade Escolar
10	Realizar reuniões com pais e familiares	Promover encontros entre professores, pais e supervisão/coordenação do CEEDV, com vistas à discussão de assuntos relativos ao estudante, à organização e funcionamento do CEEDV e outras demandas.	Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as) e Professores (as)
11	Proporcionar atividades lúdicas em situação de recreação supervisionada.	Estimular o uso funcional de brinquedos, a manipulação de materiais diversos em sala, no pátio ou no parque, que proporcionem momentos de lazer e socialização; desenvolvimento de habilidades motoras.	Coordenadores (as), Professores (as) e Monitores (as)
12	Estimular a interação social das crianças com seus pares (recreio).	Valorizar e ajustar comportamentos que expressem a afetividade e o reconhecimento do espaço do outro.	Coordenadores (as) e Professores (as)
13	Favorecer a comunicação/linguagem expressiva do estudante.	Estimular a aquisição da linguagem verbal e seu desenvolvimento com a função de comunicação; uso adequado das palavras; estimular a interação e a comunicação através do contato visual, gestos, expressão facial e corporal; utilização de objetos e gravuras (baixa visão)	Coordenadores (as) e Professores (as)
14	Articular a organização do trabalho pedagógico, conduzindo à definição de critérios claros para sua avaliação.	Acompanhamento do desenvolvimento do (a) estudante; Visita às salas de aula; Supervisão pedagógica	Equipe Gestora, Supervisor (a) Pedagógico (a) e Coordenadores (as)
15	Elaborar sistemática de avaliação pelo conjunto de professores, levando-se em conta os fins da Educação Especial e a função da escola.	Relatórios, reuniões pedagógicas, estudos em grupo, participação em cursos e palestras	Equipe Gestora, Supervisor (a) Pedagógico (a) e Coordenadores (as)
16	Expor trabalhos realizados pelos estudantes.	Divulgar os trabalhos dos estudantes.	Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as) e Professores (as)
17	Possibilitar a formação continuada dos servidores do CEEDV	Promover minicursos e oficinas.	Supervisores (as) Pedagógicos (as)
18	Receber estagiários nos níveis secundários e universitários, encaminhados pela DEE e GRET.	Fornecimento de dados para subsidiar o estágio	Supervisor (a) Pedagógico (a) e Coordenadores (as)
19	Integrar as famílias e/ou responsáveis que aguardam o atendimento de seus filhos nas atividades diversas e desenvolver projetos que possibilitem aquisição	Participação em cursos de Braille, alfabetização, Sorobã, aconselhamento e outros.	Corpo docente do CEEDV



	de conhecimentos básicos da educação da pessoa com deficiência visual.		
20	Conscientizar e estimular a comunidade escolar quanto à importância de AADV para o trabalho da escola.	Divulgação das prioridades na aplicação dos recursos; Divulgação dos balancetes.	Equipe Gestora e Diretoria da AADV
21	Subsidiar a elaboração do regimento do Conselho Escolar do CEEDV.	Participação em eleições, reuniões e elaboração do documento.	Equipe Gestora e Conselho Escolar
22	Realizar prática de atendimento individual ou em grupo aos estudantes e famílias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Acolhimento do estudante;</li> <li>. Recebimento de relatório psicopedagógico;</li> <li>. Estudo pelo pedagogo e psicólogo;</li> <li>. Entrevista com a família (psicólogo);</li> <li>. Esclarecimento quanto aos atendimentos educacionais oferecidos pelo CEEDV (orientador educacional);</li> <li>. Observação da criança no contexto escolar (orientador educacional/psicólogo); Estudo de caso mediante relatório psicopedagógico e observação do estudante (orientador educacional/psicólogo);</li> <li>. Definição da turma (supervisor pedagógico);</li> <li>. Adaptação da criança ao ambiente escolar com vistas à colocação em turma (psicólogo).</li> </ul>	Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as), Orientador (a) Educacional e Psicólogo (a) Escolar, Professor (a) de Atendimento aos Pais do CEEDV
23	Ampliar e adequar o espaço físico destinado ao atendimento dos estudantes, pais e professores.	Disponibilizar áreas mal utilizadas no CEEDV.	Equipe Gestora
24	Disponibilização de lanche.	Oferecer lanche em horários conforme grade horária de atendimento e considerando a faixa etária dos estudantes para implementação de eventuais horários diferenciados.	Equipe Gestora Supervisor (a) Administrativo (a)
25	Recreio lúdico/livre (com direcionamento do professor regente para as crianças de 0 a 10 anos).	Disponibilizar brinquedos variados, tais como velotrol, bonecas, bolas, cavalinho, brinquedos de pré-mobilidade, bambolê, cordas, além de músicas variadas.	Supervisor (a) pedagógico (a), professores (as), auxiliares de educação, monitores (as)
26	Utilizar formas criativas e alternativas para ensinar, que possibilitem uma aprendizagem efetiva, conforme os objetivos estabelecidos a partir das necessidades identificadas pela avaliação do professor.	Nas coordenações pedagógicas, com auxílio dos coordenadores e supervisora pedagógica, o professor deverá identificar o repertório de conhecimentos que ele possui (relacionados com o tema de cada	Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as) e Professores (as)

		unidade de conteúdo) e que necessidades educacionais apresentam.	
27	Avaliar continuamente o processo de ensino-aprendizagem, pautando-se em objetivos de ensino adequados ao desenvolvimento de cada estudante, considerando os diferentes estilos e possibilidades de expressão.	Elaborar relatórios descritivos semestrais e atualizar a ficha de planejamento individual do estudante com ajuda da equipe de coordenadores e supervisores.	Professores (as)
28	Realizar um constante trabalho de adaptação curricular, incorporando as diversas técnicas, metodologias, instrumento e equipamentos ao processo de socialização/ensino-aprendizagem, de acordo com a necessidade específica de cada estudante.	Nos momentos de coordenação pedagógica individual e/ou coletiva, propor estratégias e adaptações necessárias, fazendo os registros em instrumentos adequados e na ficha individual do estudante.	Supervisor (a) Pedagógico (a), Coordenadores (as) e Professores (as)
29	Realizar o trabalho de avaliação e acompanhamento psicopedagógico e/ou Avaliação Funcional da Visão	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Receber solicitações de avaliação e/ou reavaliações encaminhados pela comunidade, escolas, itinerantes, CEEs e Instituições de Saúde;</li> <li>. Realizar uma triagem dos pedidos;</li> <li>. Distribuir os casos mensalmente às duplas avaliadoras;</li> <li>. Participar de estudos de casos e devolutivas sempre que necessário;</li> <li>Participar de reuniões junto à Diretoria de Ensino Especial;</li> <li>. Arquivar os relatórios e documentos dos estudantes avaliados por essa equipe;</li> <li>. Encaminhar os relatórios de avaliações/reavaliações aos itinerantes responsáveis;</li> <li>. Promover a reavaliação ou o estudo de caso com a participação dos coordenadores de área, sempre que o estudante retornar ao CEEDV ou for transferido de modalidade de atendimento nessa unidade de ensino;</li> <li>. Promover a reavaliação ou o estudo de caso, periodicamente, também para os estudantes do currículo específico do CEEDV, com base nos relatórios descritivos do ano corrente;</li> <li>. Convocar pais, professores, estudantes e profissionais de outras áreas, para participarem de entrevistas e anamneses.</li> </ul>	Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem: Psicólogos (as), Pedagogos (as)

30	Desenvolver ações que favoreçam a prática pedagógica no CEEDV e nas escolas de educação básica no atendimento dos estudantes com deficiência visual.	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Avaliação de observação em ambiente escolar (sala de aula e outros) com ênfase nos aspectos psicopedagógicos da aprendizagem e da funcionalidade visual;</li> <li>. Elaborar e acompanhar programa de estimulação e reabilitação visual em sala de recursos e nos CEEs;</li> <li>. Participar das adaptações curriculares de pequeno e grande porte para os estudantes com deficiência visual em qualquer nível de escolaridade.</li> </ul>	Psicólogos (as), Pedagogos (as)
31	Avaliar os aspectos do desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor, funcional da visão e social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Quando se fizer necessário, realizar os encaminhamentos nas áreas neurológica, psiquiátrica, fonoaudiológica, oftalmológica, audiométrica e outras;</li> <li>. Analisar e interpretar o conteúdo específico dos laudos oftalmológicos;</li> <li>. Realizar estudos de casos dos estudantes atendidos, objetivando a adequação do programa e encaminhamentos;</li> <li>. Elaboração do relatório psicopedagógico e funcional da visão;</li> <li>. Devolutiva do resultado da avaliação psicopedagógica e funcional da visão à família, aos professores, à escola e aos professores itinerantes;</li> <li>. Atendimento psicopedagógico sistematizado e continuado, realizado em grupo ou individual, a partir das necessidades apresentadas pelo estudante, visando à sua inclusão;</li> <li>. Apoio e acompanhamento ao estudante, à família e aos demais segmentos escolares.</li> </ul>	Equipe Gestora Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem

No corrente ano, o corpo docente é composto por 69 professores e 4 coordenadores divididos em setores, programas e áreas complementares, descritas anteriormente, e 3 membros da equipe gestora pertencentes às carreiras magistério e assistência.

Setor/Programas/Áreas	Prof.	Setor/Programas/Áreas	Prof.
Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem	1	Educação Física	5
Setor de Orientação Educacional (Soe)	1	Pré-mobilidade	1
Fonoaudiólogo (a)	1	Monitores	3
Biblioteca (readaptados)	1	O e M	5

Educação Precoce	13	Sorobã	4
Pape, DMU e TGD	09	AVAS	2
SOT	1	Música	3
CAP - Apoio à Inclusão/Estudantes: Digitação, Escrita Cursiva, Braille e NEB, Formação de Professores e Pais	4	Educação Visual	5
Professores readaptados no CAP	2	Equipe Gestora	3
Artes Cênicas	2	Coordenadores e apoio (readaptados)	5
Artes Visuais	4	TOTAL	

No CEEDV, existem quatro monitores, que se dividem no atendimento às necessidades da Educação Infantil, Educação Precoce e a toda a escola, quando necessário. A principal função dos monitores no CEEDV é acompanhar os estudantes na locomoção e higiene.

<b>Servidores da Carreira de Assistência da Educação</b>	
Agente de Conservação e Limpeza	4
Agente de Portaria	-
Vigias	5
Merendeiras	1
Auxiliar de Merenda	3
Assistente Técnico-Administrativo	2
Analista Educ. Fonoaudióloga	1
Psicólogo	1
Monitores	4
Readaptados	11
TOTAL	38

Os espaços físicos estão distribuídos da seguinte forma:

## **GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA**

A Equipe Gestora do CEEDV é composta pelo Diretor e Vice-Diretora, Supervisores e Secretária. A gestão administrativa do CEEDV segue metas gerais e estratégias para cumprimento dos objetivos propostos neste documento.

A Gestão Pedagógica da escola fica sob responsabilidade principal da Equipe Gestora, Supervisão Pedagógica e equipe de coordenadores que deverá fazer cumprir as metas relacionadas aos aspectos pedagógicos.

É válido enfatizar que se tenta apresentar uma proposta de gestão baseada no entendimento da função precípua da escola com aspectos pedagógicos. Portanto, as ações administrativas devem estar a serviço da missão institucional. A seguir definem-se as atribuições da equipe gestora nos aspectos administrativos e pedagógicos; metas de trabalho para o corrente ano letivo; o horário de

funcionamento do CEEDV, bem como os três tipos de jornada de trabalho dos professores (jornada ampliada, 20h/20h, 20h); descrição da rotina básica da escola; relação das principais ações administrativas e pedagógicas: 1) momentos de estudo, 2) coordenação pedagógica – formação continuada, estudo de caso e o conselho de classe, 3) outras reuniões, 4) cursos, 5) projetos e 6) parcerias; calendário das principais atividades programadas para o ano letivo; reuniões de pais; quantitativo de estudantes por programa, assim como a média de aulas por estudante; merenda; uniforme e os recursos financeiros.

#### DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES

À Equipe Gestora compete administrar, coordenar e supervisionar as atividades escolares, conforme o Regimento Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal. A seguir define-se como será feita a distribuição das funções dentro do grupo Gestor.

<b>Equipe Gestora</b>		
	<b>Descrição de Atribuições</b>	<b>Responsáveis</b>
01	Financeiro: verbas e patrimônio	Diretor e Supervisor Administrativo
02	Reuniões externas nos níveis intermediário e central	Diretor e Vice-Diretora
03	Conselho Escolar: acompanhamento e fortalecimento	Diretor e Vice-Diretora
04	Comunicação: correspondências, recebimento, distribuição e devolução	Diretor, Vice-Diretora e Supervisores Administrativo e Pedagógica
05	Recursos: aquisição e compras; penas alternativas, relação com AADV	Diretor, Vice-Diretora, Supervisor Administrativo e Apoio de Secretaria
06	Estudantes: matrículas, renovações, declarações, organização dos arquivos, ofícios, memorandos	Chefe de Secretaria e Apoio
07	Merenda: registros, mapas, relação com as merendeiras	Supervisor Administrativo e Merendeira
08	Administrativo: LPA, licenças, abonos, férias, SISFREQ dos professores e auxiliares	Supervisor Administrativo e Apoio de Secretaria
09	Espaço Físico: distribuição de material de limpeza e manutenção; relação com auxiliares.	Supervisor Administrativo, Diretor
10	Eventos: entradas, hinos, material (controle e distribuição) murais e festividades	Diretor, Orientadora Educacional e Supervisora Pedagógica
11	Atendimento aos visitantes: execução do calendário, agenda, visitas técnicas e estágios	Equipe Gestora Supervisão Pedagógica
12	Pedagógico: atuar e acompanhar colaborativamente os (as) coordenadores (as) na realização das atividades internas e extra-classe; coordenações coletivas e individuais; organização de quadros de horários de estudantes e professores; elaboração do Proposta Pedagógica; elaboração e implementação dos planejamentos individuais e coletivos e orientação ao trabalho das monitores (as)	Equipe Gestora Supervisão Pedagógica
13	Pedagógico: atuar de forma colaborativa com os colegas da Biblioteca e Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem favorecendo e estimulando as relações necessárias com os outros grupos da escola	Equipe Gestora Supervisão Pedagógica

## METAS

- Cumprir e fazer cumprir as diretrizes e os preceitos estabelecidos na constituição federal, na lei orgânica do distrito federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em legislações decorrentes;
  - Gerenciar recursos materiais, financeiros e pessoal, observados os ditames da lei, com transparência, de modo a garantir o avanço no processo pedagógico;
  - Propiciar ambiente acolhedor e motivador para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do estudante e da família;
  - Elaborar coletivamente o Proposta Pedagógica do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais;
  - Estudar sobre as diretrizes pedagógicas para a educação especial: currículo funcional, currículo adaptado e currículo nacional;
  - Avaliar o projeto e adequar as metas;
  - Assegurar a formação continuada dos profissionais do centro de ensino especial de deficientes visuais para manter a qualidade no atendimento aos estudantes, em parceria com instituições qualificadas de áreas afins, durante os próximos;
  - Acompanhar e avaliar o atendimento educacional do estudante com deficiência visual e surdocego a partir de zero ano de idade, no CEEDV;
  - Apoiar os estudantes incluídos nas escolas regulares de ensino, assim como oferecer cooperação técnico científica especializada na área de deficiência visual e surdocego aos professores regentes, às salas de apoio e professores itinerantes da rede;
  - Propor e oferecer suporte ao conselho escolar para realização anual da avaliação institucional durante os próximos quatro anos;
  - Orientar, preparar e encaminhar o estudante com deficiência visual e surdocego maior de 16 anos de idade para a educação de jovens e adultos, e maior de 16 anos para o mercado de trabalho competitivo e protegido; Distribuir a carga horária dos professores segundo as normas estabelecidas pela SEEDF, durante a semana pedagógica.

## HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

O CEEDV desenvolve suas atividades no período diurno, nos turnos matutino e vespertino, conforme o quadro abaixo:

Programas	Jornada de Trabalho	Horário com Estudantes	
		Matutino	Vespertino
Educação Precoce	Ampliada 25 h – Regência 15 h - Coordenação	Início - 7h 30 Término - 12h30	Início - 13h Término - 18h
Programa de Atendimento Pedagógico Especializado	Ampliada 25 h – Regência 15 h - Coordenação	Início - 7h 30 Término - 12h30	-
Complementares: Transposição Braille, Educação Visual, Avas, Sorobã, Pré-mobilidade, Surdocegueira, O e M., Avas e Sorobã, Escrita Cursiva.	Ampliada 25 h – Regência 15 h - Coordenação	Início - 7h 30 Término - 12h30	Início - 13h Término - 18h
Complementares: Música, Ed. Física, Artes Cênicas e Artes Visuais.	Ampliada 25 h – Regência 15 h - Coordenação	Início - 7h 30 Término - 12h30	Início - 13h Término - 18h
Apoio à Inclusão/CAP	20/20 horas 32 h – Regência	Início - 7h30 Término -	Início - 13h Término - 17h

	08 h - Coordenação	11h30	
SOT - Serviço de Orientação ao Trabalho	20/20 horas 32 h – Regência 08 h - Coordenação	Início - 8h Término - 12	Início - 13h Término - 17h
Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem e SOP	20/20 horas 32 h – Regência 08 h - Coordenação	Início - 8h Término - 12h	Início - 13h Término - 17h
Biblioteca (escala de trabalho)	20/20 horas 32 h – Regência 08 h - Coordenação	Início - 7h 30 Término - 18h	

### ROTINA

Os portões são abertos 20 (vinte) minutos antes do início das aulas. No pátio, realiza-se o Momento Cívico às segundas-feiras, consistindo do hasteamento da Bandeira Nacional com entoação do Hino Nacional por professores e estudantes e desasteamento no período da tarde. Nos outros dias da semana, no turno matutino, a entrada consiste em acolhimento dos estudantes, com músicas, conversa informal ou outras atividades. Em seguida, os professores conduzem seus estudantes à sala de aula. Sensibilizar a comunidade escolar com relação à importância da assiduidade e pontualidade.

### AÇÕES ADMINISTRATIVAS E PEDAGÓGICAS

#### Substituição

Em caso de ausência de algum profissional, o grupo gestor encaminhará a substituição, levando em conta a necessidade gerada a partir dessa vacância.

### MOMENTOS DE ESTUDO

#### Da legislação vigente na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

- Durante as coordenações coletivas, para os professores;
- Em encontros periódicos com os vários segmentos da comunidade escolar.

#### Sobre currículo funcional

- Durante as coordenações pedagógicas.

#### Sobre currículo adaptado

- Durante as coordenações pedagógicas;
- Em encontros com os professores do Ensino Regular.

#### Estudos de caso

- Quando solicitado pelo professor;
- Bimestralmente, para norteamo do planejamento individual;
- Para avaliar a possibilidade de inclusão e elaboração de estratégias de apoio.

### COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

#### Definição

Realizada em dias determinados por categoria de atendimento, ocasião em que o professor pode refletir sobre sua prática pedagógica de forma sistemática, visando à melhoria qualitativa do ensino. Nessa perspectiva, a coordenação pedagógica baseia-se em estudo que venha atender os preceitos interdisciplinares através da conscientização dos professores para o alcance dos objetivos propostos pelo projeto educativo da escola.

#### Objetivos e responsabilidades

Destinada para planejamentos coletivos e individual (processo de ensino e aprendizagem), conselhos de classe, estudo de caso e formação continuada do professor. Deverá ser acompanhada pela supervisão pedagógica e coordenadores. Para todos os professores tem-se a coordenação coletiva,

realizada às quartas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, momento comum entre professores dos três tipos de jornada de trabalho. Os professores que estão em jornada ampliada, portanto com 15 horas semanais de coordenação pedagógica, têm mais 1 coordenação por programa, 1 coordenação por área, 1 individual externa e 1 coordenação individual interna.

#### **Formação Continuada**

Caso seja pertinente à área de atuação do professor, este poderá solicitar a realização, na coordenação pedagógica, de um curso por semestre, com a autorização, por escrito, do grupo gestor. Para realizar mais de um curso, o professor terá que obter, além da autorização da equipe gestora, o consentimento do grupo de professores.

#### **Conselho de Classe**

É realizado, ao final de cada bimestre, com o objetivo de discutir os resultados alcançados no processo de ensino-aprendizagem, a partir dos objetivos educacionais estabelecidos para o período, respeitando o desenvolvimento global do estudante e considerando as adaptações curriculares que se fazem necessárias. É um momento de decisão e encaminhamento, quando todos os professores que atendem no mesmo programa (Educação Precoce, Atendimento Educacional Especializado, Reabilitação/Alfabetização/EJA, Apoio à Inclusão) se reúnem para discutir acerca dos encaminhamentos educacionais que se fazem necessários conforme a decisão do grupo. Esses encaminhamentos envolvem aqueles que dizem respeito ao âmbito da escola – mudança de turma, de horário, reavaliação e sistema escolar amplo – transferência de escola, inclusão escolar; sistemas de apoio – consultas médicas, atividades extra classe e outros.

#### **Estudo de caso**

É realizado de acordo com a necessidade apresentada pelo estudante. No estudo de caso é assegurada a participação da família, dos professores que atendem o estudante, do orientador educacional, da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem da escola. O estudo de caso tem como objetivo avaliar e reavaliar o processo educativo como um todo e tomar decisões em conjunto e que venham favorecer o desenvolvimento do estudante com necessidades educativas especiais.

#### **Outras reuniões**

Consideram-se de grande valia outros momentos de reuniões com objetivos e periodicidade pré estabelecidos, a saber:

Construção do diagnóstico da escola, elaboração, implementação e avaliação do Proposta Pedagógica;

Equipe gestora e apoio para organização, avaliação, distribuição e informações das funções de cada membro;

Prestação de contas e orientações quanto à utilização de pessoal e dos recursos materiais e financeiros ;

Distribuição da carga horária dos professores – Semana Pedagógica;

Elaboração do calendário de atividades;

Informativos da Equipe Gestora, visando uma melhor comunicação no ambiente de trabalho;

Avaliação educacional e institucional;

Quando solicitado pelo Conselho Escolar ou pela Equipe Gestora, para modificação ou ampliação do calendário de atividades.

#### **Projetos**

O Desenvolvimento dos planos e projetos específicos e matrizes curriculares específicas para a educação da pessoa com deficiência visual e surdocega, aplicando técnicas específicas, tais como Braille, Sorobã, Atividades da Vida Diária, Educação Visual, O e

M, Educação Física, Música, Artes Visuais, Artes Cênicas, LIBRAS, Educação Precoce, no ano de 2018 o CEEDV desenvolverá os seguintes projetos:

- Clube do Ledor, formado por voluntários, auxiliando a inclusão da pessoa com deficiência visual e surdocega, lendo, gravando ou dando reforço escolar;
- Oficina Pedagógica de Artesanato;
- Horta Orgânica do CEEDV;
- De Olho no Lance

#### **Parcerias**

- AADV;



- Visão Institutos.

## CALENDÁRIO 2019

A escola elabora seu calendário escolar de acordo com a realidade da escola, observando as linhas gerais traçadas no Calendário Escolar Comum, aprovado para as Escolas Públicas do Distrito Federal.

### CALENDÁRIO CEEDV – 2019

#### **FEVEREIRO**

- 04 – Apresentação dos professores e escolha de turmas.
- 04 a 08 – Semana Pedagógica.
- 11 – Início do ano letivo.

#### **MARÇO**

- 01 – Sarau: Carnavais do Brasil (Programação para os estudantes adultos). Atividade extraclasse envolvendo a comunidade escolar.
- 04 a 08 – Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016).
- 07 – Sessão de cinema acessível (Touro indomável) no CCBB – Classificação: 18 anos. Atividade extraclasse envolvendo a comunidade escolar.
- 08 – Roda de Conversa pelo Dia Internacional da Mulher: O papel da mulher na atualidade. Atividade extraclasse envolvendo a comunidade escolar.
- 08 – Peça teatral (comédia) com audiodescrição: Entre Cravos e Lírios. Atividade extraclasse envolvendo a comunidade escolar.
- 12 - Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia letivo temático.
- 18 a 22 – Semana da conscientização do uso sustentável da água (Lei Distrital nº 5.243/2013).

#### **ABRIL**

- 08 a 12 – Semana do Sistema Braille.
- 27 – Campeonato de xadrez/dominó – reposição do dia 21/06(dia letivo móvel).

#### **MAIO**

- 06 a 10 – Semana de Educação para a vida (Lei Federal nº 11.998/2009).
- 08 - Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia letivo temático.
- 11 – 3ª Caminhada da Família CEEDV no Parque da Cidade – reposição do dia 08/07(dia letivo móvel).
- **28 – Conselho de classe (Educação Precoce – mat/vesp).**
- **29 - Conselho de classe (ACE/PAI – mat/vesp).**
- **30 – Conselho de Classe (PAPE).**

#### **JUNHO**

- 03 – Dia Nacional da Educação Ambiental (Lei nº 12.633/2012).
- **04 – Conselho de classe (Educação Precoce – mat/vesp) / Olimpíada da Matemática.**
- **05 - Conselho de classe (ACE/PAI – mat/vesp).**
- **06 – Conselho de classe (PAPE).**
- 10 a 14 – Prazo para entrega dos relatórios para o e-mail da coordenação ([coordceedv17@gmail.com](mailto:coordceedv17@gmail.com)) ou pendrive.
- 17 a 28 – Prazo para a coordenação montar os relatórios.
- 28 – Festa Junina interna.

#### **JULHO**

- 01 a 05 – Prazo para assinatura dos relatórios.

- 08 a 28 - Recesso escolar.
- 29 – Início do 2º semestre.

#### **AGOSTO**

- 11 – Dia do estudante.
- 17 – Dia do Patrimônio Cultural (Lei Distrital nº5.080/2013).
- 25 – Dia Distrital da Educação Infantil (Lei Distrital nº4.681/2011).
- 29 - Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia letivo temático.

#### **SETEMBRO**

- 14 – Festa das Regiões (lançar no diário como dia letivo). Atividade extraclasse envolvendo a comunidade escolar.
- 16 a 20 – Semana da Prevenção ao Uso de Drogas do DF(Lei Distrital nº1.433 de 21/05/1997).
- 19 – Patrono da Educação – Paulo Freire (Lei Federal nº 12.612/2012).
- 21 - Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (Lei nº11.133/2005).
- 30 - Dia do Secretário.

#### **OUTUBRO**

- 15 – Dia do Professor (Decreto nº52.682/1963).
- 23 a 29 – Semana Nacional do Livro e da Biblioteca (Decreto nº84.631/1980).
- 28 a 01/11 - Semana Distrital da Orientação Profissional/1º Emprego (Lei Distrital nº5953/2017).

#### **NOVEMBRO**

- 06- Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar/Dia letivo temático.
- 11 - Dia de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade (Lei Distrital nº5.933/2017).
- 12 - Dia Distrital do Gestor Escolar (Lei nº6.179/2018).
- **19 – Conselho de classe (Educação Precoce – mat/vesp).**
- **20 - Conselho de classe (ACE/PAI – mat/vesp) / Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº10.639/2003).**
- **21 - Conselho de classe (PAPE).**
- 23 – Campeonato Xadrez/dominó – reposição do dia 17/10(dia letivo móvel).
- **26 - Conselho de classe (Educação Precoce – mat/vesp).**
- **27 - Conselho de classe (ACE/PAI – mat/vesp).**
- **28 - Conselho de classe (PAPE).**

#### **DEZEMBRO**

- 02 a 06 - Prazo para entrega dos relatórios para o e-mail da coordenação ([coordceedv17@gmail.com](mailto:coordceedv17@gmail.com)) ou pendrive.
- 04 - Dia do Orientador Educacional (Lei nº5.564/1968).
- 06 – Homenagem aos voluntários e colaboradores do CEEDV.
- 07 – Formatura do PAPE/Educação Precoce – reposição do dia 18/10(dia letivo móvel).
- 09 a 13 – Prazo para a coordenação montar os relatórios.
- 13 – Comemoração do aniversário do CEEDV (28 anos).
- 16 a 19 – Prazo para assinatura de relatórios e entrega de Diários de Classe na Secretaria Escolar.
- 19 – Término do ano letivo.
- 09 a 13 – Prazo para a coordenação montar os relatórios.
- 13 – Comemoração do aniversário do CEEDV (28 anos).

- 16 a 19 – Prazo para assinatura de relatórios e entrega de Diários de Classe na Secretaria Escolar.
- 19 – Término do ano letivo.

### DIAS LETIVOS 2019

**1º Bimestre:** 11/02 a 25/04 = 50 dias

MÊS	DIAS LETIVOS
Fevereiro (14 dias)	11,12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28
Março (18 dias)	01, 07, 08, 11, 12,13,14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29
Abril (18 dias)	01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10,11, 12, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25

**2º Bimestre:** 26/04 a 05/07 = 50 dias

MÊS	DIAS LETIVOS
Abril (4 dias)	26, 27(21/06), 29,30
Maiο (23 dias)	02, 03, 06, 07, 08, 09, 10, 11(08/07), 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31
Junho (20 dias)	03, 04, 05, 06, 07, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 28
Julho (05 dias)	01, 02, 03, 04, 05

**3º Bimestre:** 29/07 a 04/10 = 51 dias

MÊS	DIAS LETIVOS
Julho (03 dias)	29, 30, 31
Agosto (22 dias)	01, 02, 05, 06, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 15,16, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30
Setembro (22 dias)	02, 03, 04, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 30
Outubro (04 dias)	01, 02, 03, 04

**4º Bimestre:** 07/10 a 19/12 = 50 dias

MÊS	DIAS LETIVOS
Outubro (14 dias)	07, 08, 09, 10, 11, 21, 22, 23, 24, 25,28, 29, 30, 31
Novembro (21 dias)	01, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23(17/10), 25, 26, 27, 28, 29
Dezembro (15 dias)	02, 03, 04, 05, 06, 07(18/10), 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19

### **Reuniões de pais e familiares**

São realizadas com o objetivo de repassar à família os objetivos – individual e coletivamente – e resultados do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Também tem-se como intenção fortalecer as relações entre professores e famílias, com a finalidade de torná-los parceiros do desenvolvimento dos estudantes. Também podem ser feitas reuniões extraordinárias, em grupo ou individualmente.

### **Merenda escolar**

O CEEDV recebe alimentos comprados pela Secretaria de Estado de Educação. A merenda é, então, complementada com recursos da AADV (Associação dos Amigos dos Deficientes Visuais) e com doações da comunidade. O lanche é servido nos dois turnos de funcionamento da escola – matutino e vespertino. Além do lanche, no turno matutino é servido um café da manhã, em caráter emergencial, no horário de entrada dos estudantes.

### **Recursos Financeiros**

Os recursos financeiros aplicados na escola são oriundos de diversas instituições, a saber:

- 1 - PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira da SEE/DF;
- 2- PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
- 3 - AADV – Associação de Amigos dos Deficientes Visuais;
- 4 - Parcerias.

### **Unidade Executora**

CAIXA ESCOLAR DO CEEDV com o referendo do Conselho Escolar – Composto por membros representativos de cada segmento da comunidade, a saber: professores, alunos, pais e/ou responsáveis, grupo gestor.

## **ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

O PPP é construído com base no estudo da realidade escolar visando melhorias escolares sempre almejando contínuas mudanças em conquistas resultantes da autoria intelectual coletiva dos seus diversos protagonistas capazes de pensar, projetar e desenhar um caminho e de identidade institucional da escola.

Nesta ótica, Veiga (2010b) propõe, que a construção do projeto pedagógico, deve ocorrer por meio de observações de acontecimentos na rotina escolar, um mapeamento inicial da escola, realizado por todos os envolvidos na elaboração do projeto, com levantamento documentado da organização atual da escola.

O acompanhamento e avaliação do PPP, para atender sua necessidade de atualização constante, ocorrerão como parte de um amplo processo e com a participação de todos os segmentos.

A avaliação será feita nos dias letivos temáticos por toda a comunidade escolar e ao final do ano letivo em reunião específica para este assunto. Os resultados colhidos por meio de instrumentos – questionários e anotações de sugestões - construídos pela equipe gestora serão analisados e discutidos com a finalidade de implementar sugestões e corrigir distorções.

A avaliação será composta por elementos quantitativos e qualitativos, utilizando-se da prática democrática para soluções de problemas e inovações pedagógicas na busca do atingimento da função social desta Unidade Escolar Especializada em deficientes Visuais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Glória de S. Fundamentos da alfabetização: uma construção sobre quatro pilares. **Revista Benjamin Constant**, 2002, v. 2, n. 8, p. 13-22.
- BRASIL. **Caminhando juntos**: manual de habilidades básicas de orientação e mobilidade. Elaboração de João Álvaro de Moraes Felipe; colaboração de Maria Glória Batista de Mota *et al.* Brasília: SEESP/MEC, 2003.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**: Documento, regras e padrões sobre a equalização de oportunidades para pessoas com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, 1994.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39-41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004. Portal da Legislação: Decretos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 07 out. 2013.
- BRASIL. **Decreto-Lei 5.296/2004 – Acessibilidade**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: SEESP/MEC, 2001a.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **PNABV – Projeto Nacional para Alunos com Baixa Visão**. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: deficiência visual, v. 3, fascículos I – II – III. Colaboração de Marilda Moraes Garcia Bruno, Maria Glória Batista da Mota, Instituto Benjamin Constant. Brasília: SEESP/MEC, 2001b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A construção do conceito de número e o pré-sorobã**. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva – Sorobã**: Manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Brasília: SEESP/MEC, 2009.
- BRASIL. **Orientação e Mobilidade**: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Elaboração de Edilene Vieira Machado *et al.* Brasília: SEESP/MEC, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Estudantes com Necessidades Educativas Especiais. Brasília: MEC, 1999.
- BRASIL. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**: princípios e diretrizes aprovadas no Conselho das Cidades em setembro de 2004. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades, 2004.
- BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. 2. ed. Brasília: SEESP/MEC, 2006. (Série: Saberes e práticas da inclusão).
- BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência visual**: reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.
- CADER-NASCIMENTO, Fátima A.A.A.; COSTA, Maria da P. R. da. **Descobrimo a surdocegueira**: educação e comunicação. São Carlos: UFSCar, 2010.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**, São Paulo: Spicione, 1989.
- CAMPOS, Izilda Maria. Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual de Belo Horizonte – CAP/BH. Projeto assino embaixo: a grafia do nome e a assinatura na construção de identidade das pessoas cega. In: SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado**: deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. p. 41-46.
- COSTALLAT, Dalila Molina de. **Psicomotricidade**. Trad. de Maria Aparecida Pabst. Porto Alegre, Globo: 1973.
- DISTRITO FEDERAL. **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do DF – Educação Infantil**. Brasília: SEEDF, 1992.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 26.149, de 26 de agosto de 2005. Regulamenta a Lei nº 1239, de 31 de outubro de 1996. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília: DODF, 2005.

- DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal 2009/2013**. Brasília: SEEDF, 2001.
- DISTRITO FEDERAL. **Orientações pedagógicas: Educação Precoce**. Brasília: SEEDF, 2006.
- DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições de Ensino da Rede Pública do Distrito Federal**. Brasília: SEEDF, 2001.
- DISTRITO FEDERAL. **Resolução 02/98**. Brasília: Conselho de Educação do Distrito Federal, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual**. Disponível em: < [www.sec.ba.gov.br/CAP/capesccur.htm](http://www.sec.ba.gov.br/CAP/capesccur.htm)>. Acesso em: 17 out. 2013.
- INSTITUTO Benjamin Constant. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, nº 3, ago. 2006.
- KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. **Piaget para a educação pré-escolar**. Trad. de Maria Alice Bade Danesi. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- MCLEITCHIE, B. A. B.; RIGGIO, M. Competências para professores de alunos com surdocegueira. In: MASINI, E. F. S. (Org.). **Do sentido, pelos sentidos, para os sentidos**. Niterói: Intertexto, 2002. p. 145-166.
- MICHAEL, M.; PAUL, P. A intervenção precoce para crianças com surdocegueira. **Crianças excepcionais**, dez.-jan.1991, p. 200-210.
- MUNIZ, Cristiano Alberto. **Educação e linguagem matemática: Módulo I – PIE**. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- MUNIZ, Cristiano Alberto; IUNES, Silvana. Componente Curricular: fundamentos teóricos e metodológicos da matemática I. In: Centro Universitário de Brasília –UNICEUB. **Guia de formação para professores das séries iniciais**. Livro 9. Brasília: UNICEUB, 2004. p. 99-193.
- NUNES, Avani Fernandes Villas Boas *et al.* **Sorobã para deficientes visuais: cálculo direto para operações matemáticas**. Salvador: Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 1998.
- ROSENFELD, Ethel. GESTA – MP: Grupo de Estudos Sociais, Tiflológicos, e Associativos. **A importância da assinatura para a inclusão da pessoa com deficiência visual**. Apostila. Rio de Janeiro, set. 1992. Disponível em: <[http://deficienciavisual4.com.sapo.pt/txt-importancia\\_assinatura\\_inclusao.htm](http://deficienciavisual4.com.sapo.pt/txt-importancia_assinatura_inclusao.htm)>. Acesso em: 11 out. 2013.
- SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Oficina Educação Inclusiva no Brasil: diagnóstico atual e desafios para o futuro**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- VIGOTSKI, L.S. *Obras Escolhidas V- Fundamentos da defectologia*. Trad. Tomás Bretón. Madrid: Visor, 1997.
- WEISHALN, R. **Orientation and mobility in the blind children**. New York: Englewood Cliffs, 1990.

## ANEXO I

<b>Dados de identificação do projeto</b>
<b>CRE:</b> Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro
<b>Título do Projeto:</b> Oficina Pedagógica de artesanato para estudantes com deficiência visual.
<b>Unidade Escolar Proponente:</b> CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS - CEEDV
<b>Tema do Projeto:</b> Artesanato para estudantes com deficiência visual
<b>Parcerias envolvidas na execução do projeto (internas e externas à escola) envolvidas na execução do Projeto:</b> Parentes dos estudantes, grupo de professores, armarinho Lillipop Ateliê.
<b>Etapa/ modalidade da Educação Básica atendida:</b> estudantes do CEEDV (adultos e idosos) com deficiência visual- cegueira adventícia e baixa visão.
<b>Número de estudantes atendidos:</b> 15 estudantes
<b>Espaços utilizados para desenvolver as atividades do projeto:</b> sala no CEEDV
<b>Período de execução:</b> 1º e 2º semestre de 2019.
<b>Responsável pela execução do projeto:</b> Cristiane Cançado Oliveira Caixeta; Matrícula: 206770-6 ; Professora readaptada.

# Oficina Pedagógica de Artesanato para estudantes com deficiência visual

- Cristiane Cançado Oliveira Caixeta

### APRESENTAÇÃO

Este projeto teve como ponto de partida a observação realizada das reclamações e questionamentos apresentadas pelos estudantes com deficiência visual <sup>1</sup>do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais- CEEDV<sup>2</sup>, pela falta de atividades socioculturais em nossa sociedade, onde possam apresentar suas potencialidades, habilidades e socializar- se de maneira efetiva. A partir desta observação, o projeto propõe-se a mostrar para o público alvo, como é possível e necessário o uso da arte manual como linguagem e comunicação com pessoas com deficiências visual, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal, criativo, social e o exercício de sua cidadania.

Há milhares de anos, quando o homem começou a andar em posição ereta, libertou suas mãos da tarefa da locomoção. Assim, as mãos puderam evoluir e se tornaram o principal instrumento para

<sup>1</sup>Estudantes com deficiência visual, possui uma redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho, mesmo utilizando a melhor correção ótica (BRASIL, p.26, 1999). Caracteriza-se em cegueira (congenita ou adventícia) e baixa visão.

<sup>2</sup>Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV. É a única instituição educacional do Distrito Federal e entorno especializada no atendimento ao estudante cego, baixa visão e surdocego.

agir e dominar o ambiente. Além disso, são um meio importante de expressão, de comunicação, e, também, um órgão de percepção.

Se as mãos têm tamanha importância para o ser humano, é fácil imaginar seu papel na vida das pessoas com deficiência visual. As informações chegam a elas por dois canais principais: a linguagem falada e a exploração tátil, que depende especialmente das mãos.

Criar algo com as nossas próprias mãos é a possibilidade de concretizar, de expressar, dar vazão à nossa criatividade. A arte tem uma função simbólica, permitindo ao homem se expressar e ao mesmo tempo perceber significados atribuídos à sua vida, sua eterna busca por um equilíbrio com o meio em que vive.

Além da função social, a arte pode ter uma função pedagógica, onde não só o artista externaliza o seu mundo interior e o expressa por uma simbolização, como também provoca no público participante a mesma possibilidade de dispor de sua emoção, com o aprendizado de novas formas de estar no mundo.

É possível, por meio do artesanato, resgatar a autoestima da pessoa com deficiência. Infelizmente, a pessoa com deficiência, ainda é visto pela sociedade como uma pessoa incapaz de trabalhar, de ter uma vida produtiva. Contudo, podemos mudar esse quadro, pois, ao desenvolver suas habilidades e seus talentos as pessoas com deficiência visual poderão superar suas limitações físicas. E o artesanato, se mostra uma alternativa viável para se realizar esse feito.

O trabalho manual pode como elemento no projeto da reabilitação educacional, promover o restabelecimento, desenvolver capacidades básicas, pois pode proporcionar a este estudante, a oportunidade de desenvolver toda potencialidade tornando-se uma pessoa autônoma, participativa, uma pessoa plena chegando a ter consciência de si mesma.

Contemplando no desenvolvimento das habilidades básicas a serem desenvolvidas a partir das potencialidades individuais desses estudantes, principalmente valorizando os seus pontos fortes, pois visam contemplar as dificuldades advindas pela cegueira ou baixa visão que se apresentam de forma diferenciada, e com características individuais no seu desenvolvimento.

O artesanato é uma atividade que, especialmente, no caso dos estudantes com deficiência visual pode estimular os sentidos remanescentes, potencializar faculdades, adormecidas, promover novas capacidades, articular com áreas especializadas ofertadas no CEEDV como: Atividades da Vida Autônoma e Social – AVAS, Pré Mobilidade e Orientação e Mobilidade – O e M , Habilitação/ Transferência Braille, Artes Visuais, Escrita Cursiva, Sorobã, Serviço de Orientação ao trabalho – SOT , ao estimular criações e desenvolvendo a socialização.

### **PROBLEMATIZAÇÃO**

A deficiência visual tem sido considerada segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística) a mais representativa e atinge 3,6% dos brasileiros, sendo mais comum entre as pessoas com mais de 60 anos (11,5 %) (VILLELA, 2015).

Sendo assim, nos deparamos com um grande público, principalmente idosos que não querem desvincular da instituição, essa que para a grande maioria é o único espaço de ocupação, entretenimento, socialização e estímulos das faculdades adormecidas.

Tomas Carroll (1968, p. 9) enfatiza, e ressalta as causas e consequências quando ocorre a cegueira, pois para este estudioso *a perda da visão é um morrer em que é o término de métodos adquiridos de realizações, a perda de relações humanas estabelecida e inerentes ao meio ambiente*. E, a dor como causa traz consequências muito mais abrangentes, como mesmo salienta (idem, p.11). *Cada perda inclui um adeus doloroso (u' a "morte")...Mas com a morte do homem de visão, o homem cego nascerá*. Este estudioso ainda elencou as perdas e o que ela atinge na pessoa que sofreram a perda da visão como:

\* Perdas Básicas em relação à segurança psicológica

1. Perda da integridade física
2. Perda da confiança nos sentidos remanescentes
3. Perda do contato real com o meio ambiente
4. Perda do campo visual
5. Perda da segurança luminosa
6. Perda da mobilidade
7. Perda das técnicas da vida diária

\* Perdas na comunicação



8. Perda na facilidade da comunicação escrita
9. Perda na facilidade da comunicação escrita
10. Perda do progresso informativo
- \* Perdas na apreciação
11. Perdas da percepção visual do agradável
12. Perda da percepção do belo
- \* Perdas relacionadas à ocupação e a situação financeira
13. Perda da recreação
14. Perda da carreira, do objetivo vocacional, da oportunidade de emprego
15. Perda da segurança financeira
- \* Perdas que implicam na personalidade como um todo
16. Perda da independência pessoal
17. Perda da adequação social
18. Perda da obscuridade
19. A perda da auto - estima
20. Perda da organização total da personalidade

Pode-se observar com as ênfases de Carroll (1968) referentes a perda da visão de como esta é encarada, vivida e sentida, mas a cegueira, segundo este estudioso ainda é concebida com o sentimento fútil por muitas pessoas, pois compreendem que a perda da visão seja apenas perda de um sentido, o que para ele seja uma compreensão muito simplista, e superficial, devido considerar um *golpe destrutivo* e os efeitos sejam muito mais profundos e sérios. Realidade esta que pode ser observada e sentida nos estudantes, principalmente os da terceira idade, que realmente vai muito além de um sentido.

Então como auxiliar a pessoa que perdeu a visão a encontrar sentido na sua nova forma de ser?

Como alimentar no outro a consciência de que mesmo sem utilizar a visão eles podem desenvolver atividades?

Diante deste contexto e da problemática apresentada, este projeto visa proporcionar a estes estudantes a experimentação de poder elaborar, planejar e executar uma atividade; oportunizar a eles condições de acreditarem em si nas realizações das atividades mesmo sem visão e possibilitar uma nova consciência de percepção. A intencionalidade é fazer com que estes estudantes no processo de aceitação da sua nova condição possam no trabalho manual encontrar de algum modo a reconstrução de seu novo eu, pois o objetivo desta oficina é oportunizar o espaço de reflexão e aprendizagem em que terão a oportunidade de desenvolver competências e habilidades para atuar em sua nova vida e ainda corroborando com as outras áreas de atendimentos do CEEDV.

#### **ESCOLHA DO TEMA GERADOR**

Oficina pedagógica de artesanato para estudantes com deficiência visual veio em encontro com os fatos observados mediante as necessidades dos estudantes se posicionarem melhor diante da sua nova realidade, na construção de sua nova identidade e potencializar faculdades adormecidas, articuladas com áreas especializadas.

#### **PUBLICO ALVO**

Estudantes matriculados no CEEDV (adultos), priorizando idosos com deficiência visual- cegueira advéncia e baixa visão.

#### **JUSTIFICATIVA**

As mãos são os olhos das pessoas com deficiência visual. O uso das mãos como instrumento de percepção deve ser intensamente estimulado, incentivado e aprimorado. A confecção de artesanatos proporciona o desenvolvimento da habilidade tátil, por meio do reconhecimento dos diferentes materiais com características variadas de textura, densidade, formas, tamanhos entre outras. Além de orientar e de locomover as mãos com independência, segurança e precisão ao manipular um objeto, com aquisição e desenvolvimento de conceito na interação de consigo mesmo com o objeto e vice-versa; e também com o meio e as pessoas.

Aqui é a problemática da cegueira advéncia, ao focalizar os aspectos e particularidades da cegueira e suas implicações no contexto social e acadêmico, ao ter que desenvolver o tato em virtude à falta da visão de forma imprevista e até mesmo abrupta.

E segundo Brasil (2001, p. 60, vol. 3) ressalta, que no que se refere ao adulto atingido pela deficiência visual, seus efeitos implicam também perdas no aspecto físico, psíquico, social e econômico, que exigem reorganização e estabelecimento de novos esquemas de interação.

Pode-se perceber que sem a visão não terá as mesmas possibilidades de comunicação e interação de contato com os objetos e demais ações, assim dependendo da idade que ocorreu a cegueira irá interferir diretamente neste processo de desenvolvimento com a nova identidade. Momento este, que necessitará de ajuda para se interagir no contexto de forma natural e sentir-se inserido, o que lhe promoverá maior confiança em si e maior domínio pessoal, condições favoráveis a sua integração social. (Brasil, 2001, p.60-61)

Nesse sentido, a arte proporcionará ao estudante a descoberta de várias possibilidades de expressão, decorrentes tanto da dinâmica proporcionada pela diversidade de materiais utilizados, quanto das técnicas desenvolvidas para transformação dessa matéria prima em signos carregados de intenso conteúdo emocional.

O contato do estudante com deficiência visual com os diversos materiais trabalhados no artesanato aprimora a sensibilização tátil, articula com áreas especializadas, reforçando os conteúdos, estimulando criações e desenvolvendo a socialização.

O fazer artístico é de fundamental importância para a sensibilização tátil com o estudante deficiente visual, principalmente para aqueles que serão alfabetizados no Sistema Braille. Momento, este que necessita para registro e leitura desse código de comunicação.

Para realizar o sistema Braille o estudante necessita de força muscular e mobilidade adequada nos movimentos das mãos. Dentro do artesanato pode desenvolver atividades funcionais e contextualizadas que ajudarão estes estudantes nesse processo como: colar e descolar tecidos, papéis, alinhar, desalinhar, bordar, costurar, elaborar objetos com miçangas – enfiar e desenfiar (BRASIL, 2001, p. 46, v. 2)

O fazer concreto desenvolve a capacidade de abstração e o exercício da transferência figura/forma. Como o caso da pessoa que enxergava e realizava o processo de escrita cursiva e atualmente faz uso do sistema Braille (cego), ou ampliado (baixa visão); e, até mesmo com o estudante que fazia o uso da visão para enfiar a linha na agulha e atualmente necessita de técnica para poder fazer o mesmo sem o uso da visão.

O que na realidade, neste caso, seria uma transposição didática como CHEVALLARD define (apud PAIS, 2001, p.19) como sendo: *um conteúdo do conhecimento, tendo sido designado como saber a ensinar, sofre então um conjunto de transformações adaptativas que vão torná-lo apto a tomar lugar entre os objetos de ensino. O trabalho que, de um objeto de saber a ensinar faz um objeto de ensino, é chamado de transposição didática.*

E de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, vol.6, p.15) a educação na arte pode proporcionar:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e imaginação. Aprender arte envolve, basicamente: fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas.

A ideia do artesanato como instrumento de desenvolvimento de habilidades como a cerne deste projeto vem provocar a descoberta de várias possibilidades de mudança de dentro para fora, onde as pessoas constroem, a partir da confecção desde sua própria história, interagindo e reconhecendo um novo mundo dentro de si mesmo, no outro e no meio em que está inserido.

Assim, o projeto visa exercitar a partir de trabalhos manuais a criatividade, a percepção tátil, o senso crítico, a sensibilidade, a socialização, procurando desenvolver maior interação entre professor-aluno e vice-versa, e também o alívio das tensões do cotidiano em virtude da sua nova realidade como deficiente visual. Além disso, pode ser uma atividade capaz de gerar renda e ser uma oportunidade viável de formação profissional.

### **Fundamentação Teórica:**

A deficiência visual caracteriza-se em cegueira e baixa visão, sendo que na cegueira pode ser observado dois grupos: cegueira congênita e cegueira adventícia ou adquirida.

A cegueira congênita considerada por Brasil (2010, p.28) : a ausência da visão manifestada durante a gestação até os primeiros anos de vida que acarretam consequências tais como: a ausência de imagens visuais, o que revela um outro modo de perceber e construir imagens e representações mentais. A construção das imagens e representações mentais se dá pela via dos sentidos remanescentes e da ativação das funções psicológicas superiores como memória, a atenção, a imaginação, o pensamento e a linguagem.

E, a cegueira adventícia ou adquirida (idem, *ibidem*, p.30) que: considera a perda da visão de forma imprevista ou repentina, causada por lesões ou enfermidades que comprometem as funções do globo ocular que pode ocorrer em qualquer fase da vida. Vale ressaltar que o conhecimento para poder contextualizar e compreender em detrimento em que período ocorreu, como a idade, as circunstâncias, como também o desenvolvimento da personalidade e da construção da identidade. Esses pontos são relevantes mediante a forma como a cegueira ocorreu, pois provoca rupturas, uma mudança radical em todas as dimensões da vida pessoal e modifica o contexto família, social, educacional e profissional.

A caracterização da baixa visão, de acordo com Brasil (2010, p.8) que: pode ser causada por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que acarretam diminuição da acuidade visual, dificuldade para enxergar de perto ou de longe, campo visual reduzido, alterações na identificação de contraste, na percepção de cores, entre outras alterações visuais. Trata-se de um comprometimento do funcionamento visual, em ambos os olhos que não pode ser sanado, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas.

Pode-se observar que a deficiência visual é muito complexa, e não pode ser entendida apenas como uma perda sensorial da visão, pois esta perda pode ser parcial ou total, ocasionando dificuldade e gerando implicabilidade, sendo muito complexa de se entender, pois este pouco resíduo gira em torno de, em como se enxerga e o que se enxerga ou até mesmo a carência total, que pode ainda ter pontos de luminosidade. Em se tratando do ponto de vista educacional, esse ponto é de extrema importância, pois balizará todo o processo educacional, como também, o de reabilitação educacional desse estudante. Como a deficiência visual pode ocorrer desde o nascimento e também em outras fases da vida, como o caso de uma pessoa que ficou cega, e esta pessoa por um certo tempo possuiu a visão, e de um modo repentino ou abrupto a perdeu, neste caso, necessita-se compreender que neste momento esta pessoa requer um acolhimento especial, que envolverá vários profissionais e também de um currículo adaptado, até que esta se compreenda e se aceite com a sua nova condição.

Carroll (1968, p. 9) considera que a perda da visão na fase adulta e idosa muito mais abrangente e que os profissionais envolvidos com a deficiência visual deveriam ter um olhar mais aprofundado para esta questão, ao enfatizar quanto para esta perda:

É superficial, senão fútil, considerar a cegueira como um golpe que atinge somente os olhos, apenas a visão. Ela é um golpe que atinge destrutivo para a própria auto - imagem que o homem cuidadosamente, apesar de inconscientemente, construiu através de sua vida, e que atinge o ser em si mesmo.

Para este estudioso, há a necessidade de entender que a pessoa acometida necessitará de ajuda para entender que *a vida modificou-se, mas não terminou* (idem, p.10). E que haverá fases e que levará tempo e isto somente dependerá da pessoa em se aceitar, pois, a pessoa morrerá e nascerá novamente, com nova identidade. Neste caso, ressalta que a pessoa sofrerá muitas perdas, e necessitará de ser reabilitada para a nova vida. E é aí, que se pode observar a importância do processo educacional dentro do processo de reabilitação educacional que possui programas que irá ajudar a essas pessoas que tem o objetivo de reaprender.

Aqui, vale ressaltar a realidade dos estudantes com deficiência visual, que buscam exercer o seu direito à educação, independentemente do momento da vida em que iniciam ou retornam à escola, principalmente associado à deficiência visual: cegueira adventícia e baixa visão em que ocorre na fase adulta e idosa, momento este, que influencia e muito este retorno. O objetivo maior neste primeiro momento é se inserir novamente no contexto social, devido a sua nova condição.

O direito à educação das pessoas com deficiência está assegurado no PL nº 7699/2006 – Estatuto da Pessoa com Deficiência no capítulo IV, seção 1 nas Disposições Gerais.

Art.36. A educação é direito fundamental da pessoa com deficiência e será prestada visando o desenvolvimento pessoal, a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania.

No parágrafo inciso II do artigo 38, da educação especial, em todos os níveis e modalidades de ensino, onde e quando se fizer necessária ao atendimento de necessidades educacionais especiais apresentadas por pessoas com deficiências.

No capítulo VII do Direito a cultura, ao Desporto ao Turismo e ao Lazer, no artigo 76 no parágrafo III- a criação de incentivos para exercício de atividades criativas, mediante alínea d. *incentivo à produção cultural para as pessoas com deficiência nas áreas de música, artes cênicas, audiovisual, literatura, artes visuais, folclore, artesanato dentre outras manifestações culturais.*

A educação também é garantida ao idoso, a [LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003](#), que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, o Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. No CAPÍTULO V da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e apresentada no Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. E mediante o parágrafo § 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

As Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017 apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) / Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – CEJAd (2014, p.6-7), que entre os objetivos destacam-se:

- Promover o processo educativo escolar de pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora, que não tiveram acesso a ele ou o interromperam.

- Orientar a constituição de práticas educativas que atendam às especificidades e à diversidade dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, a fim de dialogar com seus saberes, culturas, projetos de vida em articulação com o mundo do trabalho, e desta sociedade, com sua cultura e as tecnologias.

- Assegurar o acesso, a permanência, a continuidade e a conclusão do processo educativo escolar em um formato adequado ao perfil das pessoas jovens, adultas e idosas de classe trabalhadora, como sujeitos de saberes.

- Orientar os projetos político-pedagógicos das unidades escolares ofertantes da Educação de Jovens e Adultos.

Essas Diretrizes (idem, p.10) assegura ainda pessoa com deficiência na EJA como mencionada: ao reconhecer também o direito à aprendizagem ao longo da vida, assegurando o acesso à escolarização a qualquer tempo, em qualquer idade, em qualquer condição. Do mesmo modo, a necessidade da modalidade estabelecer estratégias para atender de forma diversa, sujeitos em diferentes condições de aprendizagens, respeitando assim as especificidades e realidades da Educação de Jovens e Adultos no atendimento aos espaços de privação de liberdade, na inclusão de pessoas com deficiência, na formação profissional, no campo e na cidade.

A Orientação Pedagógica da Educação Especial – dá o direcionamento a este projeto quanto ao programa de oficinas pedagógicas ao se referir aos objetivos *de estimular a capacidade como produtiva e desenvolvimento de competências, e a aquisição de condutas sociais básicas dos estudantes voltados para o trabalho.* Diante do exposto, ele dá suporte a este projeto, mas não de forma total, mas sim, como diretório de aporte, devido a característica do estudante aqui como público alvo a ser atendido neste projeto, pois o idoso e com cegueira adventícia necessita de orientações e incentivos para se chegar a esta finalidade. Assim, pode-se entender que seja um pré para se chegar como uma forma de profissionalização. Seria compreendido como um “preparatório”, ou mesmo compreendida como uma fase que antecede para o despertar desse estudante para o mundo do trabalho. Mediante o espaço das oficinas como são reconhecidas pela Orientação Pedagógica da Educação Especial (2010, p.108) vem de encontro com o idealismo da estrutura deste projeto ao visar o atendimento preferencialmente com idoso com cegueira adventícia e ou baixa visão, a ressaltar:

O espaço das oficinas representa um ambiente favorável ao desenvolvimento do estudante quanto às noções de autoconceito, de autoestima, de autoconfiança e de possibilidades de construção de soluções. Sua proposta pedagógica é focada no desenvolvimento das competências envolvidas no domínio dos quatro pilares fundadores da educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser.

Embasado nos quatro pilares fundamentadores da educação que corrobora, no projeto ao associar as habilidades do desenvolvimento dos estudantes com deficiência visual, principalmente no processo de reabilitação educacional destes ao ter que ser integrado no contexto social ao ter que apreender a se conhecer, apreender a fazer na sua nova identidade, apreender a conviver que envolve a aceitação e favorecerá no aprender a ser.

As observações realizadas na proposta pedagógica do CEEDV – 2018, principalmente no programa de Habilitação /Transferência Braille e também no fazer pedagógico em que pode-se observar as características da deficiência visual com mais evidencia e clareza, foi que nasceu este projeto, por acreditar que ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento destes estudantes em consonância com demais atendimentos de uma forma interdisciplinar, como:

Atividade da vida autônoma e social – AVAS, dentre muitos aspectos, ressalta-se os cuidados com o ambiente, prevenção e manutenção da saúde física e mental, trabalhos manuais, em que estimulará a autoconfiança, ao desenvolver os sentidos remanescentes (tato, audição, olfato e paladar) como também, a cinestesia, orientação espacial de forma mais refinada e equilíbrio.

A pré Mobilidade e o ato da Orientação e Mobilidade, ao ser usada para desenvolver a lateralidade e direcionalidade, concentração e atenção, coordenação motora de uma forma mais refinada no artesanato.

Artes visuais, no aprimoramento da sensibilidade tátil, em que também busca em diversos materiais recicláveis as diferentes texturas, a coordenação motora grossa e fina, e aqui neste projeto busca ainda, confeccionar através de modelos a serem desenvolvidos, a partir da escolha do estudante e assim, ensina - se a técnica para o estudante em que o mesmo tenha o contato com os materiais para que possa fazer o seu.

Escrita Cursiva, no aprimoramento da sensibilidade tátil e coordenação motora, que busca em diferentes materiais como barbante, fios metálicos, a percepção das letras até chegar ao conhecimento das mesmas.

Programa de Orientação para o trabalho – SOT, atendimento este que poderá orientar os estudantes com deficiência visual que vierem a despertar seu fazer artístico como artesão e vier a manifestar sua profissionalização, este atendimento poderá orientar e viabilizar na intermediação de sua inserção ao mercado de trabalho e de negócios.

Transferência Braille, no desenvolvimento da capacidade de aprender pela via sensorial tátil, por meio dos trabalhos manuais: com material em alto relevo, texturas, tintas para pintura a dedo.

Assim, o pensar artístico é estimulado por meio da educação em arte. A prática com a arte e sua experimentação amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Isso ocorre ao trabalhar com as formas artísticas, também ao ter contato com formas produzidas pelos colegas ou mesmo ao analisar suas próprias obras (BRASIL, 1997, v.6, p.15).

Ao aprofundar seus conhecimentos sobre a arte o estudante eleva sua compreensão de mundo a uma dimensão poética, pois a arte mostra que pode se mudar a realidade ao se partir de novas perspectivas. A arte impulsiona o aprendizado, amplia as possibilidades de análise sobre os objetos a sua volta, além de instigar a poesia, as criações musicais e tudo que dá sentido a vida (BRASIL, 1997, v.6, p.21).

Portanto, perpassando pela arte, o projeto se apoiou no artesanato, que segundo Houaiss (2009) significa arte ou técnica de trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, peça ou conjunto de peças artesanais. O artesanato compreendido aqui dentro da arte, o qual faz uso das habilidades, e estas aqui valorizadas para o desenvolvimento no processo de reabilitação educacional desses estudantes a serem inserido novamente em seu contexto.

#### **OBJETIVO GERAL:**

Utilizar o artesanato como recurso para despertar a criatividade, expressividade, autoestima, habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas dos estudantes com deficiência visual centrado na cegueira adventícia e ou baixa visão.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- \* Conhecer o estudante com deficiência visual e suas necessidades;
- \* Oportunizar a criatividade de cada um;
- \* Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, cognitivas e psicomotoras de inter-relação pessoal e de inserção social, através dos trabalhos manuais;

- \* Fortalecer a autoestima;
- \* Estimular o desenvolvimento da coordenação motora e sensibilidade tátil;
- \* Propiciar as adaptações necessárias criando condições favoráveis para o aprendizado do estudante deficiente visual;
- \* Elaborar e executar ações a partir do que foi aprendido no artesanato;
- \* Exercitar alternativas para que os estudantes se posicionem melhor em relação à sua deficiência, frente às questões da vida, enfocando a aceitação.

## **MODULAÇÃO**

Máximo de 15 estudantes.

Devido a exigência da especificidade da deficiência visual de acordo com cada patologia e principalmente a individualidade desses estudantes de modo particular, há a necessidade em se por frente a esses estudantes o que envolve o contato direto, e até mesmo de contato físico. E também, a lentidão para desenvolver as atividades, pois esses estudantes necessitam de mais tempo para focar o objeto, criar e recriar esquemas.

Portanto, a partir da sondagem realizada com o estudante pela facilitadora do projeto, os atendimentos serão definidos da seguinte maneira:

Aula prática em horário duplo ou simples uma vez por semana, podendo depender da saúde do idoso. Visando a necessidade específica de cada estudante o atendimento poderá ocorrer individualmente ou em duplas que será definido após entrevista com a facilitadora do projeto com intuito da formação de duplas afins.

**Histórico:** Este projeto iniciou no ano de 2014 apresentado à GREB-CRE/PPC, por meio do memorando N° 021/2014 – CEEDV. Neste mesmo ano, a Coordenação Intermediária de Educação Especial da Gerência de Educação Básica, restituiu o projeto para ajustes e depois de atendida a solicitação, manifestou-se favorável à sua realização, ainda no ano vigente foi encaminhado às unidades escolares a circular n° 180/2014 que autorizava os projetos para o ano letivo de 2015. Foi solicitado às unidades escolares o encaminhamento para autorização de apenas projetos cujo desenvolvimento dependesse da liberação de profissionais específicos, bem como projetos que não demandasse contratação de recursos humanos, os quais não deveriam ser encaminhados. Assim, o projeto tendo como facilitadora a professora (readaptada), não necessitou de encaminhamento no ano de 2015 para ser executado e realizou algumas modificações em detrimento do stress gerado, a modulação de 15 a 20 estudantes, e que necessitou ser reduzida para no máximo 15 estudantes. Devido à exigência perante o desenvolvimento das atividades frente a estes estudantes, que demandam mais atenção, referente a determinadas atividades desenvolvidas.

Em 2016, o projeto foi executado com atendimentos a 15 estudantes, neste ano o trabalho fluiu com mais tranquilidade o que propiciou condições mais favoráveis para o desenvolvimento dos trabalhos. Portanto, a manutenção de no máximo 15 estudantes contribuirá para um trabalho de melhor qualidade.

Para o ano letivo de 2017, foi editada a portaria n° 444, de 16 de dezembro de 2016 normatizando o modelo para a elaboração de projetos a serem aprovados, conforme o *Art. 4° - o projeto deverá ser elaborado, com redação clara e objetiva, contendo os dados de identificação dispostos no Anexo I.*

Dessa forma, após adequar as conformidades da supracitada portaria, sem olvidar a modulação de até 15 estudantes, encaminhou-se este projeto por meio do memorando N° 17/2017 – CEEDV (REG 154841/2017) à consideração e possível autorização. A Unidade Regional de Educação Básica (UNIEB) restituiu o presente documento em 19/12/2017, o qual informava que o projeto necessitava de algumas alterações nos conteúdos apresentados, tendo em vista a necessidade das adequações para que se alinhem com as orientações contidas nos anexos I e V da portaria n°444,de 16 de dezembro de 2016.

Em 18/07/2018, após atendimento às solicitações a unidade escolar encaminhou o presente documento via protocolo.

No mesmo ano letivo, após informações e orientações dos profissionais lotados na UNIEB para uma tramitação e análise mais rápida do projeto sugere-se o encaminhamento do mesmo desvinculado com os demais projetos da unidade escolar e pelo SEI (Sistema Eletrônico Integrado).

Dessa forma, encaminhou-se o projeto, enxergando através das mãos, por meio do processo N° SEI 00080 00141601 2018 11.

## CONTÉUDOS

O projeto contempla os seguintes conteúdos: trabalhos manuais com diferentes técnicas (pintura em molde vazado, colagem, mosaico, escultura em arame, fuxicos) e integração social. Para melhor compreensão dos conteúdos a ser trabalhado segue conforme o quadro abaixo:

<b>Conteúdo</b>	<b>Atividade</b>	<b>Objetivo Proposto</b>	<b>Disciplinas envolvidas/ conteúdo</b>
pintura em molde vazado	<ul style="list-style-type: none"><li>- Preparar o isopor para o apoio do tecido, enrolar o isopor com jornal;</li><li>- Escolher o molde a utilizar;</li><li>- Posicionar o molde sobre o tecido com atenção para o desenho ficar no lugar certo;</li><li>- Fixar com fita crepe;</li><li>- Molhar bem a ponta da broxa na tinta e antes de aplicar no tecido retirar o excesso num papel toalha;</li><li>- Escolher as cores das tintas;</li><li>- Pintar os moldes;</li><li>- Pintar o desenho vazado dando batidinhas com a broxa e sempre aplicar mais tinta na parte de baixo do desenho. Isso dará um certo volume ao desenho final.</li><li>- Após finalizar a pintura retirar toda a fita crepe e esperar secar.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolver a coordenação motora.</li><li>- Desenvolver a sensibilidade tátil.</li></ul>	Transferência Braille/escrita e leitura Braille Pré mobilidade, Orientação e mobilidade/ (Técnicas sem e com o guia vidente)
Colagem	<ul style="list-style-type: none"><li>- Escolher o material que</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolver a</li></ul>	Transferência Braille/escrita

	<p>irá receber a colagem (caixa, vidro, lata);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Escolher o material a utilizar para cobrir (EVA, Jornal, Tecido, Revistas, Papel camurça, outros tipos de papeis);</li> <li>- Utilizar a percepção tátil</li> <li>- Proceder a colagem do material escolhido para cobrir. Nesse momento sentido os espaços vazios o preenchimento é realizado de modo a cobrir toda a área.</li> </ul>	sensibilidade tátil.	e leitura
Mosaico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenhar um esboço de uma figura em alto relevo com barbante ou linha grossa sobre uma base.</li> <li>- Preencher o esboço com o material escolhido (miçangas, pedaços de pastilhas, azulejos, EVA) utilizar cola para artesanato.</li> <li>- Quando as peças assentarem esparramar cola cascorez misturada em água sobre o mosaico. Pedir para que o aluno passe a cola com a ponta dos dedos</li> <li>- Esperar secar.</li> </ul>	- Desenvolver a sensibilidade tátil.	Transferência Braille/ escrita e leitura Braille.
Escultura em arame	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar alguns arames e deixar que o aluno modele. (O arame por ser flexível e de fácil manuseio pode ser uma obra de arte completa).</li> <li>- Representar algo em três dimensões: altura, largura e profundidade e terá a escultura.</li> <li>- Disponibilizar diversos materiais (metal, madeira e pedras, miçangas) para a confecção da escultura feita com arame.</li> <li>- Deixar livre o uso de um ou mais materiais a depender da escultura.</li> <li>- O estudante após o término da escultura irá verbalizar o que criou.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a coordenação motora.</li> <li>- Desenvolver a sensibilidade tátil.</li> </ul>	Transferência Braille/ escrita e leitura Braille Pré-mobilidade, Orientação e mobilidade/ (Técnicas sem e com o guia vidente) Escrita cursiva/Preparação do alfabeto – letras, sílabas, nome.
Trabalhos manuais: -Fuxicos (bonecas,	- Com auxílio de um bastidor (Aparelho para	- Desenvolver a coordenação motora.	AVAS /cuidados com vestuário, aparência,



porta treco, objetos variados)	bordar, composto de um caixilho de pau que sustentam e retesam o estojo por bordar) o estudante corta o tecido no formato de círculo; - O estudante vai tatear o tecido para identificar o lado do avesso. - Alinhar todo o círculo. Depois, puxar a linha para franzir um pouco; - Preencher o círculo com manta acrílica ou retalhos; - Puxar toda a linha e arrematar.	- Desenvolver a sensibilidade tátil. - Coordenar movimentos finos e precisos	situações da vida diária, uso de tesouras, facas, objetos cortantes Transferência Braille/ (escrita e leitura) O e M/ (técnica do guia vidente - troca de lado) Sorobã
Integração social	- Trabalhar em duplas de modo a criar condições aos estudantes para perseverar no trabalho, compreender e respeitar o colega, oferecer auxílio e ajuda.	- Manifestar atitudes e habilidades de cortesia, coordenação, cooperação, independência e autocontrole.	

Definida a escolha dos conteúdos articulados com as áreas especializadas ofertadas no CEEDV será citado como título de exemplificação o conteúdo: trabalhos manuais (fuxico) para mostrar sua interdisciplinaridade com O e M (Orientação e Mobilidade), AVAS (Atividades da Vida Autônoma e Social) e Transferência Braille.

Fuxico é uma técnica de artesanato feita com círculos alinhavados e podem ser de vários tamanhos, a depender da circunferência do círculo utilizado. Com esta técnica faz-se diversos objetos e ao confecciona-los o estudante precisa de coordenação adequada nos movimentos das mãos, firmeza, força muscular (movimentos ao abrir e fechar a tesoura ao cortar), percepção tátil (diferenciar texturas), costurar (alinhar/desalinhar) e pregar botões. Habilidades necessárias para o Sistema Braille tanto na escrita quanto na leitura.

O Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas escrito na reglete da direita para a esquerda ponto a ponto com o auxílio da punção. Este movimento repetitivo e exaustivo necessita de tônus muscular e sensibilidade tátil para a escrita e leitura dos pontos formados em alto-relevo. A leitura Braille é feita da esquerda para a direita utilizando o dedo indicador da mão direita com uma leve pressão sobre os pontos, fato que acontece somente através da estimulação consecutiva dos dedos pelos pontos em relevo.

Portanto, o tato é um fator decisivo para o estudante deficiente visual. Ao traçar com os dedos o contorno do molde feito em papelão para auxiliar ao cortar, sentir a textura dos tecidos para a identificação do lado avesso está sendo trabalhada a sensibilidade tátil e a coordenação de movimentos finos e precisos, favorecendo a transferência Braille.

Ao ensinar o estudante a enfiar a linha na agulha para deficiente visual (fundo falso), cortar tecidos e manipular objetos cortantes (usados durante as atividades) com segurança, o estudante desenvolve habilidades necessárias para atividades do cotidiano nos afazeres domésticos.

As atividades da vida autônoma e social – AVAS é um programa de atendimento complementar no CEEDV que visa dar condições ao estudante treinar os sentidos remanescentes, a fim de tornar-se autossuficiente para alimentar-se, vestir-se, executar as tarefas rotineiras do lar e conviver, adequadamente, em sua comunidade. Enfatizando esta colocação o PPP (2016, p. 81 APPUD MOTTA, 2008): ressalta que a satisfação de necessidades básicas de forma independente pressupõe pré-requisitos para outras habilidades tanto físicas, mentais e emocionais, como:

- Integração dos sentidos por meio dos esquemas sensoriais motores;
- Coordenação motora global e fina;

- Força muscular e habilidade manual; e
- Integração e aquisição da noção de esquema corporal, orientação espacial e temporal.

Os conceitos de lateralidade, noção de espaço, coordenação motora e habilidade manual que são usados ao decorrer da colagem das peças (botões, miçangas). Isso levará o estudante a utilizar os outros sentidos para estabelecer a própria posição e o relacionamento com outros objetos para si orientar no fazer manual.

Estes conceitos fazem parte da base dos programas Pré mobilidade, Orientação e Mobilidade que são o conjunto de conhecimentos e técnicas sobre e para o deslocamento da pessoa com deficiência visual, ofertados no CEEDV.

A aplicação das técnicas utilizadas no artesanato propiciará condições para o aperfeiçoamento da sensibilidade tátil, a coordenação motora, a lateralidade, a noção de espaço e diferenciação figura/fundo que são pré-requisitos necessários para a transferência Braille, Pré mobilidade, Orientação e Mobilidade e AVAS.

## **METODOLOGIA**

Os primeiros momentos do trabalho na oficina serão: conhecer o estudante e suas expectativas, a observação das habilidades, interesse, aptidão e a construção de vínculos afetivos. A principal estratégia utilizada é o estabelecimento da relação entre trabalho x prazer.

Os encaminhamentos metodológicos seguem de acordo com a construção de uma sequência de atividades (técnicas) que contribuem para o processo de aprendizagem nos aspectos cognitivos, social e afetivo dos estudantes com deficiência visual.

Para este projeto será utilizado o método de aulas práticas de confecção de objetos utilizando diversos materiais como: tecidos, jornais, miçangas, botões, retalhos, linhas, agulhas, vidros, latas e outros materiais recicláveis.

Será utilizada a técnica de reciclagem artesanal como alicerce do fazer pedagógico, para possibilitar ao educando uma experiência de cidadania concreta, colocando-o em relação com o mundo do trabalho concebido como uma possibilidade de interação com o mundo para transformá-lo.

Por meio de técnicas e manifestações artísticas que utilizem sucata: caixas de papelão, jornais, revistas, vidros, latas, entre outros, combinadas com recorte, colagem, rasgadura, mosaico, pintura em molde vazado, escultura em arame, tricô com os dedos, tapetes com retalhos, em que serão recriados e criados os mais variados objetos.

As orientações sobre a confecção dos objetos serão expostas oralmente e também de contato físico – momento em que o estudante mediante a sua necessidade sobrepe sua mão ao da professora e vice-versa para que se possa obter orientação mais precisa sobre, e quando necessário faremos o uso de modelo como referência, para tatearem este objeto de referência, e assim possam explorar e perceber as formas, o tamanho e a estrutura de sua montagem. Formada a sequência mental, e a imagem mental do objeto, cada estudante confeccionará o seu próprio objeto.

Nas palavras Paschoal (2014, p.14 apud DUARTE, 2004 p.138) que busca esse conceito que ganha a concretude a partir da experiência vivida anteriormente pelo cego.

Quando apresentamos um objeto para que aquele que não vê desenhe, além de permitir o toque no objeto, quando isso é possível, usamos também a fala para descrevê-lo. A descrição verbal é um recurso essencial para auxiliar, passo a passo, ou toque a toque, o reconhecimento do objeto pelo cego.

Durante o decorrer da construção dos objetos, objetivamos incentivar os estudantes deficientes visuais a entenderem que não existem limitações que não possam ser ultrapassadas e que o fazer arte pode e deve ser também explorado e desenvolvido por qualquer pessoa, independentemente do seu tipo de deficiência. Procuramos fortalecer a autoestima e fazê-los compreender que a arte é uma forma de linguagem, de comunicação e expressão.

Os procedimentos e a montagem das peças serão acompanhados passo a passo com os deficientes visuais. Assim, à medida que cada peça é concluída é realizada uma revisão frisando os procedimentos e as técnicas usadas em cada etapa, objetivando a sensibilização tátil com o reconhecimento tátil dos mesmos pela forma, identificação pela textura, diferenciação figura/fundo e a definição dos usos e funcionalidades dos itens criados. Dessa forma, reforça-se o entendimento sobre cada detalhe e cada procedimento utilizado na criação das peças. Além disso, contribui de forma interdisciplinar com os demais atendimentos. E, posteriormente, durante datas festivas, em que estarão toda a comunidade escolar envolvida faremos exposição dos trabalhos.

## **ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

A avaliação será realizada mediante observações, acompanhamento e registro do desenvolvimento do estudante, tomando como referência os objetivos estabelecidos para o projeto, e também a autoavaliação dos próprios estudantes, em relação às atividades desenvolvidas, seu desempenho e o trabalho da facilitadora. De modo a orientar, sobretudo, a adequação da ação da professora facilitadora, na condução do projeto, bem como para o acompanhamento do estudante em suas conquistas, dificuldades e possibilidades. A avaliação levará em consideração as diferenças individuais em relação à construção do conhecimento, aptidão, interesse e à socialização dos estudantes.

Serão utilizados instrumentos de avaliação como: questionário, desempenho das atividades, desenvolvimento das habilidades e relatos de aula.

A avaliação será formativa focando na análise qualitativa, sendo contínua, processual, somativa e diagnóstica, compreendendo o processo de aprendizagem nos aspectos cognitivos, psicomotor, social e afetivo.

### **CRONOGRAMA:**

Durante todo o ano letivo e as atividades propostas podem variar de estudante para estudante de acordo com o interesse e a aptidão.

### **RECURSOS HUMANOS:**

O presente projeto tem como facilitadora a professora Cristiane, trabalhando por período regular de quarenta horas semanais, readaptada com restrição definitiva de função que por recomendações médicas deve evitar atividades laborativas em ambientes barulhentos, tumultuados e estressantes, evitando contato com grande número de alunos com incapacidade definitiva para regência de classe.

A Portaria nº 12 de 13 de janeiro de 2017 dispõe sobre os critérios para a lotação, exercício, modulação, atuação e procedimento de distribuição de carga horária/atividade dos servidores da carreira magistério público do Distrito Federal, readaptados, em exercício nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal que dá o direcionamento a este projeto no item 17, alínea e – em projetos previstos no PPP da UE ou apresentados pelo próprio servidor readaptado (horta escolar, educação alimentar, educação financeira, educação do consumidor, higiene e saúde, entre outros; e quando ressalta, no item, 17.1 – A atuação de que trata o item 17, deverá considerar o contexto escolar, a restrição laborativa do servidor readaptado, o compartilhamento de intenções e procedimentos com a Equipe Gestora e demais servidores da U.E.

Portanto, para um trabalho de qualidade e respeitando a restrição laboral da servidora readaptada, sugere-se manter a modulação do ano de 2016, de 10 a 15 estudantes, referentes as reformulações feitas desde a primeira aplicabilidade do projeto, em detrimento da exigência dos estudantes no processo de desenvolvimento, em que foi observado o stress gerado à facilitadora, acarretando a ela problemas de saúde. Além disso, um número maior de estudantes estava acarretando um resultado de qualidade inferior.

E a qual se incumbirá pela aquisição e controle do material básico de trabalho, o restante da carga horária da professora será complementado com atividades pedagógicas (confeção e adaptação de materiais).

### **RECURSOS MATERIAIS:**

Uma sala, cadeiras, mesa, armários, sucata, jornais, revistas, tintas, miçangas, tecido, vidros, linhas, barbantes, cola, esponja, tesouras, agulhas, pincéis, papelão e materiais recicláveis.

### **CONCLUSÃO**

O tato é fundamental para quem também o tem como alternativa a visão como meio de enxergar o mundo. O uso desse sentido para as pessoas com deficiência visual tem grande mérito educacional e social, transmite palavras, pensamentos, ideias e emoções. Desenvolver a percepção tátil, trabalhar o máximo suas habilidades torna-se essencial para quem foi privado da visão como sentido orientador do seu agir, pensar e, sobretudo, compreender as dimensões que o cercam.

As práticas realizadas com as técnicas artesanais podem contribuir, significativamente, com o desenvolvimento de faculdades remanescentes dos deficientes visuais, considerando o largo espectro de possibilidades alcançadas com esta mistura de trabalho e arte. Portanto, o tato em todas as suas potencialidades proporciona uma melhor compreensão e interação com o mundo físico.

Diante da realidade dos estudantes do CEEDV, divulgaremos dentro da escola a opção de uma oficina diferenciada, que fará um trabalho interdisciplinar com as outras áreas que visa também proporcionar prazer e ao mesmo tempo explorar através dos trabalhos manuais a percepção tátil, a criatividade, afetividade e socialização.

Esse projeto contará com a participação da professora Cristiane e da escola, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes com deficiência visual, visando à formação de indivíduos mais autônomos, capazes de transformar sua vida pessoal e coletiva, atuando como agentes de mudanças e transformações sociais, vivenciando suas limitações de forma saudável e mais prazerosa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar – os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira*. Brasília: MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. *Parâmetros Curriculares Nacionais – adaptações curriculares estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: arte/ Secretaria de Educação Fundamental – adaptações curriculares estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental – Deficiência Visual*. Vols. 1, 2 e 3. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. ARNS, Flávio. *Estatuto da pessoa com deficiência – PL nº 7.699/2006*. Brasília: 2007.

CARROL, Thomas. *Cegueira – o que ela é, o que faz e como conviver com ela*. São Paulo: CNEC/MEC/FLCB. 1968.

DISTRITO FEDERAL. (Brasil). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Básica. *Diretrizes de avaliação educacional – aprendizagem, educacional e em larga escala 2014-2016*. Brasília: SEDF, 2014.

\_\_\_\_\_. (Brasil). Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Básica. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. *Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014/2017*. Brasília: SEDF, 2014.

\_\_\_\_\_. (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação. Coordenação de Planejamento e Avaliação. Diretoria de Acompanhamento de Oferta Educacional. *Estratégia de matrícula*. Brasília: SEDF, 2017.

\_\_\_\_\_. (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional. Diretoria de Execução de Políticas e Planos Educacionais. Gerência de Educação Especial. *Orientação Pedagógica – Educação Especial*. Brasília: SEDF, 2010.

\_\_\_\_\_. (Brasil). *Projeto Político Pedagógico – PPP do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV*. Brasília: 2017.

HOUAISS, Antonio et al. *Dicionário de língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PAIS, Luiz Carlos. *Didática da Matemática – uma análise da influência francesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PASCHOAL, Claudia Lucia Lessa. *Conversando com o autor – 2012*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant – IBC, 2014.

VILLELA, Flávia. *IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência*. Saúde. Criado em: 21/08/2015, às 11h20min..Atualizado: em 21/08/2015, às 11h52min. Fonte Agência Brasil: Logo EBC. Empresa Brasil de Comunicação S/A– EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>>. Acesso em: 27/03/2017.

